

IMIGRAÇÃO, PROCESSOS IDENTITÁRIOS E CORPO

MARCELO ALARIO ENNES



Criação Editora

IMIGRAÇÃO, PROCESSOS
IDENTITÁRIOS E CORPO

AUTOR
MARCELO ALARIO ENNES

ISBN
978-85-8413-312-3

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

IMIGRAÇÃO, PROCESSOS IDENTITÁRIOS E CORPO

MARCELO ALARIO ENNES



Criação Editora
ARACAJU | 2022

Copyright 2022 Marcelo Alario Ennes
Direitos Reservados desta edição ao autor.

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
TuxpedBiblio (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

E59i Ennes, Marcelo Alario.

Imigração, processos identitários e corpo / Marcelo Alario Ennes; Prefácio de Natália Ramos. -- 1. ed. - Aracaju, SE : Criação Editora, 2022.

238p., 21 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8413-312-3

1. Ciências Sociais. 2. Imigração. 3. Interculturalidade.
I. Título. II. Assunto. III. Autor

CDD 304.83
CDU 314.742(81)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Povos imigrantes para o Brasil.
2. Imigração (Brasil).



PREFÁCIO

NATÁLIA RAMOS*

É com muita satisfação que fazemos o prefácio desta obra, de grande atualidade relevância científica, acadêmica, social e (inter)cultural, na sequência do amável convite que o Professor Marcelo Alario Ennes nos endereçou.

Há mais de vinte anos que o Doutor Marcelo Ennes, professor associado da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Processos Identitários e Poder (GEPPIP) desta universidade, tem vindo a desenvolver, com competência, rigor, sentido inovador, crítico e reflexivo, investigação aprofundada relacionada com questões e processos migratórios, identitários e multi e interculturais. Os mesmos têm sido analisados pelo autor através de múltiplas vertentes e perspectivas, designadamente teóricas, empíricas, políticas e comparativas, evidenciando a necessidade e importância de abordagens integradoras, multidimensionais e multi/interdisciplinares no estudo e reflexão destes fenómenos e questões complexos, plurais e heterogêneos, que afetam as sociedades contemporâneas.

* Professora Associada da Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão (DCSG), Lisboa, Portugal Coordenadora Científica do CEMRI, UAb. Investigadora Responsável do Grupo de Investigação Saúde, Cultura e Desenvolvimento, CEMRI, UAb.

Com efeito, no mundo aberto, global, interdependente, tecnológico e em rede, as migrações internacionais, a mobilidade humana, voluntária e forçada, e a diversidade cultural têm vindo a diversificar-se e a intensificar-se a partir de diferentes fatores, motivações e contextos, que afetam os vários continentes, géneros, classes sociais, gerações, indivíduos, grupos e culturas, bem como os diferentes domínios das esferas privada e pública, constituindo-se como grandes desafios globais e sociais da atualidade. Estes fenómenos vêm contribuir para o aumento e complexidade das questões multiculturais e psicossociais, da alteridade, dos contactos entre culturas, das diferenças, das relações interpessoais e interculturais, das subjetividades, dos conflitos e das identidades, nas suas diferentes dimensões e abordagens, colocando igualmente inúmeros desafios ao nível individual e coletivo, aos Estados e às estratégias e políticas públicas nos diversos setores, bem como aos estudos e pesquisa neste âmbito, tal como é evidenciado nesta obra.

Temos tido o privilégio e a oportunidade de acompanhar uma parte do percurso, compromisso, questionamento e investimento investigativo e teórico de Marcelo Ennes nesta área de pesquisa, particularmente a partir de 2013, quando acolhemos e acompanhámos o seu projeto de investigação de pós-doutorado no âmbito do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, de Lisboa, Portugal, e do Grupo de Investigação Saúde, Cultura e Desenvolvimento, do CEMRI, da mesma universidade, onde o autor se encontra também integrado há vários anos como investigador colaborador. Trata-se de um projeto de pesquisa centrado numa problemática de enorme pertinência e inovação ao nível dos estudos migratórios, (inter)culturais, identitários e sociais, subordinado ao tema “Processos identitários, imigração e cirurgias

plásticas: interculturalidade e a (re)produção da diferença e/ou da desigualdade”.

A presente obra apresenta e analisa, de forma rigorosa, clara e sistematizada, alguns dos resultados e reflexões dessa pesquisa pioneira, inovadora, desafiadora e importante levada a cabo, cujo estudo e questionamento o autor tem vindo a aprofundar e onde pudemos também colaborar. De facto, temos acompanhado a continuação e evolução desta pesquisa no âmbito da cooperação internacional entre os nossos grupos de pesquisa, da Universidade Aberta e da Universidade Federal de Sergipe, pesquisa cujo aprofundamento se afigura fundamental a diferentes níveis e perspetivas, muito em particular no que concerne às migrações, relações interculturais, processos identitários e transformações corporais, domínio em que os estudos escasseiam.

As temáticas abordadas nos diferentes capítulos que compõem a obra favorecem múltiplos olhares e novas reflexões para a compreensão dos fenómenos abordados, bem como promovem a discussão e a formulação de novas questões neste âmbito.

Recomenda-se a sua leitura e discussão, particularmente a investigadores, docentes, profissionais e estudantes da área.

Felicitemos vivamente o Professor Marcelo Ennes pela qualidade e inovação do trabalho de investigação realizado, desejando oportunidades, motivação e sucesso para trilhar novos caminhos e pontes para trabalhos de investigação futuros.

Lisboa, outubro de 2022



SUMÁRIO

PREFÁCIO | 5

Natália Ramos

INTRODUÇÃO

Apresentando as peças e montando o quebra-cabeça | **11**

01.

Imigrantes, cirurgias plásticas e poder em dois tempos: contribuição para uma hipótese de pesquisa | **27**

02.

Produção da diversidade: identidades e imigração | **55**

03.

O lugar do interculturalismo nas políticas imigratórias em Portugal e Espanha | **79**

04.

Interculturalismos, imigração e ambivalência: teoria, estado e consumo | **101**

05.

Cirurgias estéticas étnicas e migração em Portugal e Espanha sob o olhar médico | **132**

06.

Interculturalismo, imigração e consumo: modificações corporais em imigrantes em Portugal e Espanha | **159**

07.

O “corpo-migrante” e Bourdieu: corpo e incorporação no contexto migratório | **186**

REFERÊNCIAS | **221**



INTRODUÇÃO

APRESENTANDO AS PEÇAS E MONTANDO O QUEBRA-CABEÇA

Este livro reúne os resultados do projeto de pesquisa “Processos identitários, imigração e cirurgias plásticas: interculturalidade e a (re)produção da diferença e/ou da desigualdade” desenvolvido entre 2013 e 2014 com apoio de uma bolsa de pós-doutorado do CNPq. O projeto foi acolhido pelo Profa. Natália Ramos e pelo Centro de Estudos Sobre Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta de Portugal e é parte de um quebra-cabeça que ainda está sendo montado. Sua origem remonta ao início de meu doutorado quando estudei a comunidade *nikeei* de Pereira Barreto no interior do Estado de São Paulo. Uma guinada em meus estudos sobre imigração ocorreria em 2008, 10 anos depois da defesa de meu doutorado, quando li uma reportagem publicada pelo jornal *El País* sobre um jovem equatoriano em Valência, na Espanha, que havia feito uma rinoplastia. Esta prática, ainda que minoritária entre imigrantes, chamou-me a atenção, já que estávamos em um período que o tema da diferença cultural passava a ser considerado um direito. Perguntei-me sobre o possível significado de um imigrante alterar seu nariz, cuja forma é socialmente representada como um marcador de pertencimento, no caso andino, em contexto marcado por políticas interculturais de integração do imigrante, como era o caso da Espanha e suas comunidades.

Na realidade, esse questionamento era, também, um desdobramento de reflexões sobre identidade já presentes em minha tese de doutorado, mas que ganharia uma nova dimensão teórica e analítica a partir do que passei a denominar de processos identitários. O meu interesse sobre o tema das identidades me acompanha desde minha graduação quando caí no beco sem saída da discussão sobre classe e consciência de classe a partir do referencial marxista. Esse interesse sobre o tema do pertencimento passou, a partir de meados dos anos 2000, a ser confrontado com as contribuições dos Estudos Culturais e, de certo modo, com autores considerados pós-modernos, pós-estruturalistas e/ou pós-coloniais.

Na perspectiva dos processos identitários (ENNES, MARCON, 2014), o imigrante não é uma categoria dada e inata. Isto é, a condição imigrante é socialmente construída por meio das relações que mantém com não-imigrantes, imigrantes de outras nacionalidades, com base nas leis de imigração dos países presentes em sua trajetória, pelos bens em disputa (mercado, emprego, educação, proteção, marcadores identitários) e pelo conjunto desses elementos que formam um contexto específico. Deste modo, o imigrante é uma condição, no sentido nativo, e uma categoria, no sentido, heurístico, que resulta da combinação desses elementos.

A ideia básica dos processos identitários é pensar o pertencimento em contraponto com a alteridade, portanto, é uma alternativa analítica que se opõe ao essencialismo, seja ele cultural, seja ele biológico. Com base nessa perspectiva, tenho procurado criar bases para pensar de maneira mais crítica o debate sobre multiculturalismo e interculturalismo que se apresentaria em meu projeto de pós-doutorado como uma outra peça de um quebra-cabeça móvel e caleidoscópico. Isto porque a pensar a rela-

ção entre pertencimento e alteridade como expressão de processos identitários implica em considerar um jogo de forças que envolve agentes, normas, bens e um contexto específico. Portanto, pertencer a um determinado grupo resulta de confronto com o outro. Ocorre que, mais do que de lugares, o pertencimento e alteridade resultam de dinâmicas que se materializam a depender de quem está envolvido, do tipo de vínculo que os agentes estabelecem entre si, o que está em questão nessa relação, aspectos que, juntos, constituem a circunstância e o contexto da relação em específico.

É a partir dessa perspectiva que retomo a minha reflexão sobre o imigrante como elemento produtor da diversidade e de dinâmicas de produção de hierarquias sociais. Essa abordagem dialoga com contribuições de quatro autores, sendo eles Simmel, Elias, Shutz e Bauman, os quais, em suas diferentes bases teóricas e epistemológicas, dão centralidade à análise da presença do imigrante produzindo estranhamentos, preconceitos, novas configurações sociais, e, também, no caso de Shutz, em estratégias de inserção em seu local de destino. Como se vê, a discussão sobre o imigrante como produtor da diversidade cultural mantém estrita relação com minha proposta de pensar os processos identitários de modo relacional e busca dar maior clareza sobre o quanto o pertencimento cultural é, também, expressão de relações de poder, portanto, envolve desigualdades e hierarquias sociais.

Tomar como pressuposto a ideia de que o imigrante é um elemento produtor de estranhamento dentro da perspectiva dos processos identitários no projeto de pós-doutoramento passou pelo reconhecimento de fenômenos contemporâneos que vêm reestruturando as formas de vínculos sociais, inclusive entre imigrantes. O primeiro é o interculturalismo. Como se verá no

capítulo 6, a pesquisa se defrontou com ao menos três possibilidades de entendimento sobre o interculturalismo: aquele que o toma como uma categoria de análise de contextos marcados pela diversidade cultural, entre eles o migratório; o interculturalismo como expressão do consumo cultural e o que se refere às políticas de integração do imigrante. Por ora, restrinjo-me a este último entendimento que aliás está presente em vários dos capítulos deste livro. As políticas interculturais de integração revelam um novo arranjo legal e institucional que, em resumo, se caracteriza pelo reconhecimento da diferença cultural como direito, ao contrário, por exemplo, de políticas assimilacionistas que a combatia como risco seja à identidade, seja à soberania nacional. A pesquisa realizada durante o pós-doutoramento revelou uma considerável documentação oficial formada por leis, regulamentos, manuais de conduta e boas práticas, tanto em Portugal, quanto na Espanha, que, inclusive, se materializavam em uma estrutura administrativa voltada à integração do imigrante dentro desta perspectiva intercultural.

O consumo cultural foi o segundo elemento central para pensar o imigrante nos países de destino de acordo com a perspectiva dos processos identitários. Ele surge pela sua estrita relação com o interculturalismo tal como meu trabalho de campo e observação direta acabou por colocar. Como veremos no capítulo 6, é por meio do consumo cultural que as diferenças culturais parecem se hibridizar de modo mais profundo e, por assim dizer, menos traumático. Seja na culinária, no entretenimento e festivais culturais, seja no campo da estética, inclusive corporal, as possibilidades de troca, de incorporação de elementos “estranhos” à cultura e à rotina dos nacionais e de imigrantes de nacionalidades diferentes apresentam fronteiras mais porosas e interpenetráveis do que no campo dos direitos políticos. Ser

consumidor parece ser uma condição mais facilmente materializável do que a de cidadão (CANCLINI, 2008).

A última e decisiva peça desse quebra-cabeças é a temática do corpo. Acredito que essa peça tem sido a mais difícil de encontrar o encaixe adequado. Cheguei a ela por um caminho duplamente desafiador. Primeiro, do ponto de vista empírico, já que comecei, se se pode falar nesses termos, por um pequeno recorte de um fenômeno social que se revelaria muito amplo e repleto de nuances. Isto é, meu recorte empírico original eram as cirurgias plásticas étnicas e hoje estou em busca de compreender o que venho chamando de “corpo-migrante”. Trata-se, portanto, de um movimento de observação em que procuro inserir as questões relativas às cirurgias plásticas étnicas e as modificações corporais entre imigrantes dentro de uma dinâmica maior que é como o fenômeno migratório pode ser compreendido, a partir de sua dimensão corporal.

Todas essas questões de caráter mais empírico não poderiam deixar de se desdobrar em um novo movimento de prospecção teórica que, também, tem se apresentado para mim de modo bastante problemático. No âmbito teórico, um primeiro desafio é a amplitude com que o tema do corpo tem sido tratado no campo das ciências sociais. Essa amplitude se refere tanto às temáticas e recortes empíricos, quanto aos referenciais teóricos que lhes dão sustentação analítica. Essa diversidade tem aparecido inclusive em estudos migratórios em que o corpo aparece por meio de marcadores identitários como raça, etnia, gênero e sexualidade. Isto revela a falta de maior sistematização dos estudos sobre a dimensão corporal dos fluxos migratórios.

A segunda dificuldade se refere a questões de ordem epistemológicas que, na realidade, explicam o crescimento da importância do corpo nos estudos migratórios e dão sustentação

a caminhos teóricos perseguidos por suas/seus autoras/res. A terceira e última dificuldade que tenho enfrentado no campo teórico tem a ver com as minhas próprias escolhas. E aqui me defronto com duas peças para as quais não há encaixes claros e previsíveis. Refiro-me à minha dupla ancoragem nos referenciais teóricos sobre identidades que vão dos estudos culturais até autores pós-coloniais passando pelo interacionismo simbólico e por autores pós-estruturalistas, o que em si já é uma grande confusão e, por outro lado, meu diálogo com a sociologia bourdieusiana. Como resultado prático desse quebra-cabeças teórico, voltamos à noção de processos identitários. De qualquer maneira minha opção por Bourdieu parece ser quase uma exceção, já que estão em geral os estudos sobre migrações e corpo de pesquisadoras/es brasileiras/os estão vinculados à Foucault e a outros referenciais pós-estruturalistas.

Foi nessa trajetória de reflexão teórica e de estudos sobre migrações internacionais que me deparei com a reportagem do El País sobre o equatoriano que fez uma rinoplastia sob a justificativa de parecer “menos diferente”. Essa reportagem foi o ponto de partida para um levantamento bibliográfico sobre cirurgias estéticas ligadas a aspectos étnicos e culturais. Inicialmente foram encontradas poucas referências, todas elas de autores estrangeiros, com algum destaque para pesquisadores asiáticos. O tema das cirurgias estéticas que alteram traços físicos considerados étnicos aparecia, de modo geral, sob o nome de cirurgias estéticas ocidentalizadoras, denominação que como se poderá notar ao longo dos capítulos desse livro, foi abandonada, por sua unilateralidade e por não dar conta da complexidade do fenômeno.

Por outro lado, encontrei algumas referências muito interessantes sobre o lugar das chamadas cirurgias étnicas na história

das cirurgias plásticas. Nesse sentido, tomei conhecimento de que esses procedimentos já existiam em uma fase em que as cirurgias plásticas ganhavam terreno nas duas primeiras décadas do século XX graças ao aperfeiçoamento de medicamentos contra dores e infecções e o número elevadíssimo de pessoas feridas e mutiladas nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. Nesse mesmo contexto, há registros de irlandeses e afro-americanos nos Estados Unidos e Judeus na Europa que já realizavam mudança de traços físicos considerados marcadores étnicos.

Juntar e encaixar adequadamente o tema das migrações internacionais, do corpo/modificações corporais, multi/interculturalismo e sociedade do consumo, tal como um quebra-cabeças, tem me colocado frente ao desafio da legitimação de meu objeto de estudo. Trazer o tema do corpo, das modificações corporais, das cirurgias plásticas e da estética para o campo dos estudos migratórios tem sido uma tarefa difícil ao menos por três motivos. Primeiro, devido a uma tradição epistemológica derivada do cartesianismo que privilegia fenômenos que se processam no plano da razão, cultura e da consciência, em detrimento do corpo, relegado como substrato biológico e expressão da natureza, portanto, fora do alcance da análise sociológica.

Segundo, como fundamento dessa primeira motivação, há a tradição das teorias racistas e eugenistas da passagem do século XIX para o século XX, bem como de métodos adotados para o estudo de raças como a sociobiologia e antropometria que pretendiam apresentar evidências que comprovavam que sociedades humanas não só eram diferentes, mas, também, desiguais e que compunham uma hierarquia formada por raças superiores e raças inferiores. De algum modo, a crítica a essas teorias, seus estudos e suas conclusões atingiu seu objeto de estudo que era o corpo. Suspeito que criticar as teorias racistas levou a relegar o

corpo como um objeto de estudo suspeito. O distanciamento de um (teorias) levaria ao distanciamento do outro (objeto).

Em terceiro lugar, há, por assim dizer, uma tendência difusa no que Bourdieu chamou de “senso comum douto” de que questões relacionadas à estética, em particular, a beleza, tal como os procedimentos estéticos, cirúrgicos ou não, são expressões da superficialidade e alienação que serve para acobertar e reforçar uma sociedade desigual e injusta. Decerto, a preocupação com a beleza e a estética não compõem a agenda prioritária dos estudos ligados às imigrações, quanto mais por ser considerado como um grupo necessariamente vulnerável econômica e politicamente. Em outras palavras, procurar compreender como a preocupação com o corpo, com a beleza, seja qual ela for, parece indicar uma falta de foco ou mesmo de percepção crítica de quem se interessa pelo tema.

Neste sentido, este livro é uma tentativa de demonstrar e defender que o corpo, beleza e estética são objetos legítimos para a sociologia, exatamente porque nos permite acessar outras dimensões de relações poder, dominação e hierarquização social entre segmentos sociais vulneráveis política e economicamente como a maioria dos quase 300 milhões de imigrantes que circulam pelo mundo nos dias de hoje.

O livro compreende capítulos que foram escritos de modo a dar centralidade a dimensões que considero centrais na análise proposta às interseções entre imigração, multi/interculturalismo, corpo/modificações corporais e consumo. Em razão disto, os capítulos resultam de diferentes objetivos específicos e se baseiam em métodos e técnicas de pesquisas diferentes mas, ao mesmo tempo, complementares, como de resto são todos os capítulos do livro.

Em comum todos os capítulos foram escritos com base em revisão bibliográfica e fundamentação teórica. A este respeito

convém destacar alguns grupos de leituras, cujas referências serão apresentadas ao longo do livro, que foram se organizando desde a elaboração do projeto de pesquisa até o desenvolvimento do estudo.

O primeiro destes grupos foi constituído em torno do tema cirurgias plásticas étnicas e imigração, já que o projeto partia da reportagem sobre o equatoriano que vivia em Valência quando realizou uma rinoplastia. O primeiro achado foi o livro “Cirurgia estética”, publicado pela editora Taschen, que dedicava dois capítulos sobre o tema escritos por Sander L. Gilman (2005), um historiador cultural e literário americano. Foi apenas durante a pesquisa que consegui rastrear um conjunto de artigos nos repositórios de universidades portuguesas e espanholas sobre o tema. Os autores destes artigos eram de várias áreas de conhecimento como medicina, administração e psicologia de universidades inglesas, chinesas, americanas, médicos suecos, entre outros. Não encontrei nem sociólogos e nem brasileiros que tratassem do tema. Ainda que relativamente pequeno, este grupo de estudos foi suficiente para me mostrar que não era o primeiro a pensar o assunto e a problemática que ele suscitava. Os resultados destas leituras aparecem, sobretudo, nos capítulos sobre modificações corporais e ajudaram na análise das narrativas coletadas junto a médicos cirurgiões plásticos e imigrantes.

O segundo grupo de leituras foi organizado em torno dos temas sobre interculturalismo, multiculturalismo e imigração. Não posso deixar de registrar minha surpresa sobre o volume de trabalhos de pesquisadores portugueses e espanhóis sobre este tema que, até então, era praticamente ausente da produção acadêmica sobre imigração no Brasil. Com estas leituras eu pretendia tensionar a discussão sobre cirurgias plásticas étnicas já que, aparentemente, estava diante de um paradoxo constituído por

um contexto marcado pelo direito à diferença e à prática de modificações corporais que, a princípio, poderiam estar associadas à necessidade e ao desejo de contornar estigmas e preconceitos contra imigrantes. A discussão sobre interculturalismo e multiculturalismo aparece de modo central nos capítulos sobre políticas migratórias e diversidade e de modo transversal nos que discutem o tema das cirurgias étnicas. Cheguei a conclusões bem mais matizadas e ambivalentes que não descartam a existência desses estigmas e preconceitos, mas, revelam também possibilidades de recriação identitárias que não levavam a rupturas com as origens étnicas e nem o desejo de uma plena auto-assimilação pelas sociedades de acolhimento.

O terceiro grupo de leituras, voltado à sociedade do consumo e ao consumo cultural, surgiu ao longo da pesquisa como necessidade e, de certo modo, como uma tentativa de compreender melhor as mudanças corporais de modo a problematizar sua prática para além de uma dicotomia formada por um lado pelos imperativos adaptativos da sociedade de acolhimento e, por outro, como expressão da vontade e soberania do agente. Questões relacionadas à sociedade do consumo e ao consumo cultural aparecem nos capítulos sobre modificações corporais e nos quais procuro sistematizar alguns dos significados do interculturalismo, da sociedade do consumo e do consumo cultural e como eles recolam normas e princípios que regem as relações sociais no mundo contemporâneo, mundo do qual imigrantes são parte importante. Estas leituras me permitiram assim mergulhar no caleidoscópio formado por marcadores étnicos, nacionais, estilos de vida atravessados pela presença e referência a padrões estéticos difundidos por celebridades do campo artístico e esportivo.

O último grupo de leituras encerra o ciclo voltando ao ponto de partida. Na realidade, as leituras anteriores e do trabalho

de campo realizado entre 2013 e 2014 deixaram claro que eu precisava dar um passo atrás e me aprofundar no tema do corpo no campo das ciências sociais já que comecei por falar em modificações corporais sem ter passado por sociologia mais específica sobre o tema. Esta etapa foi cumprida após o retorno de meu pós-doutorado e enquanto trabalhava na produção de alguns dos textos que deram origem a este livro. Estas leituras dividiram-se em duas frentes, que na verdade são complementares. Uma partiu de textos e autores mais consagrados. A segunda frente veio da ideia de incorporação que me levou indiretamente a Pierre Bourdieu. O tema do corpo e da incorporação é o tema central do capítulo que encerra este livro.

Além desta base bibliográfica, cada capítulo possui algumas particularidades metodológicas que passo a descrever na sequência.

O primeiro capítulo, **“Imigrantes, cirurgias plásticas e poder em dois tempos: contribuição para uma hipótese de pesquisa”**, e o segundo capítulo, **“A produção da diversidade: identidades e imigração”**, não envolveram pesquisa empírica e qualquer método e técnica que envolvesse coleta e análise de dados. Eles foram baseados em revisão bibliográfica e fundamentação teórica já descrita logo acima.

No terceiro capítulo, **“O lugar do interculturalismo nas políticas imigratórias em Portugal e Espanha”**, escrito em cooperação com Natália Ramos (CEMRI/Uab/Portugal) e Belén Suarez (UC/Espanha), realizei um estudo de documentos oficiais de Portugal e Espanha sobre imigração, com foco nas políticas interculturais. Também foi realizada uma série de entrevistas com imigrantes e representantes de associações de imigrantes aos quais cheguei por meio de uma rede de informantes construída inicialmente por contato via e-mails e, depois, por visitas pessoais. No

caso da Espanha, em razão de sua organização político-administrativa, que prevê autonomia para suas comunidades, consultamos também documentação específica da Comunidade de Madri, que possui governo autônomo e com competências em matéria de intervenção social e, por extensão, sobre a integração da população estrangeira. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Lisboa e Madri. Para evitar a exposição dessas pessoas, que no momento da pesquisa ocupavam, por meio de seus cargos, protagonismo na questão migratória, omitirei os seus nomes.

Na sequência, o capítulo **“Interculturalismos, imigração e ambivalência: teoria, estado e consumo”** foi escrito com base em pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas qualitativas com base em roteiro pré-estruturado e observação direta mais uma vez focada na realidade imigratória dos países ibéricos no período do desenvolvimento desta pesquisa.

Já o quinto capítulo, **“Interculturalismo, Imigração e consumo: modificações corporais e imigrantes em Portugal e Espanha”**, que contou, mais uma vez, com a colaboração da Prof. Natália Ramos (CEMRI/UAb/Portugal), baseou-se em revisão bibliográfica sobre a problemática, o que deu suporte à análise das entrevistas realizadas com imigrantes nos dois países. Com base em um roteiro semiestruturado, procuramos conhecer o perfil socioeconômico da pessoa entrevistada, sua trajetória imigratória, as relações de pertencimento e alteridade e suas opiniões e experiências sobre modificações corporais. Chegamos aos imigrantes por meio da técnica da “bola de neve” (BIERNACKI; WALDORF, 1981) e limitamos nossa amostra não probabilística por meio do critério chamado de “ponto de saturação” (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2010). Para este artigo, foram utilizadas 12 entrevistas, distribuídas igualmente entre os dois países. Procuramos contemplar imigrantes de diferentes continentes com o

objetivo de abarcar pessoas de diversas origens culturais. Assim, em Portugal, entrevistamos duas mulheres que, apesar de terem nascido em Moçambique, consideram-se goesas, duas brasileiras, um angolano e um moçambicano. A idade das pessoas entrevistadas em Portugal variou entre os 30 e os 50 anos. O tempo de permanência dessas pessoas no país de destino variou bastante: o angolano está em Portugal há 14 anos; já as duas goesas e o moçambicano lá estão há mais de 35, e as brasileiras, em média, 7 anos. No que diz respeito aos motivos da migração, o fato de terem nascido em Moçambique aproximou as goesas do moçambicano e do angolano, já que a razão que levou suas famílias a migrarem foi o clima de instabilidade e insegurança observado naqueles países. Quanto às brasileiras, há motivos diferentes. Em um dos casos, resulta de estar casada com um cidadão português, e, no outro, está relacionado à busca de mais oportunidades de estudo e de trabalho.

Com relação à Espanha, foram utilizadas entrevistas realizadas com imigrantes de três continentes diferentes: originários da África, um homem senegalês com cerca de 25 anos e uma mulher angolana com 30; da Ásia, duas pessoas jovens chinesas, uma mulher, originária do sul da China, e um homem, da região noroeste do país. Da América Latina, foram entrevistadas duas pessoas vindas do Equador, uma mulher de 20 anos e um homem de 40.¹

As de origem chinesa diferenciaram-se das demais pessoas entrevistadas quanto ao tempo de vida na Espanha – estavam há cerca de dois anos no país. Migraram para fazer um curso de pós-graduação e, depois, retornar ao país de origem. A imigrante

¹ As entrevistas na Espanha contaram com a participação de Felipe Ponce Ballmann, na ocasião estudante de graduação do Curso de Sociologia da Universidade Complutense de Madri, a quem agradeço a colaboração.

angolana também estava há cerca de dois anos em Madri, mas a entrevista não sugere o projeto ou o desejo de retorno definitivo ao seu país de origem. Já os demais entrevistados – do Equador e do Senegal – estavam na Espanha há cerca de 15 anos. Para os latino-americanos, o principal motivo migratório foi o econômico, já que o Equador atravessou uma grave crise econômica no final da década de 1990 e início da de 2000.

No capítulo 6, **“Cirurgias estéticas étnica e migração em Portugal e Espanha”**, que, igualmente contou com a colaboração de Natália Ramos (CEMRI/UAb/Portugal), o tema das modificações corporais e cirurgias estéticas foi retomado agora sob a perspectiva de três médicos cirurgiões plásticos de Portugal e outros três da Espanha. Em razão do caráter exploratório da pesquisa e de aspectos éticos, não foi possível acessar os pacientes que passaram por cirurgias estéticas e, pelos mesmos motivos, não nos foi permitido o acesso aos prontuários dos consultórios e clínicas médicas visitadas. Desse modo, valemo-nos, aqui, das entrevistas com médicos cirurgiões plásticos realizadas nas cidades de Coimbra, Lisboa e Madri. Ao longo do texto e das citações de trechos destas entrevistas, os nomes dos médicos foram suprimidos e substituídos por códigos.

O caminho que nos levou até os médicos entrevistados começou pelo contato com a Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética (SPCPRE) e sua congênere espanhola, Sociedade Espanhola de Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética (SECPRE), por meio de correspondência eletrônica e visita pessoal. No entanto, nenhuma informação foi encontrada nos locais de suas sedes. O segundo passo foi dado por meio da relação de nomes e endereços eletrônicos disponíveis no site das duas entidades. A partir dessas informações, foi enviado um e-mail para todos os médicos filiados às duas entidades

com a explicação sobre os propósitos da pesquisa e o teor de uma possível entrevista. Do conjunto dessas correspondências eletrônica, chegamos a três médicos portugueses e três médicos espanhóis que se dispuseram a nos receber. Em comum, todos os médicos entrevistados atendiam em clínicas particulares e, também, atuaram, em algum momento de sua carreira, em hospitais públicos realizando cirurgias estéticas restauradoras.

As entrevistas foram gravadas e orientadas por um roteiro semiestruturado por meio do qual buscamos identificar a trajetória acadêmica e profissional do entrevistado, bem como suas opiniões sobre diversidade cultural, imigração e cirurgias estéticas étnicas. Por fim, o conteúdo das entrevistas foi analisado e interpretado a partir das noções e categorias analíticas oriundas das leituras sobre sociedade de consumo e interculturalismo.

Por fim, o capítulo 7, “**O ‘corpo-migrante’ e Bourdieu: corpo e incorporação no contexto migratório**”, foi elaborado com base em (re)leituras de obras de Bourdieu com foco na ideia de incorporação e corpo subjacente ao seu sistema teórico e pelo levantamento bibliográfico realizado, sobretudo a partir do portal periódicos CAPES, utilizando os termos “imigrantes e imigração” e “corpo” como descritores de busca. Além disto, foram utilizados alguns artigos que já fazem o diálogo entre os conceitos bourdieusianos e a questão migratória.

Reconhecendo os caminhos, muitas vezes inusitados que tenho perseguido, este livro tem como pretensão não apenas anunciar, mas operacionalizar abordagens que reintegre o campo de estudos migratórios ao um campo mais amplo da análise sociológica. Em outras palavras, o livro procura demonstrar que o fenômeno migratório é, evidentemente, atravessado por questões mais amplas e que marcam a contemporaneidade envolvendo desdobramentos políticos, econômicos, culturais e sociais da

globalização e dinâmicas identitárias que têm revelado o caráter efêmero plural dos pertencimentos étnicos e nacionais. Um exemplo, e aqui creio que faço uma contribuição mais demarcada, ao interseccionar questões ligadas às migrações com o mundo do consumo cultural.

Vamos ao livro!!

IMIGRANTES, CIRURGIAS PLÁSTICAS E PODER EM DOIS TEMPOS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HIPÓTESE DE PESQUISA

O que haveria de novo na redefinição do corpo e dos traços fenotípicos étnicos de imigrantes por meio de cirurgias plásticas? Como poderíamos pensar a intervenção cirúrgica como estratégia identitária? Quais seriam os significados sociológicos desse “acontecimento”, cada vez mais recorrente, no contexto do debate sobre multiculturalismo? Trata-se de uma expressão da liberdade de escolha e de adesão às identidades na chamada sociedade pós-moderna? Ou seria mais pertinente ver nesse procedimento cirúrgico um limite para a ideia pluralidade das identidades?

O objetivo do presente trabalho é estabelecer as bases de um estudo que contribua para o debate sobre os limites da liberdade dos sujeitos sociais e da construção de suas identidades descentradas e móveis. A recorrência à cirurgia plástica como recurso de redefinição da identidade pessoal não é recente. Aliás, essa relação entre identidade e corpo não pode ser reduzida às cirurgias plásticas, pois, como demonstra Marcel Mauss (2003) os gestos e técnicas corporais masculinos ou femininos; adultos ou infantis; de classes subalternas ou de classes dominantes, são socialmente e culturalmente definidos. O problema não parece ser a existência de conexões entre identidade e corpo, mas nas disputas e lutas políticas que moldam e transformam o corpo

como expressão do posicionamento dos agentes sociais nos campos em que atuam (BOURDIEU, 1989.)

Parto do pressuposto de que as cirurgias plásticas podem ser entendidas como radicalização daquilo que é feito pela etiqueta social ou pelo treinamento físico (MAUSS, 2003). Ou seja, é um mecanismo por meio da qual a sociedade modifica o corpo humano reduzindo, aumentando e esticando suas formas. As diferenças entre os modos e as técnicas que isso ocorre mudam de acordo com padrões estéticos e culturais e dos recursos técnicos disponíveis em determinados contextos históricos.

Para os objetivos desse capítulo, compreendo o corpo como produto da cultura e como elemento indissociável do “Homem” (LE BRETON, 2009). O corpo, assim, não é um simples suporte para as identidades é, ele mesmo, um de seus componentes, o mais visível e, por isso, o que mais contribui para a definição do “eu” e do “outro”.

Por sua vez, de todas as partes do corpo, o rosto é que mais evidencia as marcas da identidade e da alteridade. É ele a parte mais exposta e onde se concentram os sentimentos, as representações e os esforços dos agentes sociais em sua busca de aproximações e distanciamentos.

A importância do corpo e do rosto nos processos identitários é “otimizado” na condição de imigrante. Em muitos casos, são as marcas mais evidentes do corpo e rosto que denunciam o pertencimento a um determinado grupo ou a condição de “estrangeiro”. A cor da pele, olhos, do cabelo e o formato do nariz, dos olhos e do queixo são sinais que identificam a condição de estrangeiro e das quais o imigrante não consegue se desvencilhar com facilidade. De acordo com Le Breton, em circunstâncias como a da migração “[...] o corpo deve ser apagado, diluído na familiaridade dos sinais funcionais” (2009, p. 50). O corpo e o

rosto do imigrante, por mais que este não sinta como tal, são vistos e identificados com de alguém que é de fora, não pertencente ao grupo hegemônico “[...] O corpo estrangeiro torna-se corpo estranho. A presença do outro se resume à presença de seu corpo: ele é seu corpo” (LE BRETON, p. 72). A cirurgia plástica, em especial as realizadas no rosto, parece, assim, como um mecanismo capaz de, ao menos, amenizar traços físicos que expõe a condição de estrangeiro e alteridade dela decorrente.

O presente capítulo está estruturado em três partes principais. As duas primeiras foram desenvolvidas com base em dois contextos históricos, o da passagem do século XIX para o XX e o da passagem do século XX para o XXI. Para a definição destes dois contextos levou-se em conta as ideias predominantes sobre diferenças raciais e/ou étnicas, o fluxo migratório internacional, as formas hegemônicas de organização do Estado-Nação e o uso de cirurgias plásticas entre imigrantes.

O primeiro contexto foi caracterizado pela afirmação do Estado-Nação, inclusive, por meio da “ideia” de raça que não era apenas aceita mas, também, legitimava a hierarquia entre sociedades e culturas diferentes e entre a população nativa e os imigrantes. Nesse palco, já era possível observar o uso, ainda que incipiente, da cirurgia plástica entre imigrantes que a ela recorriam para “corrigir” traços fenótipos que os “denunciavam” como estrangeiros e pertencentes a raças e nacionalidades consideradas, na época, inferiores e atrasadas.

Na passagem do século XX para o XXI observa-se que a “ideia” de raça foi colocada em segundo plano no campo científico. Essa mudança revela um deslocamento do argumento sobre a diferença entre sociedades e povos do fator biológico (raça) para o cultural (etnia). Nesse contexto, a imigração ocorre em um cenário de desestabilização dos Estados Nacionais.

Na terceira parte do capítulo procuramos, a partir das contribuições de Bourdieu (2007), pensar sobre as aproximações e distanciamentos entre os dois contextos no que diz respeito, fundamentalmente, o significado do uso da cirurgia plástica por imigrantes. Foi com base nas categorias de “habitus” que se analisou a prática de cirurgias plásticas destinadas a atenuar traços étnico-raciais e desse modo pensá-las como práticas orientadas por estratégias no interior de campos e de relações de poder.

O capítulo conclui com a formulação de uma hipótese de pesquisa segundo a qual o uso de cirurgia plástica por imigrantes inscreve-se em dois cenários diferentes política, social e culturalmente. Em particular, se diferenciam quanto às dinâmicas identitárias. A esse respeito, podemos dizer que na passagem do século XIX para o XX as cirurgias plásticas podem ser compreendidas como recurso de afirmação de identidades centradas e unívocas legitimadas científica e politicamente por ideias como a de superioridade racial e evolução social. Já na transição do século XX para o XXI, transformar o corpo por meio de intervenções cirúrgicas com o propósito de mudar traços físicos que remetem às origens nacionais e étnicas, pode ser entendidas não como a uma forma de adesão a uma única identidade, mas, ao contrário, ao descentrá-la, uma estratégica que não elimina a possibilidade de adesão a outras identidades (gênero, orientação sexual etc.).

Não obstante, a hipótese aqui desenvolvida contempla, também, a ideia de que a despeito das diferenças políticas, históricas e culturais existentes em contextos sociais diferentes, a cirurgia plástica realizada com o propósito de amenização de traços étnicos revela relações de poder e de disputas entorno da legitimação de identidades e que, por isso, evidenciam a existência de processos de estratificação e hierarquização social. As cirurgias plásticas realizadas por imigrantes nos dois cenários

possuiriam, assim, em comum a necessidade de “apagar” marcas corporais que denunciam sua condição de estrangeiros e podem representar obstáculos nos campos social e do trabalho.

Primeiro tempo: imigração e superioridade racial

O período compreendido entre 1870 e 1930 concentra um intenso fluxo migratório em direção às Américas de cerca 31 milhões de pessoas (KLEIN, 1999, p. 24). Essa situação foi política e economicamente definida pela sobreposição de fatores que contribuíram para a saída dos imigrantes de seus países de origens, como a Revolução Industrial e o processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais¹ e, por outro lado, os atrativos dos países de destino, como a perspectiva de ascensão social e capitalização associados às promessas de emprego e acesso à propriedade da terra e acúmulo de capital².

No campo das ideias, esse período foi influenciado por uma tradição que remete ao botânico e naturalista Carolus Linnaeus (1707 – 1778) criador do atual sistema de classificação dos seres vivos e a quem é atribuído a origem do nome científico *Homo Sapiens* e de sua divisão em quatro grupos que alimentou por séculos as representações e formas de explicação sobre as diferenças entre seres humanos. Segundo Linnaeus os seres huma-

¹ O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por forte movimento de afirmação da nacionalidade, processo profundamente ligado às transformações sociais e econômicas engendradas pela Revolução Industrial, pela Unificação Italiana (1861), e Alemã (1871), pela Reforma Meiji no Japão (1868), pela expansão do Imperialismo e a conseqüente partilha da África e Ásia pelas velhas e novas potências européias.

² A imigração para o Brasil, por exemplo, esteve associada, entre outras causas, à demanda por mão de obra assalariada no contexto na expansão da cultura cafeeira na região sudeste.

nos dividem-se em vermelhos americanos, amarelos asiáticos, negros africanos e brancos europeus, aos quais atribuiu, respectivamente, as seguintes características psicológicas e comportamentais; despreocupados, generosos e livres; severos e ambiciosos, ardilosos e irrefletidos e ativos; e inteligentes e engenhosos.

A tensão criada pela luta pela legitimação de aspectos políticos e culturais em contraposição com as referências biológicas como explicação das diferenças e desigualdades entre os povos ganha contornos mais definidos nos séculos XVIII e XIX. O Iluminismo e Revolução Francesa ajudaram a alicerçar o ideal igualitário da sociedade liberal burguesa que ainda que fosse pensada como “igualdade natural” era inspirado em princípios políticos.

No entanto, nesse mesmo período a velha questão sobre a “origem da humanidade” cuja explicação assentava-se em supostas diferenças³ biológicas. São essas explicações que dão origem ao debate entre monogenistas e poligenistas (SCHWARCZ, 1993, p. 47). De um modo geral, o monogenismo “[...] dominantes até o meado do século XIX, congregou pensadores que conforme às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era uma.” (SCHWARCZ, 1993, p. 47). Na segunda metade do século XIX passaria a predominar o poligenismo. Os representantes dessa hipótese “[...] partiam da crença da existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas.” (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

³ De acordo com Schwarcz “A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural. Já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas [...] as quais não compartilhariam de uma única linha de desenvolvimento. As diferenças seriam, portanto, [...] definitivas e irreparáveis [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 61/62).

Para os objetivos desse capítulo, interessa notar que tanto monogenistas, quanto poligenistas, cada qual a partir de suas especificidades, fundamentavam suas hipóteses sobre as diferenças entre seres humanos a partir de suas supostas diferenças biológicas o que as distanciavam dos princípios iluministas.

De acordo com Schwarcz a publicação da “Origem das Espécies” de Charles Darwin em 1859 representou a emergência de um novo paradigma para o debate sobre a diversidade o que significou, inclusive uma amenização temporária das divergências entre monogenistas e poligenistas. A novidade consistia, fundamentalmente, na retomada, ainda que por caminhos diferentes dos iluministas, das “questões de cunho político e cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

A obra e as ideias de Darwin repercutiram de modo decisivo no pensamento social do período. Nesse contexto, a miscigenação ganha terreno como explicação para as desigualdades entre as sociedades e suas culturas da época o que reacendeu o debate entre monogenistas e poligenistas. “[...] enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam, com nova força, as perspectivas poligenistas do início do século.” (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

Desse modo a questão da miscigenação passaria a ser central entre a antropologia cultural ou etnologia social cujos representantes passaram a ser conhecidos como “evolucionistas sociais” e o “darwinismo social” ou a “teoria das raças” cuja origem está ligada à emergência do chamado “determinismo racial” (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

No entanto, ainda que os fatores culturais e sociais tenham sido valorizados na segunda metade do século XIX, as explicações baseadas em aspectos biológicos reaparecem e estão pre-

sentos no pensamento eugenista. Originário do determinismo racial, a eugenia questionava as teses evolucionistas da antropologia cultural, segundo a qual todas as sociedades ao evoluírem alcançariam o estágio civilizatório, e defendia que as sociedades poderiam sofrer um processo de degeneração.

Com efeito, punha-se por terra a hipótese evolucionista, que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo o termo degeneração (grifo da autora) tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução, enquanto metáfora maior para explicar os caminhos e desvios do processo ocidental. Para autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades 'puras', livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória. (SCHWARCZ, 1993, p. 61)

Como se vê, mais uma vez, ao privilegiar a ideia de raça e ao propor a miscigenação como fator de degeneração, os darwinistas sociais recolocam os fatores biológicos no centro das explicações sobre a desigualdade entre os povos.

Desse modo, de acordo Schwarcz,

[...] apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das 'diferenças' transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. 'Naturalizar as diferenças' significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. (SCHWARCZ, 1993, p. 65)

A segunda metade do século XIX é o contexto comum do desenvolvimento dessas ideias e o da intensificação do processo de migrações internacionais que radicaliza a problemática da então diversidade racial. Os processos migratórios colocariam em con-

tato povos de origens distintas e suas diferentes características físicas eram facilmente associadas à nacionalidade que por sua vez explicados pelas categorias associadas, sobretudo, à ideia de raças humanas.

É também nessa conjuntura que se observa registros de cirurgias plásticas realizadas por imigrantes. Esses casos podem, por exemplo, ser observados nos Estados Unidos no final do século XIX, área de grande fluxo migratório, cerca de 21,7 milhões de pessoas (KLEIN, 1999, p.25). Os irlandeses estavam entre os maiores grupos de imigrantes e eram identificados fisicamente pela chamada “orelha de abano”. Para livrarem-se do estigma de estrangeiro, irlandês e, portanto, não americanos, alguns desses imigrantes recorreram ao procedimento cirúrgico que lhe “corrigisse o defeito” da orelha. De acordo com (GILMAN, 2005)

Em Nova Iorque, os imigrantes irlandeses solicitavam os serviços de [um cirurgião plástico] para operar as orelhas e eliminar este signo de ‘natureza irlandesa degenerada’ de forma que pudesse passar por norte-americanos. (GILMAN, 2005, p. 112)

A mudança do corpo, em especial do nariz e dos olhos, por meio de cirurgia plástica também foi utilizada por pessoas que não eram estrangeiras, mas pertenciam a grupos étnicos não hegemônicos dentro de seu próprio país. Esse foi o caso dos judeus na Alemanha nas primeiras décadas do século XX. Como destaca GILMAN (2005), os traços físicos que os remetiam ao seu grupo étnico os colocavam numa situação desfavorável no campo econômico: “[...] a visibilidade dos judeus os impedia de competir em igualdade com os não judeus no âmbito econômico por culpa da estigmatização que sofria” (GILMAN, 2005, 116)

Há registros de que o mesmo aconteceu com americanos de origem africana de pele clara, que ainda de acordo com (GILMAN, 2005,) após a Guerra Civil e da abolição da escravidão nos Estados Unidos, recorreram a procedimentos cirúrgicos para afinar os lábios e reconstruir o nariz “para poder cruzar a fronteira da cor da pele”. (GILMAN, 2005, p. 118)

É importante notar que a cirurgia plástica representa, já na passagem do século XIX para o século XX, uma estratégia de romper com barreiras socialmente impostas a indivíduos pertencentes a grupos não hegemônico ⁴. Isso em um contexto marcado pelas teorias eugenistas não parece surpreender tanto, quanto no mundo contemporâneo caracterizado, inclusive, para defesa do direito à diferença.

Como já foi dito, Darwin e Gobineau contribuíram para compor o quadro de referências que orientaram as relações sociais e as disputas políticas entre grupos de origem étnica/racial quer pertencentes ao mesmo país, quer de países diferentes. Desse modo, forneceram algumas das bases científicas para legitimação do processo de estratificação entre nações mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, culturas mais ou menos evoluídas, entre grupos sociais superiores e inferiores e subjetividades que se legitimavam ou não em função do posicionamento dos agentes sociais de acordo com sua nacionalidade e origem étnica e cultural.

São ideias como o de pureza, superioridade e degeneração racial que expressam essas relações de poder e podem ser

⁴ A hegemonia de grupos étnicos/raciais e de suas respectivas marcas de distinção física não podem ser pensadas apenas no âmbito do Estado-Nação. O uso de cirurgias plásticas para o “arredondamento dos olhos” entre os países orientais, a exemplo do Japão, China e outros países orientais referência (GILMAN, 2005) nos remete a uma reflexão sobre as lutas e disputas políticas entre grupos étnicos/raciais no plano planetário. Essa reflexão, no entanto, foge aos limites desse capítulo.

consideradas parte da explicação do uso, naquele momento, de cirurgias para atenuação de traços étnicos. Por sua vez, são essas mesmas ideias que explicam, ao menos em parte, a disseminação de teorias racistas, como a eugenia e fortalecimento e a emergência de fenômenos sociais e políticos de grande amplitude e de grande repercussão histórica, a exemplo do nazismo e o etnocídio praticado contra judeus, ciganos e outros povos.

No campo do debate sobre identidade, a ideia de raça é uma das principais referências para aquilo que Hall (2002) define como “sujeito soberano” que sintetiza a tradição do pensamento liberal iluminista centrada na razão e na liberdade como elementos da autonomia do indivíduo. A referência à raça foi, ainda, fortalecida por sua instrumentalização pelos Estados Nacionais em seu esforço de construção de uma identidade nacional associada à ideia de pureza racial. Esse é o cenário no qual a estratificação social no interior de cada nação e entre as várias nações do planeta era justificada com base em referências mais unívocas quando comparadas a dos dias atuais.

Nesse sentido, poderíamos entender que, naquele momento, o recurso da cirurgia plástica era uma estratégia de ascensão social e de superação das fronteiras sociais e econômicas impostas pela cor da pele, pelo tipo de nariz e de orelhas que “denunciavam” seu pertencimento a nações e povos considerados racialmente inferiores. A crença na liberdade individual, otimizada pelo avanço das técnicas e procedimentos da cirúrgicos, tornaram possível recorrer a “atalhos”, como a cirurgia plástica, para superar situações de desvantagem nos campos econômicos, social e cultural impostos por traços fenotípicos.

Se a estratificação e hierarquização social parecem ser bastante evidentes em relação ao período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do Século XX,

o mesmo não se pode dizer em relação aos dias atuais. Hoje, a desestabilização dos Estados Nacionais por meio das forças globalizantes, pelo transnacionalismo e a emergência da figura do transmigrante (SCHILLER, 1995, PORTES, 2004), fragilizam referenciais identitários homogêneos e unívocos e cria brechas para a emergência de grupos sociais até então secundarizados e a legitimação de pluripertencimentos.

Segundo tempo: imigração, multiculturalismo e reestratificação social

As ideias sobre raça e eugenia desenvolvidas no final do século XIX, influenciaram, de modo profundo, a história mundial nos quarenta primeiros anos do século XX. As atrocidades cometidas em nome da superioridade e pureza racial, observadas não apenas durante a Segunda Guerra Mundial, mas também, nas relações entre Estados Unidos e países europeus com a América Latina, África, Ásia e a Oceania, impuseram a necessidade de mudança quanto às formas de explicar as diferenças culturais e fenotípicas entre os povos e suas culturas.

Um novo cenário toma forma na passagem do século XX e XXI. Nele, observa-se o crescimento da importância da dimensão cultural na análise social, seja contra a ideia de raça, seja em oposição às interpretações que privilegiavam os processos econômicos entendidos com determinantes das demais dimensões da sociedade.

As mudanças em relação às diferenças culturais observadas nos dias atuais, remontam ao debate político e teórico que emergiu no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. As novas formas de compreensão da problemática das diferenças culturais e raciais devem ser entendidas como resultado da mudança de correlação de forças no campo científico, uma vez

que ideias como a de relativismo cultural e etnocentrismo ⁵ já vinham sendo desenvolvidas desde o final do século XIX, mas permaneceram em um segundo plano no campo científico – e, também, no campo político – quando confrontados, por exemplo, com as teorias eugenistas (UNESCO, 1972).

Ainda nesse contexto, outra contribuição teórica significativa para o debate sobre diferenças culturais foram as formulações de E. P. Thompson, Richard Hoggart e Stuart Hall. De comum, esses autores promovem um deslocamento do lugar da cultura tanto no que diz respeito à realidade, quanto à análise social. Isto é, para os fundadores do Centro de Estudos Culturais ⁷, a cultura era entendida em seu sentido amplo, antropológico, e não apenas como uma esfera ou dimensão da sociedade. E consequência dessa perspectiva analítica observou-se um outro deslocamento por meio do qual, a cultura passou a ser pensada como expressão de relações de poder entre grupos

⁵ De acordo com Taschen os registros sobre cirurgias para embelezamento remontam ao Egito Antigo. No início da Era Moderna esse tipo de cirurgia foi aplicado, principalmente entre homens, para corrigir as seqüelas deixadas pela sífilis. “Cabe recordar que naquela época não existia anestesia (esta não seria inventada até 1846) e tampouco se tinha consciência das causas e consequências das infecções, de modo que não apenas toda intervenção devia ser muito dolorosa, senão o risco de morrer no transcurso da operação era altíssimo.”

⁶ Atribui-se à Franz Boas a compreensão de que as culturas não poderiam ser pensadas em termos absolutos e que cada sociedade deveria ser entendida a partir de seu próprio contexto (BOAS, 2011)

⁷ Sua institucionalização é formalizada pela Fundação do Centro de Estudos Culturais na década de 1960 é precedida por várias iniciativas acadêmicas e artísticas voltadas à emergência e valorização da cultura popular e da vida cotidiana expressas de diversos modos a partir da década de 1930 por Humphrey Jennings autor de *Panaemonium*, Walter Benjamim, e pelos intelectuais emigrados para a Inglaterra “[...] Karl Mannheim, Karl Polany, Arnold Hauser, Norbert Elias. O CCS contribuirá para o assentamento de uma visão positiva das ciências sociais e terá uma profunda incidência sobre a formação de uma ‘sociologia da cultura’ e de uma ‘ciência da sociedade’ (MATTELART, NEVEU, 2004, p. 40).

sociais (classe, etnia, gênero, orientação sexual) em contraste com a tradição que a associava à nacionalidade. (MATTELART, NEVEU, 2004, p. 13 e 14).

No campo da formação de um novo ideário e de um outro referencial teórico sobre diferenças “raciais”, destaca-se o convite da UNESCO à Gilberto Freyre⁸ para compor um grupo de estudiosos que deveriam contribuir desenvolver um novo referencial de convivência entre povos e nações. Nessa mesma direção, a UNESCO publicou em 1960 uma longa coletânea de estudos (UNESCO, 1972) que pode ser compreendida como um novo marco teórico para se pensar a diversidade cultural. De uma maneira geral, tanto o convite à Freyre, quanto a coletânea publicada pela UNESCO, podem ser entendidos como parte do esforço da reversão da ideia de miscigenação como degeneração racial⁹ e do deslocamento da base do argumento sobre diferenças da ênfase racial/biológica para a étnica/cultural.

Assim, a partir do início da segunda metade do século XX, observa-se o crescimento do interesse pelo estudo sobre a emergência de novas formas e manifestações de organização e conflitos sociais como o feminismo, ambientalismo, os relacionados à orientação sexual e às origens étnicas. É esse o contexto da emergência política e conceitual da crítica aos modelos e ideologias que hierarquizavam as várias e diferentes culturais a partir da ótica do ocidente. Nessa direção, recoloca a questão da diferença cultural e identitária como direito, contesta

⁸ Sabe-se que o Brasil era visto como um exemplo de convivência de pessoas e grupos de diferentes origens. Essa representação sobre o Brasil foi fortalecida, inclusive, com a publicação de *Casa Grande e Senzala* e suas inúmeras traduções.

⁹ É conhecida a tese de Freyre sobre a importância da miscigenação étnica/racial para a constituição e afirmação do brasileiro como povo.

a ideia da homogeneidade cultural e expressa a luta de pelo direito de existir por parte de grupos e culturas consideradas inferiores ou não legítimas no contexto da passagem do século XIX para o século XX.

Mais recentemente, os argumentos da genética podem ser somados ao da sociologia e ao da antropologia na crítica científica à ideia da existência de raças humanas e da possibilidade de hierarquizá-las como superiores e inferiores ao desenvolver pesquisas por meio das quais concluíram que não existe diferenciação genética significativa entre povos por maiores que sejam seus traços e características fenotípicas como cor de pele, tipo de cabelo, formato de nariz, queixo ou olhos.

Desse modo, se na passagem do século XIX para o século XX, a ideia predominante era a de que existiam raças humanas e que elas se hierarquizavam entre superiores e inferiores; hoje, nos primeiros anos do século XXI, o argumento predominante, dentro e fora do mundo acadêmico, é o de que existe apenas uma raça humana, que elas se diferenciam culturalmente e que essas não podem ser hierarquizadas como superiores e inferiores.

No atual contexto, parte importante do debate sobre diferenças culturais está associada aos estudos sobre a chamada pauta identitária na sociedade contemporânea e que ressaltam, de um modo geral, aspectos como a fragmentação, o hibridismo e a provisoriidade (HALL, 2002, BHABHA, 2007, BAUMAN, 1997)

O descentramento (HALL, 2002) das identidades resulta do enfranquecimento das meta-referências (Estado-Nação, socialismo, liberalismo, entre outras) e traduz um processo segundo o qual a sociedade passa a legitimar não apenas um, mas vários elementos identitários (etnia, orientação sexual, gênero etc.) o

que torna possível que os agentes sociais possam assumir vários pertencimentos sociais¹⁰.

Associado ao descentramento e fragmentação, a ideia de hibridismo (BHABHA, 2007) (CANCLINI, 2008) procura dar conta de identidades não homogêneas e não unívocas. Refere-se aos processos de composição de várias referências (etnia, gênero, nacionalidade etc.) que podem ou não ser contraditórias. Nesse sentido, hibridismo é constituído por processos de negociação das identidades que se dá no que o autor chama de “entre-lugar”. O “entre-lugar” é ele mesmo uma referência às ideias de hibridismo e negociação já que indica uma situação intermediária, um “lugar” que, ao mesmo tempo, se constitui como relações sociais entre indivíduos e grupos orientadas pela diferença cultural e pela alteridade.

O mundo atual tem sido apreendido como o mundo do movimento e da provisoriedade das identidades. Nesse sentido, Bauman (1999) acrescenta ao léxico acadêmico contemporâneo a noção de “liquidez” como referência à ideia de mobilidade e fugacidade.

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo (BAUMAN, 2005, p. 32).

¹⁰ Pode-se dizer que esse processo traduz o deslocamento da referência do nacional (Estado-Nação) para o ocidental. Por sua vez, ainda que não se possa pensar na categoria ocidental como homogênea, é certo que em seu conjunto representa valores, práticas que não apenas se distingue do “não-ocidental”, mas também impõe-se sobre ele).

Como escreve Bauman, a provisoriedade das identidades revela a curta duração da adesão e do sentimento de pertença. A adesão e o rompimento sucessivo e permanente dos “habitantes do líquido mundo modernos” a grupos sociais, alimentaria, continuamente, o movimento dos agentes sociais e suas identidades.

No entanto, se essas categorias parecem ser adequadas para se pensar o mundo contemporâneo, elas podem também produzir um “nevoeiro” traduzido pelo sentimento de incerteza, insegurança e de ceticismo. que dificulta a análise social e crítica política. Apesar das novas dinâmicas sociais-subjetivas, faz-se necessário não perder de vista que essas relações são também produto e produtora de relações de poder e dominação inerentes aos processos de produção de identidades descentradas, fragmentadas e efêmeras. Nesse sentido, parecem ser pertinentes as críticas, por exemplo, a ideia do descentramento e pluralidade presentes no multiculturalismo como caminho para a fragmentação e para segregacionismo políticos.

[...] as lutas atuais em defesa do multiculturalismo [...] o direito dos vários grupos étnicos e culturais de declararem suas diferenças e seus separados desenvolvimentos. Esse é o caminho para o auto-apartheid [...] é o segregacionismo total, a mera oposição de um particularismo ao outro.” (LACLAU , 2001, p. 244)

Observa-se, pois, que o mesmo tempo que expressa uma nova ordem política de afirmação do direito à diferença, o multiculturalismo pode representar a despolitização e a renaturalização das diferenças. Ou seja, perde-se a dimensão dos embates e coerções políticas constituidoras das relações sociais que agora são reificadas justificadas por esse mesmo direito à diferença.

Por outro lado, no campo da educação há críticas em relação ao modo como o multiculturalismo tem sido incorporado nas estratégias escolares. Segundo Silva (2000), nesse contexto, a problemática das diferenças é reduzida, muitas vezes, ao “apelo à tolerância” (SILVA, 2000, p. 73) o que esvazia o seu conteúdo político seja pela ideia da necessidade de desenvolver sentimentos de boa vontade para com outro, seja de ao tratar o preconceito por meio de terapias, dramatizações e dinâmicas grupais, ou ao pensar e agir em relação ao “outro exótico”, portanto, distante e não ameaçador a sua própria identidade (SILVA, 2000, p. 98 a 100) ¹¹.

Visto de modo despolitizado e naturalizado, a ideia de diferença nos remete a uma suposta desestratificação e des-hierarquização social. Ao contrário disso, é necessário pensar o descentramento, a pluralidade, o hibridismo, a fugacidade, para além expressão da liberdade plena das escolhas individuais, como pretende o senso comum veiculado dentro e fora do mundo acadêmico.

Como se vê, tanto no campo da política, quanto da educação existem críticas aos modos de “apropriação” da ideia diferença como direito. É essa a crítica que pretendemos desenvolver em relação à prática de imigrantes de recorrer a procedimentos cirúrgicos para atenuamento de traços étnicos.

Uma primeira aproximação com essa problemática pode ser feita com base nos dados publicados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2008) indicam que no de 2005 cerca de 191 milhões de pessoas, número que passaria para 281

¹¹ Essas “estratégias pedagógicas” são incapazes de reconhecer que a diferença é produzida nas e pelas relações sociais e de poder e que, ao invés de explicitá-las, procuram resolver o “problema” por meio de mecanismos que mantêm a diferença e os diferentes, física e subjetivamente, à uma distância segura e com isso espera-se eliminar os conflitos.

milhões em 2020 segunda a mesma fonte. Estes números são importantes para que possamos visualizar a intensidade do movimento migratório no contexto da globalização. Por sua vez, a ênfase dada pelo UNFPA no mencionado relatório de 2008 é a discussão sobre “negociação cultural”, o que é bastante ilustrativo das questões identitárias produzidas por esse fluxo migratório, também, no campo da política internacional ¹²

De modo mais específico, a problemática sobre imigração e cirurgias plásticas pode ser ilustrada com base no caso recentemente publicado pela imprensa espanhola para pensarmos a diferença explicitada por traços físicos no contexto das identidades descentradas e fugazes. No dia quatro de agosto de 2008, o jornal espanhol “El País” publicou uma reportagem (PRATS, 2008) sobre um jovem imigrante equatoriano que fez cirurgia plástica em seu nariz. Para tanto destinou quatro mil e duzentos euros operar o nariz e assim minimizar o que chamou de “traços incas”. Os motivos, segundo o jornalista, era o desejo do jovem era “chamar menos atenção pela rua”.

De acordo com dados da Sociedade Espanhola de Cirurgia Plástica, Reparadora e Estética (SECPRE) ocorrem, anualmente, cerca de 400.000 intervenções cirúrgicas estéticas. Para alguns profissionais como o que operou o imigrante equatoriano, as cirurgias de “ocidentalização” chegam a 10%. As intervenções mais comuns são as de mudança do nariz, mas há também, mudanças da forma do queixo, do rosto e dos olhos. Na Espanha, ainda de acordo com a mesma reportagem, a origem nacional da maioria das pessoas que recorrem a esse procedimento cirúr-

¹² Com o subtítulo “Construindo consenso: Cultura, gênero e Direitos Humanos”. O documento está dividido em sete capítulos que abordam sempre o tema “negociação cultural” de questões relacionadas ao gênero, direitos humanos, saúde reprodutiva, pobreza e desigualdades (UNFPA, 2008).

gico é América Latina, mas também há casos de imigrantes de países orientais ¹³. Em todos os casos, a referência seguida nas intervenções cirúrgicas são os traços ocidentais: nariz, queixo e rosto mais afilados, entre latino-americanos e olhos mais arredondados, entre orientais.

É importante ressaltar que as próprias conclusões do jornalista do “El País” apóiam-se nas declarações do imigrante e, também, de cirurgiões plásticos entrevistados. Desse modo, a ideia que fica ao concluir a leitura da reportagem é a de que os imigrantes fazem cirurgias plásticas para “adaptarem-se” ao meio.

É exatamente essa ideia de “adaptação” que coloca em xeque as interpretações que se apropriam da ideia de “escolhas” para fazer referência a um contexto onde as diferenças são valorizadas e onde a explicação sobre adesão às identidades parecem não dar conta das relações de poder nas quais os agentes sociais estão inseridos.

O uso de cirurgia plástica entre imigrantes e seus descendentes para modificação de “traços étnicos” recoloca o debate sobre a associação entre identidade e traços físicos já que a noção de traços étnicos é socialmente construída a partir da associação entre características físicas, “tipos” de personalidade e origens culturais e expressa as relações e a hierarquização entre povos e culturas diferentes. Ideia que como veremos no capítulo 5 precisa ser relativizada (NIECHAJEV, HARALDSSON, 1997)

Assim, o desejo e a tentativa de eliminação de traços étnicos por meio de cirurgias plásticas revelariam uma estratégia de apagar diferenças físicas o que expressa forças ho-

¹³ No Brasil, entre os meses de setembro de 2007 e agosto de 2008, foram realizadas 629 mil cirurgias plásticas SBCEP, 2009. Em 2002, estima-se 14 mil pessoas, grande parte de origem japonesa realizaram cirurgia de ocidentalização. (ZAKABI, 2002)

mogeneizadoras e coercitivas que contrastam, pelo menos em parte, com a ideia com o discurso da exaltação da diferença. Tratar-se-ia de “formas de assujeitamento corporal” observados em cirurgias plásticas estéticas fora do contexto étnico ou, mesmo, na modelação do corpo em academias. (MISKOLCI, 2006, p. 683)

Novas e velhas relações de poder

É necessário retomar dois pontos antes de seguir em frente. Primeiro o corpo é uma produção social, da cultura humana. As associações entre formas e cores do corpo e a ideia de pureza e superioridade racial são produzidos historicamente. Segundo, devemos nos afastar das concepções que separam o “Homem” de seu corpo, como se fosse duas coisas distintas.

o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico. A corporeidade é socialmente construída” (LE BRETON, 2009. p. 18/19).

É a partir dessas ideias que o presente capítulo tem como foco a recorrência a intervenções cirúrgicas para atenuamento de traços étnicos em dois contextos sociais bastante diferentes, o da transição do século XIX para o século XX e o da passagem do século XX para o XXI. O objetivo não era demonstrar que nada mudou nos dias atuais em relação ao passado, mas formular uma hipótese segundo a qual mecanismos de dominação e de estratificação social têm se reconfigurado por meio de “novas” dinâmicas sociais.

Desse modo, é possível dizer que vivemos, de fato, novos processos de produção de identidades sociais. Isso em grande

parte, em função das mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX em consequência da globalização e de seus impactos sobre o poder dos Estados Nacionais como “centro gravitacional” das identidades.

[...] o estabelecimento de qualquer Estado soberano exigia em regra a supressão das ambições de formação de um Estado por muitas populações menores, solapando ou expropriando mesmo o pouco que tivessem de capacidade militar incipiente, de auto-suficiência econômica e de especificidade cultural referencial identitária (BAUMAN, 1999, p. 70).

Além do enfraquecimento das identidades centralizadas e unificadas como resultado da desestabilização dos Estados Nacionais, o desfecho da experiência real do socialismo e o fim das polarizações entre bloco comunista e capitalista também contribuiu para o enfraquecimento de meta-referências identitárias ao ceder lugar a demandas mais pragmáticas e pontuais como as relacionadas ao gênero, orientação sexual, e o direito às diferenças culturais, religiosas e étnicas.

[...] a identidade islâmica é (re)construída pelos fundamentalistas por oposição ao capitalismo, ao socialismo e ao nacionalismo, árabe ou de qualquer outra origem, que, em sua visão, são todas ideologias fracassadas provenientes da ordem pós-colonial (CASTELLS, 2000, p. 33).

São claras, portanto, as mudanças sócio-subjetivas pelas quais o século XX passou de modo que hoje o processo de configuração das identidades é distinto do observado no início daquele século. No entanto, a despeito das mudanças já apontadas observa-se que os processos identitários, em qualquer um dos cenários apontados, expressam dinâmicas de coerção e estratificação so-

ciais. Se isso tem sido mais facilmente reconhecido em relação à passagem do século XIX para o XX por meio da denúncia e crítica ao racismo e etnocentrismo ocidental, o mesmo não se pode dizer em relação ao período mais recente. Isto porque algumas abordagens e categorias analíticas que procuram explicar o processo de descentramento, fragmentação e hibridismo das identidades podem desviar o foco de análise para fora dos contextos das relações de poder e de dominação nas quais são produzidas.

Para irmos além da compreensão da cirurgia plástica como expressão do descentramento das identidades entendido como um processo dissociado das pressões sociais convém recorrer à crítica de Giddens a ideia de “escolha”. De acordo com o autor “nos contextos pós-tradicionais, não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir.” (1997, p. 94.). O que sugere que “escolher” não é apenas uma questão de direito e de capacidade dos agentes sociais, mas também, uma imposição social. Desse modo, Giddens chama atenção sobre o caráter ilusório das escolhas com base em três constatações. a) as “emoções inconscientes”, adquiridas na trajetória dos agentes, “bloqueiam” o poder de escolhas. b) um dos mecanismos de garantia da “segurança ontológica” a rotinização o que a torna inevitável para o agente social. A rotinização, por sua vez, é um processo de adesão a práticas e valores sociais que implica na abdicação de “escolhas”. c) as escolhas são frutos de coações sociais.

As escolhas que são constitutivas das opções do estilo de vida são muito frequentemente limitadas por fatores que estão fora do alcance do indivíduo ou dos indivíduos que elas afetam (GIDDENS, 1997, p. 94/95).

No lugar de “escolhas” Giddens prefere falar em termos de “decisões”, segundo o autor:

[...] é mais preciso afirmar que todas as áreas da atividade social vêm a ser governada por decisões [...]. Quem toma essas decisões, e como, é fundamentalmente uma questão de poder. Uma decisão, é claro, é sempre a escolha de alguém e, em geral, todas as escolhas, mesmo aquelas dos mais pobres ou aparentemente impotentes, sofrem refração das relações de poder preexistentes. Por isso, a abertura da vida social à tomada de decisão deve ser identificada ipso facto com o pluralismo; é também um meio de poder e estratificação. (GIDDENS, 1997, p. 95/96).

Como se vê, a questão de fundo é a do poder. Como temos insistido nesse capítulo a realização de cirurgias plásticas precisa ser pensada, seja qual for o contexto histórico, no interior do campo de disputas entre forças assimétricas. No caso de imigrantes, releva seu posicionamento claramente desfavorável seja no campo econômico (mercado de trabalho) seja no campo social (in-visibilidade).

Ainda de acordo com Giddens, a cirurgia plástica pode ser compreendida como um mecanismo de monitoramento reflexivo no contexto da alta modernidade onde segurança ontológica¹⁴ é garantida pelo sentimento de maior liberdade. Desse modo, recorrer à cirurgia plástica como expressão da liberdade de escolha dos agentes sociais seria, de acordo com Giddens, uma expressão do sentimento de segurança ontológica na sociedade contemporânea.

Além das contribuições de Giddens, a noção de habitus de Bourdieu, em particular a exposta em “Meditações Pascalianas” (2007) é particularmente esclarecedora.

¹⁴ Segundo Giddens, “Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica. (1997, p. 90)

[...] os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidade nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas, porém, nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem. (BOURDIEU, 2007, p.169)

O corpo pode ser pensado com expressão do habitus e a cirurgia plástica como estratégia de capitalização e reposicionamento social. Na realidade, a clareza sobre essa ideia depende da compreensão da cirurgia plástica como expressão de um “senso prático” do imigrante no sentido de adequar-se ao campo do qual faz parte. (BOURDIEU, 2007, p.169). Aspecto que será retomado com maior profundidade no sétimo e último capítulo deste livro.

Por ora, vale ressaltar que de acordo com Bourdieu o corpo é o principal alvo das “injunções sociais” que procuram inscrever as diferenças sejam de sexo ou etnia que sobre ele recaem sobre diversas formas e maneiras.

As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto, o primeiro tratado como um ‘rascunho’. O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre sexo nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se etc. (BOURDIEU, 2007, p. 172)

Mais do que isso, o recurso da cirurgia plástica ainda que possa ocorrer em contextos distintos como o das identidades centradas e soberanas e o das descentradas e fragmentadas, revelaria estratégias de ascensão ou mobilidade social em situações onde a origem étnica/nacional é determinante das relações de poder e de acesso no interior da campos e subcampos específicos, por exemplo, como o do mercado de trabalho. Mas do que isso materializaria as relações sociais nas quais se fazem necessárias estratégias de capitalização simbólica, como, por exemplo, a modificação do corpo.

Apontamento finais

O corpo é um produto da sociedade à qual pertence. É produzido por meio e nas relações sociais e de poder entre indivíduos e grupos sociais. O corpo é, assim, moldado pelas disputas de forças que se configuram a cada época e contexto. Desse modo, a realização de cirurgias plásticas com o objetivo de atenuamento de traços étnicos seria uma expressão das relações de relações que se materializam no corpo, em especial no rosto. A cirurgia plástica, por ser uma intervenção cirúrgica no corpo, nos remeteria, por sua vez, a uma mudança quase definitiva e não fugaz o que questionaria concepções sobre identidades na sociedade contemporânea.

As alterações do corpo por meio de cirurgia plástica traduziriam relações de poder e de estratificação social baseados em traços fenótipos ligados ao senso comum e a teorias científicas de classificação de “raças humanas”. Isto é, os traços étnicos expressam como aspectos do corpo, em especial do rosto, são apropriados historicamente. No caso dos imigrantes, as representações sobre tipos olhos, nariz, remontam ao processo de

colonização e ocidentalização do planeta. Assim, a identificação como irlandês, oriental, árabe, judeu, latino-americano etc., retoma a relações historicamente construídas entre colonizados e colonizadores e dominados e dominadores.

Essa prática não é nova e remonta a períodos em que as técnicas de cirurgia plástica eram muito rudimentares e, inclusive, sem a existência de anestésias e assepsia. O que é de estranhar é que em uma época como a que vivemos, na qual se acredita ter superado, inclusive a duras penas, teorias e senso comum racistas, ainda temos a recorrência às modificações físicas como estratégia de agentes sociais para transpor barreiras sociais, econômicas, políticas e estéticas.

As cirurgias plásticas entre imigrantes na atualidade, assim, como na passagem do século XIX para o XX poderiam ser compreendidas como uma estratégia dos agentes sociais no interior do campo de forças específicos (mercado de trabalho, entretenimento, espaços sociais de convivência) com o objetivo de reposicionamento por meio da legitimação de sua aparência como menos oriental, menos andino, menos árabe e mais ocidental. Tratam-se relações sociais de poder orientadas pela associação entre as representações de traços físicos e ocidentalidade. Essas relações, como já foi dito, traduziriam a correlação de forças entre grupos étnicos/raciais, entre Estados-Nacionais e regiões do globo.

Na realidade, o que se questiona é a recorrência a cirurgia plástica como imposição de uma sociedade que contraditoriamente diz-se multicultural, mas que descriminaliza, segrega, hierarquiza e inferioriza a partir de traços fenótipos que remetem a uma origem distinta (distinção imaginada, ou não) da sociedade receptora. O que questiona e coloca em xeque o alcance prático e político do multiculturalismo como expressão da igualdade na diferença.

Nessa direção, mudar o corpo parece ser um caminho mais curto para um reposicionamento social que por meio da mudança social demoraria tempo demais para ser vivenciada pelo agente social o que põe evidência o caráter contraditório entre o discurso multiculturalista que defende a ideia de que diferença é positiva e que deve ser afirmada e práticas como a da cirurgia plástica, que apontam para a busca pela invisibilidade social por meio de estratégias, como a cirurgia plástica, de eliminação de traços físicos que denunciam, tal como na passagem do século XIX para o século XX, o pertencimento a nações, etnias e culturas não legítimas.

PRODUÇÃO DA DIVERSIDADE: IDENTIDADES E IMIGRAÇÃO

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo analisar dinâmicas identitárias em contextos migratórios em três períodos, a saber: a) as últimas cinco décadas do século XIX e as quatro primeiras do século XX; b) o período correspondente à Guerra Fria; e c) a última década do século XX e a primeira do século XXI. Nestes três períodos é possível observar mudanças no sentido e significado da diversidade cultural. Centrei a análise em torno da questão imigratória e de sua capacidade de produzir o estranhamento e a alteridade, o que nos próximos capítulos nos levarão ao tema do corpo e das modificações corporais. Certo de que o recorte temporal e a problemática são reconhecidamente muito amplos e complexos, busco, de modo não exaustivo, refletir sobre tendências e possibilidades de se pensar em como a imigração pode recolocar o tema da diversidade em termos políticos e analíticos. Assim, procurei aqui sistematizar parte de minhas reflexões que resultaram, sobretudo, das leituras sobre diversidade, assimilação, multiculturalismo e interculturalismo, cujas obras estão situadas em um campo interdisciplinar formado, sobretudo, mas não exclusivamente, por sociólogos, antropólogos

e psicólogos sociais. Com base nessas leituras, parto da hipótese de que, nesse período, as mudanças quanto ao entendimento da diversidade estão, principalmente, relacionadas às transformações observadas na correlação de forças e na distribuição de poder entre agentes sociais tais como empresários, imigrantes e movimentos sociais, além de decorrerem também das mudanças na capacidade dos Estados Nacionais em produzir identidades.

Como resultado, em termos gerais, o capítulo demonstra que a ideia de diversidade variou entre a construção da diferença como desigualdade, no período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX, passando pela fase entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, na qual a diferença passa a ser defendida e garantida como direito para, na fase seguinte, que se estende até os dias atuais, produzir concepções grupistas, essencializadas e despolitizadas da diversidade, o que, no entanto, não inviabiliza a emergência de novas configurações culturais e políticas capazes de ampliar as noções e práticas de direitos em contextos fortemente marcados por fluxos migratórios.

Diversidade como desigualdade

O período compreendido entre 1850 e 1939 é caracterizado por inúmeras e profundas transformações. Esse é o período da consolidação da modernidade. Nele, por exemplo, ocorreu a chamada Segunda Revolução Industrial, quando os meios de comunicação (telégrafo e telefone) e de transporte (motores de combustão interna e ferrovias), são igualmente revolucionados. A Alemanha e a Itália concluíram o processo de unificação que resultou em sua constituição como Estados nacionais e potências emergentes. O domínio europeu sobre a África e Ásia consoli-

dou-se nesse período, que foi também palco da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Finalmente, foi nesse período em que ocorreram grandes fluxos migratórios para as Américas provenientes da Europa e Ásia. Segundo Klein (2000), por exemplo, entre 1881 e 1912 cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil. Na passagem do século XIX para o XX a América foi o destino principal de imigrantes europeus e asiáticos.

Nesse período, identidades eram fortemente centradas, como por exemplo a do homem branco, proprietário e heterossexual, e serviam para a produção de hierarquias entre sexos, raças, Estados nacionais e culturas. Como assinala Santos, “A maioria dos nacionalismos e das identidades nacionais do Estado nacional foram construídos nessa base e, portanto, com base na supressão de identidades rivais que não tiveram recursos para ganhar na luta das identificações” (SANTOS, 1999, p. 21). Por sua vez, as primeiras décadas do século XX, período de emergência da sociedade de massas, coincidem, no campo da subjetividade, com a fase de transição do “sujeito soberano” para o “sujeito sociológico” (HALL, 2002). De acordo com Hall essa mudança alterou a centralidade do “eu”, antes considerado acima e independente da sociedade, que passa a ser entendido como fruto e produto das interações sociais (IBID., p. 11).

No capítulo anterior procurei identificar as bases intelectuais e científicas que orientaram a formulação da ideia de diferença racial naquele período, que para os propósitos do presente capítulo devem ser vistas como expressões das normas e valores que orientavam as relações entre os agentes sociais. Originária do determinismo racial, a eugenia questionava as teses evolucionistas da antropologia cultural, de acordo com as quais todas as sociedades ao evoluírem alcançariam o estágio civilizatório, e defendia que as sociedades poderiam sofrer um processo de de-

geração. O eugenismo também foi uma importante referência que serviu para classificar e hierarquizar os imigrantes, quando não, utilizado para selecionar os imigrantes bem-vindos em detrimento dos não desejados. As teorias eugenistas baseavam-se, entre outros, sob dois pilares. O primeiro era a defesa da existência não apenas de diferentes raças humanas, como também, a existência de uma hierarquia cujo topo era ocupado pelos arianos. O segundo pilar referia-se ao caráter degenerativo da miscigenação. Os mestiços eram tidos como inferiores, os últimos na escala eugenista de classificação das raças. Desse modo, no que pôde influenciar nas políticas de imigração e da prática de seus agentes, o eugenismo atuou a favor da imigração de europeus, especialmente do norte da Europa.

Desse modo, parte das relações de alteridade e de estranhamento presentes na literatura (SAID, 2007) e nos estudos etnográficos (SCHWARCZ, 1993) realizados, sobretudo, em regiões distantes, passaram a ser experimentadas no interior dos países de destino dos imigrantes. Nesse sentido, a imigração foi um dos fatores de produção da diversidade. O imigrante como estrangeiro, como forasteiro, como aquele que não compartilha da mesma origem, da mesma história ou não é do mesmo Estado nacional, foi utilizado consciente ou inconsciente como um importante coadjuvante, por contraste, na formação das identidades nacionais.

O imigrante desempenhou um papel ambivalente nesse contexto (BAUMAN, 1999). De um lado, como mão de obra, fortaleceu e oxigenou a sociedade capitalista que necessitava de oferta crescente de mão de obra barata. De outro, no entanto, o imigrante, como estranho e estrangeiro, desestabilizava a ordem social e política. As diferenças religiosas, gastronômicas, linguísticas e comportamentais prejudicavam e ameaçavam a previsi-

bilidade inerente à coesão social e colocavam em xeque identidades individuais ou coletivas por meio da ameaça sobretudo à identidade nacional dos países receptores.

Além disto, os imigrantes foram vetores de difusão de várias expressões do ideário contestatário existentes no período. Os imigrantes foram um dos principais protagonistas dos movimentos anarquista, socialista e comunista nas Américas e, em especial, no Brasil (BASTIDE, 1973; FAUSTO, 1999; TRUZZI, 1997). Isso é uma evidência de como os imigrantes como agentes sociais em desvantagem política podem, seja na condição de trabalhadores, seja de imigrantes não ideais do ponto de vista racial, alterar significativamente a realidade dos países de destino.

O imigrante desejado, o que era, muitas vezes expresso sob a forma de leis de imigração¹, atendia tanto a interesses econômicos quanto a um ideário de acordo com o qual raças e culturas eram hierarquizadas, inclusive, como vimos, com base em explicações científicas. A combinação entre as dinâmicas socioeconômicas e as ideias disponíveis, científicas ou não, permitiu a produção de um marco, se não inicial, ao menos determinante do debate sobre diversidade e racismo ainda hoje pertinente (BAUMAN, 1999). Interessa notar que o imigrante, a assimilação e o racismo são categorias produzidas em uma correlação de forças favorável ao Estado nacional, ao capitalista, ao ariano e ao mundo ocidental. Por isso representam o objeto e o modo como o ideário dominante foi constituído e, ao mesmo tempo, à custa de quem.

1 Nos EUA foi publicado em 1882 o “Immigration Act”, que estabelece as categorias de imigrantes considerados indesejados. A legislação foi acrescida em 1917, 1921 e 1924 de modo a ampliar o número de nacionalidades que não são bem vindas ao país. Cf. BROMBERG, H. Immigration Act of 1882. Disponível em: <<http://immigrationtounitedstates.org/584-immigration-act-of-1882.html>>. Acessado em 14/11/2016.

Nesse contexto, houve três principais formas de se lidar com o outro, no caso, o imigrante, quando considerado “estranho”, portanto, com a diversidade. A primeira era a assimilação entendida como um processo unidirecional e sem concessões. Ao comentar o tema entre os autores da Escola de Chicago, Poutignat e Streife-Fernart pontuaram: “A assimilação é cada vez mais concebida como um processo de uniformização cultural via transformação dos imigrados [...] como o processo que resulta na dissolução dos grupos étnicos e na absorção de seus membros na sociedade de acolhimento.” (1998, p. 64). A exemplo de outras categorias sociais herdadas das ciências biológicas, a assimilação do imigrante tinha como pressuposto a ideia de um organismo mais fraco ser incorporado por um maior e mais forte (BAUMAN, 1999, p. 116). Essa incorporação significava homogeneizar a sociedade com base nos valores e normas dominantes (IBID., p. 118).

No Brasil, o debate sobre o imigrante desejado² e o esforço assimilatório foi convertido em ações de contenção e confinamento durante a Segunda Guerra Mundial, conflito em que Brasil e Japão se tornaram inimigos. A mesma estrutura administrativa organizada antes para promover a assimilação agora voltava-se para o controle e a vigilância do “estranho” convertido em inimigo, o que deu origem, por exemplo, a campos de concentração, como os registrados nos Estados do Pará, Pernambuco, São Paulo, Paraná e Santa Catarina ou de regiões, bairros, e cidades altamente vigiadas, a exemplo de Pereira Barreto/SP (ENNES,

2 No Brasil esse tema também ganhou expressão no campo legislativo, em especial nas décadas de 1920 e 1930. Destacam-se os decretos 4.247/1921, 16.761/1924 e 20.917/1930, que legislavam sobre a entrada de imigrantes no país, bem como a Emenda Miguel Couto de 1930 que estabelece o limite máximo de imigração africana e asiática a 5% do número de pessoas dessas origens já residentes no país, e a Emenda Levy Carneiro que reduz essa proporção à 2% em 1934. Para outras leis sobre imigração no período ver ENNES, M.A. (2006).

2001). Os campos de concentração também foram uma prática recorrente nos EUA, a exemplo dos instalados nos Estados da Califórnia, Arizona, Colorado, Wyoming, Idaho, Utah e Arkansas (SAPONOTÍCIAS, 2015).

A terceira e mais radical solução que a modernidade encontrou para lidar com a diversidade foi a eliminação física. O exemplo mais representativo está relacionado com a ascensão e consolidação do nazismo, que pode ser tomado como expressão radicalizada do desejo da purificação. Por não serem assimiláveis ou contidos em seus guetos, judeus, ciganos e homossexuais foram exterminados como materialização do desejo de purificação étnica e da eliminação do estranho (BAUMAN, 1999). Tal como os imigrantes, as vítimas do nazismo são uma expressão do processo de produção da alteridade, mesmo que tenham nascido na Alemanha. A militarização e o uso da força física de modo proposital e generalizado baseado, inclusive, nas teorias eugenistas, radicalizou o processo de hierarquização social já existente sob os países e legislação liberais. De fato, judeus, ciganos e homossexuais foram rebaixados de um modo profundo na concepção da hierarquia nazista sobre a humanidade. Esse foi um cenário de extrema assimetria entre os nazistas e suas vítimas, e que deu origem a um dos episódios mais cruéis na história da humanidade.

A derrota do Eixo e a herança de destruição e morte deixadas para a posteridade colocaram em xeque as teses que alimentaram as concepções negativas sobre diversidade. A crítica às teorias racistas e aos regimes totalitários passou a compor a agenda de cientistas e governantes que buscavam lançar as bases para novas formas de convivência com a diferença. Conforme vimos no capítulo anterior, ainda que não tenham desaparecido, o eugenismo e a ideia da assimilação foram duramente criticados por novas teorias que se apoiavam, por exemplo, nas teses

do relativismo cultural e na crítica ao etnocentrismo.

Nesse sentido, a produção do pertencimento e da alteridade passou a depender de normas que, ainda que não deixassem de produzir subalternidades (ocidente x oriente, branco x não branco, heterossexual x homossexual, homem x mulher, burguês x operário), representaram esforços significativos para o desenvolvimento futuro da diferença como direito.

Desestabilização do Estado nacional, descentramento identitário e as origens do multiculturalismo

O período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial seria marcado por muitas mudanças. Do ponto de vista econômico, o capitalismo financeiro passa por uma importante modificação em razão do reconhecimento teórico e político sobre a necessidade de intervenção do Estado na economia, seja para equilibrar o mercado, seja para promover o bem-estar da população. Nesse período ocorre a organização do Estado-Providência, mas também sua crise e o início de seu desmonte.

O período do Pós-Guerra seria, portanto, marcado por transformações significativas no cenário dos direitos, da geopolítica e da economia. Além dessas mudanças no plano da organização e das macroestruturas do capitalismo, os 50 anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados por modificações significativas em relação ao modo como a diferença cultural passou a ser compreendida, e como isso foi traduzido em termos de diversidade. Esse é, também, um período marcado pela emergência dos movimentos feminista, estudantil, negro e ambientalista, entre outros, que se organizaram em torno de demandas até então não contempladas por partidos políticos e sindicatos, mesmo os de esquerda. Observa-se, assim, uma nova correla-

ção de forças entre os agentes sociais, antes subalternizados, de modo a dar visibilidade a suas demandas. Esse é o terreno no qual se processa a fragmentação identitária e o chamado descenramento do sujeito (HALL, 2002; BAUMAN, 2005; WOODWARD, 2000). A novidade desses movimentos não está tanto em suas demandas e necessidades, posto que tanto uma como outra, em grande parte, já existiam, mas na capacidade de organização e de disputa com interlocutores tradicionais como governos, empresários, partidos e sindicatos. O que é novo é a capacidade desses agentes ganharem visibilidade e poder na disputa por seus direitos. É na mudança da configuração política ou interdependência entre os agentes sociais (ELIAS, 2005) que devemos buscar a mudança do significado da diferença de marcadores identitários como gênero, raça, orientação sexual e etnia.

É nesse contexto que a diferença passa a ser reivindicada como um direito, um direito muitas vezes positivado sob a forma de lei e conquistado, sobretudo, pelos movimentos sociais. A produção do outro, da diferença, deixa, assim, de ter forte identificação com a desigualdade e a inferioridade tal como existiam no início do século XX quando era justificativa para a hierarquização entre nações e raças. Foi uma era em que, por exemplo, não obstante não terem sido universalizados, os Direitos Humanos, tornaram-se referência no campo político e ideológico (BOBBIO, 1997). Nesse contexto a ideia de assimilação perde força, seja como chave analítica, seja como orientadora de políticas de integração de imigrantes. Uma obra patrocinada pela UNESCO (1970, 1972) e publicada pela primeira vez em 1960, é um exemplo. Nela, o tema raça foi, para usarmos um termo muito acionado atualmente, desconstruído de modo a “esvaziar” seu conteúdo biológico e evidenciar sua natureza social, histórica, psicológica e cultural. Lévi-Strauss foi um dos autores reunidos

na obra e nela publicou o capítulo “Raça e história” onde apresenta categorias como diversidade cultural e etnocentrismo, bem como desenvolve a ideia sobre diferentes ritmos e padrões de desenvolvimento histórico (UNESCO, 1970, p. 231 – 268).

Outro exemplo de obras e autores que colocaram em xeque o assimilacionismo é o livro Teorias da etnicidade (1998) de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fernart, publicado pela primeira vez em 1969 que se tornaria um clássico, entre outros motivos e ideias, por recolocar o pertencimento étnico no campo político e dos direitos:

A pertença étnica não é mais vista como um obstáculo para a igualdade dos cidadãos, mas como a base de sua participação na vida política e social como membros de hyphenated-group. Na perspectiva do ‘novo culturalismo’, o hífen que torna o indivíduo ítalo-americano não o transforma em um meioamericano mas representa a própria essência da americanidade. (POUTIGNAT, STREIFF-FERNART, 1998, p. 73)

A questão identitária passa, assim, ao longo desse período por mudanças ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios são retomados. De um lado, a rotas que ligavam os países europeus e o Japão às Américas foram reativadas, de outro lado, observa-se o início do processo de descolonização da África e Ásia, que daria origem a fluxos migratórios originários de vários países desses mesmos continentes em direção a suas antigas metrópoles. Para ilustrar, podemos tomar o exemplo de Portugal. A Revolução dos Cravos em 1974 colocou fim à ditadura de Salazar e está relacionado, igualmente, ao fim de seus domínios coloniais que o país ainda mantinha na África e na Ásia. A partir de então, Portugal passou a receber um número considerável de portugueses retornados, bem como, seus fi-

lhos e parentes que nasceram e viveram nas antigas colônias (FONSECA, S/D, p. 53).

As mudanças políticas, econômicas e tecnológicas e a retomada dos fluxos migratórios têm efeitos significativos sobre as relações de pertencimento e de alteridade. Em razão disso, pode-se afirmar que o período iniciado com o final da Segunda Guerra Mundial, tem sido considerado como palco do processo de descentramento dos agentes e de suas identidades (HALL, 2002, p. 34). De um modo geral, o descentramento observado no período tem origem na desestabilização dos Estados nacionais e em seu poder de produzir identidades. Vale aprofundar esse ponto um pouco mais.

O Estado nacional, nesse período, é atacado e é enfraquecido tanto no flanco interno quanto externo (SANTOS, 2013, p. 271). De um lado, os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que “competiam” com os partidos políticos e sindicatos pelo protagonismo político e social, ampliavam e diversificavam as noções de direito, inclusive por meio da politização da subjetividade, dimensão até então confinada ao mundo privado. De outro lado, o Estado nacional é desestabilizado face ao aguçamento do processo de globalização (CASTELLS, 1999; BAUMAN, 1999). Desse modo, o Estado nacional parece ter perdido em parte a capacidade e a vontade política para continuar a regular as esferas da produção (privatização, desregulação da economia) e da reprodução sociais (retração das políticas sociais, crise do Estado-Providência) (SANTOS, 2013, p. 95).

Para Bauman (2008), por sua vez, ao longo do período ocorre um processo de descentramento associado à perda do poder centrípeto do Estado nacional e a uma nova forma de tratar a ambivalência e o “estranho”. Ao contrário da fase áurea da modernidade, na passagem do século XIX para o século XX, quando era uma força ameaçadora à ordem, a ambivalência passou

a compor o conjunto de forças sociais, cognitivas e afetivas na produção das identidades. Como diz Bauman, se no sólido mundo moderno trocava-se uma parte da liberdade pela segurança (ontológica), no líquido mundo moderno troca-se a segurança por mais liberdade (2008, p. 10). Liberdade não necessariamente no sentido iluminista, no sentido dado por Hall (2002, p.27) ao tratar do “sujeito soberano”, mas no sentido da desvinculação dos marcadores e filiações identitárias unívocas ligados à idade, gênero, nacionalidade e etnia, tal como existentes no período anterior. Essa dinâmica de adesão orientada pela necessidade de descarte eminente está associada à lógica característica da vida para o consumo (BAUMAN, 2008, p. 50)³. No entanto, se de um lado “politizar a cultura” ampliou a compreensão sobre a sociedade capitalista e sobre suas formas de domínio e contestação, de outro, abriu caminho para que outras dimensões e expressões da vida diária e cotidiana passassem a ser vistas como significativas da vida social e, como tal, objetos legítimos de estudo. Foi o que aconteceu em particular com os estudos sobre as mídias, as celebridades e tendências da moda que funcionaram no sentido contrário ao da afirmação da diferença como direito, de modo a despolitizar a cultura e reproduzir concepções essencializadas e naturalizadas de identidades (ENNES, 2008; MATTELART, NEVEU, 2004). Essas transformações observadas no período estão

3 Um exemplo dessa dinâmica pode ser encontrado em modificações corporais praticadas por meio de cirurgias plásticas em olhos e nariz, ou procedimentos estéticos não clínicos, como o frisamento ou alisamento de cabelos, que estão longe de ser um resultado meramente adaptativo. A pesquisa de campo realizada em nosso estudo, do qual parte dos resultados é apresentada nesse capítulo, permitiu-nos entender esse processo a partir de entrevistas com imigrantes latinos, africanos e asiáticos nas cidades de Lisboa e Madri. De um modo geral, como veremos nos próximos capítulos, essas entrevistas apontam para um desejo expresso de múltiplos pertencimentos ou, antes, a não fidelização identitária a um único grupo. Essas questões serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

na origem da nova forma de abordar a diferença cultural. A diferença não é mais algo a ser necessariamente assimilado, isolado, negado ou destruído. Esse novo significado, como se vê, torna-se ambivalente, isto é, é acionado tanto no campo dos direitos sociais e políticos, como na esfera do consumo. Esse é o contexto da origem e do desenvolvimento do multiculturalismo.

O acesso à parte da produção acadêmica sobre o tema e a documentos de gestão da diversidade de alguns países, revela que o debate sobre o multiculturalismo está associado tanto à problemática da imigração, quanto a questões de integração interna, em especial dos povos indígenas, de alguns Estados nacionais. Por exemplo, no Canadá o multiculturalismo diz respeito às políticas de promoção da integração de seus “diferentes internos”, assim como dos “diferentes externos”. Como veremos na parte seguinte, o multiculturalismo será a ideia dominante das políticas de integração de imigrantes e de gestão da diferença cultural tanto dos órgãos de regulamentação da União Europeia, em especial em Portugal e na Espanha.

Destaca-se, no entanto, que o próprio entendimento sobre o que é o multiculturalismo tornou-se “território” de disputa. Como observa Canclini, delineou-se uma oposição entre as ciências sociais, que tendem a entender o multiculturalismo como expressão de uma construção social e histórica, e os movimentos sociais que, à época em que a primeira edição do livro foi publicado (1995), já tenderiam à reessencialização (CANCLINI, 2008, p. 114.)

De qualquer modo, o multiculturalismo, seja como elemento norteador de políticas de integração, seja como prática política, não possui significados unívocos e nem é monopólio do Estado ou dos movimentos sociais. Essa dissensão em torno do seu significado pode ser compreendida como resultado do jogo de correlação de forças em torno da produção e da significação da diferença.

Esta tensão se aprofundou nas décadas de 1970 e de 1980. No campo político, à medida que o descentramento os multiplicava, os agentes sociais e suas muitas e diferentes demandas favoreceram a formação de “guetos” semelhantes aos que na primeira metade do século XX imigrantes, estrangeiros e forasteiros foram confinados. Nessa nova fase, no entanto, os guetos funcionam mais como fortaleza para quem está dentro. Isto é, o multiculturalismo significou, também, uma maneira de se resguardar em sua particularidade, sua diferença, sem ser molestado pelo outro. Sob qualquer sinal de ameaça e questionamento do modo de ser e estar no mundo corre-se para dentro da fortaleza e com isso encerra-se o debate político e eliminam-se os pontos de interseção da vida pública. O multiculturalismo, nesse sentido, ao invés de favorecer o intercâmbio cultural levou à produção de fortalezas identitárias.

O interculturalismo e as múltiplas produções da diversidade.

O terceiro e último período abordado nesse capítulo é o que se inicia com o fim da Guerra Fria e se estende até os dias atuais. Como os anteriores, é um período de grandes e profundas transformações no campo da geopolítica, da organização capitalista da produção, dos padrões e normas de comportamento, dos fluxos migratórios e, para ficarmos nos aspectos privilegiados no capítulo, na produção da diversidade (CANCLINI, 2007; INERARETY, 2003; SANTOS, 2013). Processo que resultou no aprofundamento da desestabilização dos Estados nacionais, produzida, como já vimos, tanto por forças internas como externas (BAUMAN, 1999).

O fim da Guerra Fria deu origem a uma outra organização geopolítica para o globo. A globalização materializa a nova fase de expansão do capital integrando financeiramente o mundo e produzindo e/ou aprofundando as distâncias e desigualdades

sociais entre o centro e a periferia do sistema. O período é pleno de ressurgimento de identidades comunais e nacionais que haviam sido aglutinadas e silenciadas sob Estados nacionais na Europa, na África e na Ásia (CASTELLS, 1999). A guerra dos Balcãs, trouxe de volta à Europa a guerra e o genocídio.

Na atual fase da história, caracterizada pela combinação das influências do fim da Guerra Fria, da Globalização e da emergência da sociedade de consumo, observou-se uma nova correlação de forças em torno da produção da diversidade cultural. De um modo geral, pode-se dizer que essa realidade passa pelo embate analítico e político entre multiculturalismo e interculturalismo. Esse debate, como veremos, oscila entre autores que buscam demonstrar que há mais aspectos que os assemelham do que os distinguem, e outros que irão enfatizar as diferenças sempre apontando a superioridade do interculturalismo como chave analítica para apreender e explicar as relações de poder inerentes às formas culturais de existência e relacionamento na sociedade contemporânea.

Esse debate se aprofunda a partir do aumento dos fluxos imigratórios em direção à Europa. Dados publicados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2008) indicam que, no ano de 2005, cerca de 191 milhões de pessoas (cerca de 3% da população mundial) eram classificadas como migrantes internacionais. Esses dados são importantes para que possamos visualizar a intensidade do movimento migratório no contexto da globalização⁴. Dados mais recentes da ONU demonstram que em 2020 havia mais de 281 milhões de imigrantes em todo o mundo (ONU, 2020).

⁴ Com o subtítulo “Construindo consenso: Cultura, gênero e Direitos Humanos”. O documento está dividido em sete capítulos que abordam sempre o tema “negociação cultural” de questões relacionadas ao gênero, direitos humanos, saúde reprodutiva, pobreza e desigualdades (UNFPA, 2008).

É sobre essa dinâmica política, econômica, demográfica e cultural que os estudos sobre multi e interculturalismo são desenvolvidos e sobre a qual procuram dar inteligibilidade analítica. Entre os estudos que defendem o multiculturalismo e a ideia de que esse possui mais semelhanças do que diferenças em relação ao interculturalismo, Meer e Modood⁵ (2012) criticam a bibliografia sobre o tema que tende a identificar o multiculturalismo com ideias e políticas mais conservadoras, relativistas, grupistas e assistencialistas. Para os autores, o multiculturalismo, portanto, estaria associado às políticas de reconhecimento da diversidade cultural, por exemplo, a partir de categorias como minorias étnicas, nas quais se encaixariam grupos indígenas e seus descendentes, bem como os imigrantes.

Meer e Modood (IBID.) lembram os exemplos do Canadá e Austrália que, em diferentes períodos, implementaram políticas multiculturais de integração nas quais defende-se o modelo de mútua integração. Isto é, indígenas, imigrantes e nacionais incorporam reciprocamente elementos culturais. Essas políticas de integração teriam em vista a produção de uma cultura e de uma nacionalidade como resultado de negociações e trocas culturais. Isto é, uma cultura não é assimilada pela outra, mas ambas produzem uma nova cultura.

Essa concepção de multiculturalismo, por sua vez, segundo Meer e Modood (IBID.), assemelha-se muito às características que têm sido atribuídas ao interculturalismo. Isto é, como uma dinâmica política e cultural aberta ao diálogo e fortalecedora da

5 Nasar Meer é conferencista sênior de Sociologia na Escola de Artes e Ciências Sociais da Universidade Northumbria. Tariq Modood é professor de Sociologia, Política e Políticas Públicas e diretor do Centro de Estudo sobre Etnicidade e cidadania na Universidade de Bristol. Além disso, é editor e co-fundador do International Journal Ethnicities.

coesão social. Para os autores, o multiculturalismo já tinha muito do que o interculturalismo diz ser novo e, ainda que reconheçam a possibilidade do interculturalismo oferecer uma perspectiva original sobre a diversidade, não acreditam que possa suceder por completo o multiculturalismo, seja como modelo de política de integração, seja como parâmetro de convivência entre culturas diferentes. O que haveria é uma diferença de ênfase e uma melhor aderência do interculturalismo à atual realidade. O interculturalismo, assim, ofereceria uma perspectiva original em relação à equidade e à diversidade, mas isso não pode ofuscar, de acordo com os autores, o multiculturalismo ou torná-lo obsoleto. Nesse sentido, o interculturalismo não pode ser visto como uma sucessão melhorada do multiculturalismo.

Não obstante a argumentação dos autores sobre a existência de mais semelhanças do que diferenças entre multiculturalismo e interculturalismo, vale a pena aprofundar um pouco mais sobre o significado e as contribuições analíticas e políticas do interculturalismo para pensarmos a diversidade na sociedade contemporânea. Mesmo porque, ao mesmo tempo em que oferecia a base teórica e política para pensar, compreender e gestar a diversidade, o multiculturalismo já sofria algumas críticas que evidenciavam seus limites. Uma primeira crítica vem de sua associação à tradição liberal quanto ao entendimento do poder do indivíduo e de sua capacidade de escolha (HALL, 2009). A crítica também esteve associada ao fato do multiculturalismo distanciar e bloquear concepções e práticas de pluralismo cultural: “El multiculturalismo no es una continuación automática del pluralismo. El multiculturalismo logra una desagregación multiétnica y acaba por negar el multiculturalismo” (GUSMÁN, 2001, p. 280). Por sua vez, o interculturalismo seria capaz de dar visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são, ao mes-

mo tempo, marcadas pela diferença e pela desigualdade. Permitiria, também, compreender como a diversidade é portadora de formas de dominação, resistência e transgressão. De acordo com Canclini (2007), para se compreender as relações interculturais e a efetiva potencialidade política dos setores populares, é preciso achar um caminho intermediário entre o discurso etnocêntrico elitista, que desqualifica a produção subalterna e a atração populista diante das riquezas da cultura popular, que deixa de lado aquilo que, nos gostos e consumos populares, há de escassez e resignação (IBID., p. 89).

Ainda para o autor argentino, o interculturalismo tem como pressuposto o fato das culturas serem incompletas e manterem pontos de interseção, o que cria possibilidades de comunicação produzindo hibridismos culturais. Na perspectiva de Canclini, no entanto, esta interseção e este hibridismo não descartam relações de poder e nem processos de hierarquização e subordinação social. Isto é, a produção do pertencimento, da alteridade, e da desigualdade, não são processos excludentes, ao contrário, são interdependentes. Como destaca a psicóloga social e pesquisadora portuguesa Ramos (2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2010, 2011), mais do que uma ideia, interculturalidade deve ser entendida como uma chave teórico-metodológica para o estudo da imigração (RAMOS, 2010).

Também no campo da psicologia social, John B. Berry (2013), não diferencia conceitualmente multiculturalismo de interculturalismo. Faz uso do termo multiculturalidade para se referir às sociedades caracterizadas pela presença de povos indígenas (Canadá) e imigrantes (Canadá e França). Nesse sentido, é um termo, inclusive utilizado na legislação destinada a estabelecer normas e parâmetros legais para a integração, para se referir às sociedades diversas culturalmente. O interculturalismo,

por sua vez, é empregado para se referir às várias possibilidades de relação entre os grupos sociais que compõem as sociedades multiculturais. Com base em inúmeros estudos, Berry formula e testa três hipóteses sobre as relações sociais entre grupos culturalmente diversos.

A hipótese multicultural (BERRY, 2013, p. 1122) baseia-se na confiança e segurança na própria cultura. Quanto maior a confiança, melhor o convívio; e quanto menor a confiança, pior o convívio com a diferença. Para o autor, esse é um aspecto que as políticas oficiais de integração devem levar em conta para combater as atitudes discriminatórias. Essa hipótese revela que o contato entre grupos de culturas diferentes não é suficiente para produzir aceitação, incorporação ou mesmo respeito a seus elementos. Já a hipótese da integração, refere-se ao que o autor denomina de duplo engajamento cultural, como é o caso de imigrantes de segunda geração que vivem tanto dentro do grupo de descendência quanto em outros grupos sociais. Esse duplo engajamento depende do desenvolvimento de “competências” nos grupos dos quais faz parte. Essas competências gerariam um capital social necessário para se obter sucesso em sociedades plurais. A terceira hipótese refere-se às ameaças contra a identidade cultural e do lugar do indivíduo e do grupo na sociedade plural como resultados negativos das relações interculturais.

Voltando ao campo da sociologia, as imbricações entre política e cultura e a produção da diversidade cultural têm sido um tema constante na produção intelectual do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Para o autor (1999, 2013), as políticas de imigração devem ser pensadas a partir das dinâmicas de desigualdade e exclusão. A partir do crescimento do desemprego estrutural, o trabalho tornou-se fonte de exclusão. A diminuição dos postos de trabalho, e de sua importância como atividade

produtora de sentido e significado social, trouxe implicações significativas para os fluxos migratórios uma vez que eles sempre foram compreendidos, em especial pelas políticas de gestão da imigração, como um fenômeno eminentemente relacionado ao trabalho. Esse questionamento resultou em colocar a dimensão cultural e identitária no centro do debate político que, por sua vez, tem trazido implicações para a gestão da imigração que agora passa a ser também a gestão das identidades e das diferenças culturais.

É nesse contexto que Santos propõe um imperativo categórico segundo o qual “deve presidir a uma articulação pós-moderna e multicultural das políticas de igualdade e de identidade: temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1999, p. 44). A desigualdade e exclusão características da sociedade contemporânea devem ser enfrentadas pela revalorização do papel do Estado (parcialmente perdida com a crise do Estado-Providência). O autor também defende o direito de inserção, o direito ao trabalho, à partilha do trabalho, à regulação social, à previdência social e o aumento da importância da comunidade entre os pilares da regulação e da emancipação.

Em trabalhos mais recentes, Santos tem investido no potencial transformador e emancipatório dos pontos de interseção cultural e política entre nações e culturas não hegemônicas. Como tais, o interculturalismo passa a ter um potencial de transformação e de produção de justiça social e oferece uma renovação importante para a compreensão e prática dos direitos humanos (SANTOS, 2013).

Por outro lado, a diferença entre multiculturalismo e interculturalismo é bastante clara para o espanhol Carlos Giménez

Romero⁶. De uma perspectiva antropológica, Romero (2003) amplia os elementos a serem diferenciados e inclui no debate a multiculturalidade, que se distingue do multiculturalismo e da interculturalidade, que não se confunde com o interculturalismo. Para o autor, no plano fático a multiculturalidade refere-se à diversidade cultural, linguística e religiosa, já a interculturalidade, às relações interétnicas, interlinguísticas e interreligiosas. No plano normativo (ou das propostas sociopolíticas e éticas do que deveria ser), multiculturalismo implica no reconhecimento da diferença e, assim, são contemplados os princípios da igualdade e da diferença. Por sua vez, o interculturalismo significa a convivência na diversidade na qual são contemplados os princípios da diferença e da interação (ROMERO, 2003). Como se vê, ainda que mais demarcada, a diferenciação não se distancia muito da perspectiva de Berry acima apresentada no que diz respeito à ênfase do “multi” à diversidade e do “inter” às relações entre os diferentes indivíduos e grupos.

O debate sobre o multi e o interculturalismo, como vimos, expressam novas concepções sobre diversidade que, por sua vez, estão ancoradas nas tensões produzidas pelos novos fluxos migratórios, sobretudo no Canadá e países da União Europeia, a exemplo de Portugal e Espanha. Essas tensões têm apontado para o recuo nas políticas de integração de imigrantes que sistematicamente tem suprimido a palavra intercultural de seus documentos oficiais. Isso pode ser observado, por exemplo, na Agenda Europeia da Imigração (COMISSÃO EUROPEIA, 2015), na mudança da ênfase do Alto Comissariado português do “diá-

⁶ O Professor Carlos Gimenez Romero do Instituto Universitário sobre Las Migraciones, Etnicidad y desarrollo social / Universidade Autônoma de Madrid tem tido uma participação central na definição das políticas interculturais na Espanha e, também, em Portugal.

logo intercultural” para a problemática das migrações (o que inclui o novo ciclo emigratório português) e, no caso da Espanha, a não continuidade dos planos de Convivência Social e Intercultural cuja última edição ocorreu em 2012.

Esse recuo ocorreu em meio a vários casos de conflitos sociais e políticos envolvendo imigrantes, como o caso do naufrágio próximo à ilha mediterrânea de Lampedusa em 2013 com cerca de 500 imigrantes que tentavam entrar na Itália, e que resultou na morte de 300 pessoas por afogamento. No mesmo ano, na França, uma garota cigana de origem romena foi detida durante uma excursão escolar e, poucos dias depois, foi expulsa do país juntamente com seus familiares. No início de 2014, por sua vez, foram registradas cerca de 15 mortes de imigrantes provocadas por balas de borracha disparadas pela Guarda Civil Espanhola que tentava impedir um grupo de imigrantes de chegar a nado à Mellila e à Ceuta, duas cidades autônomas da Espanha encravadas em Marrocos.

Essas tragédias demonstram que, por mais que a ideia de diversidade tenha mudado no último século, ela ainda envolve questões políticas, econômicas, legais e culturais que estão longe de serem resolvidas. De qualquer modo o debate conceitual, teórico e político sobre interculturalismo, quando comparado ao significado teórico e prático do assimilacionismo, produziu um alargamento da compreensão e das estratégias oficiais em face à diversidade cultural, especialmente, no diz respeito aos contextos fortemente marcado pela imigração.

Apontamentos finais

Como dito inicialmente, esse capítulo não tinha como pretenção esgotar o debate sobre a interface entre imigração e di-

versidade. Nem do ponto de vista espaço-temporal e nem das múltiplas e amplas possibilidades analíticas e teóricas. Procurei contribuir para a compreensão dessa importante problemática a partir do esforço de pensar em que circunstâncias, como e por quem, a diversidade foi produzida nos três contextos analisados. De um modo geral, verificou-se que os agentes sociais permaneceram praticamente os mesmos. As mudanças mais significativas estão relacionadas às normas sociais, políticas e econômicas e às configurações de poder que resultaram das diferentes capacidades de intervenção desses agentes na produção da diferença.

No primeiro período, os imigrantes viveram uma condição secundarizada seja economicamente, seja pelas teorias que explicavam a diversidade a partir de perspectivas centradas em hierarquias sociais e raciais, como a eugenia, que explicavam e, ao mesmo tempo justificavam, um contexto profundamente hierarquizado e centrado nas figuras do homem, ocidental, branco, empresário. São essas as normas que produziram as ideias de imigrantes desejados e imigrantes não desejados. A diversidade era algo para ser eliminado e a diferença deveria ser homogeneizada a partir das concepções hierárquicas e hierarquizantes. Como responsáveis por reforçarem a diversidade no seio dos Estados nacionais, o destino dos imigrantes era ser integrados e, quando não possível, cercados e controlados, e se mesmo assim se mantivessem como ameaça, eliminados. Nesse primeiro período, portanto, a diferença foi produzida, sobretudo, como desigualdade.

No segundo período, em grande parte como resultado das atrocidades infringidas contra os diferentes, até então vistos como inferiores, há mudanças significativas no campo normativo. Os fluxos migratórios, entre eles os produzidos pelo processo de descolonização da África e Ásia, voltaram a fazer parte do cenário mundial.

No campo econômico, paralelamente, o capitalismo consolidava-se sob a forma financeira e a emergência da Guerra Fria deu origem ao Estado-Providência capitalista que garantiu um conjunto significativo de direitos e de bem-estar aos trabalhadores que viveram sob sua “proteção”. As mudanças normativas mais importantes vieram do campo científico e das formas de organização política. No primeiro caso, produziu-se uma revisão profunda das teses sobre a diversidade cultural por meio da qual se combateu o etnocentrismo e se propagou o relativismo cultural que critica profundamente a ideia de assimilação. No segundo, a emergência dos chamados novos movimentos sociais renovou na forma e no conteúdo as práticas políticas e as demandas por novos direitos.

O multiculturalismo, por sua vez, se revelaria altamente ambivalente. O capítulo demonstrou, nesse sentido, que, ao mesmo tempo, o multiculturalismo serviu de referência para a elaboração e implantação de políticas de integração dos imigrantes por caminhos distintos e críticos em relação ao assimilacionismo predominante do período anterior; e, também, representou um novo caminho para a construção de fortalezas identitárias, inclusive por grupos não hegemônicos.

Por fim, no terceiro período, como resultado do giro político resultante do aumento da centralidade do consumo, seja no campo econômico, seja no político ou no cognitivo, e da intensificação de fluxos migratórios, observa-se, por um lado, o fortalecimento das formas “grupistas” e despolitizadas de multiculturalismo e, por outro, o interculturalismo, emerge seja como chave analítica, seja como expressão de novas práticas de integração apontando para o alargamento dos territórios físicos e simbólicos da interseção e trocas culturais, com grandes potenciais para a produção de novos direitos e para uma cidadania transnacional que podem expressar novas configurações da diversidade.

O LUGAR DO INTERCULTURALISMO NAS POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS EM PORTUGAL E ESPANHA¹

Introdução

A questão central deste capítulo refere-se ao lugar do interculturalismo² nas políticas de integração e gestão da diversidade produzida pelos imigrantes em Portugal e na Espanha até 2014, quando estas políticas sofrem alterações significativas nos dois países. Procuramos aqui responder questões tais como: O que se entendia por interculturalismo? Como esse termo aparecia nas normas e nas ações oficiais dos Estados Ibéricos? Do mesmo modo, como o interculturalismo era compreendido por alguns dos atores sociais diretamente relacionados com a questão imigratória? E ainda, como esse tema dialoga com questões

¹ Este capítulo contou com a colaboração de Natália Ramos (CEMRI/Uab/Portugal) e Belén Suarez (UC/Espanha)

² Neste capítulo utilizaremos os termos “interculturalismo” e “interculturalidade” como sinónimos. No entanto, há autores que se dedicaram à diferenciação entre uma e outra expressão. A esse respeito, entre outras obras, consultar Dietz, Gunther. La interculturalidad entre el ‘empoderamiento’ de minorias y la ‘gestión’ de la diversidad. Puntos de vista: interculturalidad. Madri, n. 12, v. 3, 12/2007 e Romero, C. G. Pluralismo, interculturalismo e interculturalidad. Propuesta de clarificación y apuntes educativos. Educación y futuro: Revista de Investigación Aplicada y experiencias educativas. n. 8, 4/2003, pp. 9-26.

relacionadas ao racismo e discriminação contra os imigrantes? Assim, nosso objetivo é conhecer como o interculturalismo, em sua polissemia, ganhou materialidade em avanços e recuos de normas e práticas desenvolvidas não apenas por órgãos governamentais, mas também por associações que estavam direta ou indiretamente ligadas ao tema da imigração.

O tema do interculturalismo representou uma inovação das políticas de integração de imigrantes e de gestão da diversidade por se opor à ideia de assimilação cultural que caracterizou esta mesma problemática na passagem do século XIX para o XX e por se basear no princípio de que a presença de imigrantes e de minorias étnicas representa uma oportunidade de desenvolvimento sócio, cultural e econômico dos países de destino. O interculturalismo aparece, assim, como um modelo pluralista de gestão da diversidade e se distancia do multiculturalismo ao criticar a ausência de diálogo entre comunidades e sua visão individualista do processo de integração.

O interculturalismo esteve no centro do debate acadêmico, das políticas oficiais e de práticas políticas e culturais de Portugal e Espanha nos primeiros anos do século XXI, quando passa a sofrer um processo de refluxo, desaparecimento e silenciamento da temática, em especial no âmbito estatal, mas também acadêmico. Esse recuo teve início na Espanha, mas, até onde pudemos verificar, como veremos, também ocorreu em Portugal.

Dividimos o capítulo em quatro partes. Na primeira, procuramos situar o debate sobre integração de imigrantes. Na segunda parte, contextualizamos os fluxos migratórios em Portugal e Espanha de modo a demonstrar o crescimento do número de entradas, mas também o fato de, nos últimos anos, terem ser tornado de novo país de emigração (GONZÁLEZ FERRER, 2013; PEIXOTO et al., 2016). Na terceira e na quarta parte, discutimos

o tema do interculturalismo como chave para a integração do imigrante e para a gestão da diversidade a partir de documentos oficiais e de entrevistas com atores sociais diretamente envolvidos com a questão.

Integração de imigrantes e interculturalidade

O tema da integração de imigrantes à sociedade receptora é indissociável do fenômeno da imigração. O imigrante tem sido visto, representado, nomeado e normatizado, sobretudo, como trabalhador ou agente econômico (SAYAD, 2000; SASSEN, 2013). A história, no entanto, tem cumprido com o papel de demonstrar que, como tal, se restringir a este significado do imigrante e da imigração é reduzi-los apenas à uma de suas múltiplas facetas. Isso porque o imigrante e a imigração são, também, um fenômeno identitário, isto é, um fenômeno identitário que questiona e redefine os processos sociais de construção do pertencimento e da alteridade (ENNES e MARCON, 2014).

Como expressão da questão identitária, as migrações provocam modificações nas configurações sociais nos países receptores. Isso significa que o imigrante altera as relações sociais ao constituir novos grupos e/ou integrar outros já existentes. A presença do imigrante, ainda que algumas vezes estimulada pelo próprio país receptor, produz, quase que invariavelmente, o seu estranhamento por parte dos nacionais (BAUMAN, 1999a, SIMMEL, 2005, RAMOS, 2010, 2014). Além de entrar em disputa com nacionais, o imigrante, seu idioma, seu sotaque, sua religião, sua gastronomia, seus traços fenotípicos e suas roupas típicas, como expressões da alteridade, perturbam e ameaçam os mecanismos simbólicos e materiais das relações de pertencimento existentes no local de destino. Assim, o imigrante e a imigração

têm sido vistos como um elemento desestabilizador da coesão social e dos Estados nacionais.

Do ponto de vista da gestão da diversidade, o interculturalismo procurou criar políticas e ações, muitas delas no campo da educação, mas também de modo transversal em vários outros setores da administração pública, de modo a desenvolver uma nova visão e uma nova prática cultural cuja ênfase não está apenas no convívio distante com o diferente, mas no intercâmbio e na aprendizagem recíproca (ENNES, 2014).

Migrações em Portugal e Espanha contemporâneos

No final de 2013 e início 2014, a imprensa internacional noticiou casos extremos de violência contra o imigrante. Apenas para ficar entre alguns dos casos mais noticiados, lembramos aqui do naufrágio que matou cerca 360 pessoas próximo à Ilha italiana de Lampedusa, no Mar Mediterrâneo, no ano de 2013, da expulsão de uma estudante romena e de sua família nesse mesmo ano na França e, no início de 2014, a morte de 15 pessoas em razão da ação da Guarda Civil Espanhola, que atirou balas de borracha contra os que tentavam chegar a nado na cidade de Ceuta.

Segundo a ONU, em 2020 havia mais de 281 milhões de imigrantes em todo o mundo (ONU, 2020). O mesmo relatório da ONU indica o crescimento generalizado dos fluxos migratórios. Portugal e Espanha encontram-se dentre os principais destinos europeus de imigrantes, o que tem feito crescer o número de imigrantes em relação à população nativa. Observar-se que em Portugal essa proporção manteve-se abaixo, no entanto, próxima à observada em toda a Europa. A Espanha, por sua vez, no ano 2010 (ONU, 2013) conheceu um aumento significativo de

mais de 275% do número de imigrantes, alterando significativamente sua proporção em relação com a população nativa.

O crescimento da imigração está associado a um período de crescimento econômico na Europa. No caso de Portugal, que pode ser tomado como uma tendência para todo o continente, a imigração esteve associada à demanda de mão de obra para o setor da construção civil para homens, e limpeza e serviços domésticos para as mulheres (DIAS e DIAS, 2012). No que diz respeito à nacionalidade dos principais grupos de imigrantes, em Portugal, destacam-se os brasileiros, que sozinhos representam quase $\frac{1}{4}$ de todos os imigrantes. Depois dos brasileiros, as nacionalidades mais frequentes eram a ucraniana (11%) e cabo-verdiana (10%) (DIAS, 2013). Na Espanha, os maiores grupos de imigrantes, formados por romenos, marroquinos e equatorianos, representam, respectivamente, 17%, 16% e 7% de todos os imigrantes no país³.

A crise econômica iniciada em 2008 colocou fim ao período de prosperidade no qual a Europa viu crescer os fluxos migratórios. Sob a crise, a questão da diversidade e as políticas de gestão da integração dos imigrantes ganham novos contornos. A crise econômica tem produzido, além de altas taxas de desemprego e recessão econômica, cortes de recursos públicos e de investimentos na assistência social, em especial, na educação e saúde. Esses são dados importantes que compõem o contexto no qual as políticas de integração e o debate sobre interculturalismo têm ocorrido nos últimos anos naqueles dois países.

3 Fonte: Extranjeros residentes en España. Ministerio de Empleo y Seguridad Social. Setembro/2013.

Imigração, gestão e interculturalidade: documentos

Como já pontuamos nos capítulos anteriores, a problemática da integração é uma constante entre as preocupações dos Estados nacionais. Em razão disso, vêm desenvolvendo políticas que estiveram e estão atreladas à percepção e compreensão do significado da diversidade cultural produzida pela presença do imigrante. Da perspectiva intercultural, a diversidade deixou de ser considerada apenas como uma ameaça e, por isto, ao invés de apagada ou eliminada, a exemplo das políticas assimilacionistas do final do século XIX e início do século XX, passou a ser tema e conteúdo de políticas de gestão.

Deste modo, o tema do interculturalismo ganhou espaço significativo das políticas de gestão da diversidade nas últimas décadas. Assim, o tema da interculturalidade ganhou vários usos e conotações que vão desde seu entendimento como um novo paradigma (RAMOS, 2008) até a sua crítica como expressão da normatização e da consequente despolitização (DIETZ, 2007), passando pelos desafios de equacionar as ambivalências e contradições produzidas pelas desigualdades sociais e diferenças étnicas e culturais (ROMERO, 2003; PEIXOTO, 2013).

Do ponto de vista institucional, a questão migratória em Portugal está sob a responsabilidade de um Alto Comissariado. O nome e as funções desse órgão vêm passando por mudanças desde sua criação. Quando surgiu, em 2002, era denominado Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – ACIME (PORTUGAL, 2002). Em 2007, após sua unificação com outros órgãos voltados para questões migratórias e de minorias étnicas, passou a ser chamado de Alto Comissariado para as Imigrações e Diálogo Intercultural – ACIDI (PORTUGAL, 2007). Em

2014, ganhou a denominação atual, Alto Comissariado para as Migrações⁴ – ACM (PORTUGAL, 2014).

Em todas suas versões, o órgão máximo do Estado português voltado a questões migratórias responde diretamente ao Conselho de Ministros. Isso quer dizer que, se de um lado não está submetido a um ministério em específico, como é o caso da Espanha, que, como veremos, está vinculado ao Ministério do Trabalho; esse órgão possui uma inserção que pode ser considerada transversal em todo o aparato político-administrativo do Estado português. Até o início de 2014⁵, o órgão era constituído por uma rede formada pelos, então, Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e os Centros Locais de Integração de Imigrantes (CLAII). Essa rede procurava dar amparo normativo e administrativo ao criar políticas públicas e implementar ações de integração do imigrante com base órgãos instalados em todo o território português (PEIXOTO, 2013, p. 164).

Para evidenciar a importância do interculturalismo para as políticas portuguesas de integração do imigrante pontuaremos alguns aspectos do II Plano de Integração do Imigrante (PII 2010 – 2013)⁶. O documento foi desenvolvido com o apoio e fomento da Presidência do Conselho de Ministros, Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e do Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINT). O PII 2010 – 2013 anuncia a promoção da diversidade e da interculturalidade e o cuidado com os idosos imigrantes como duas

⁴ O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural resultou da fusão do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, da estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturais (PORTUGAL, 2007).

⁵ Quando encerramos a coleta de dados da pesquisa que deu origem a este capítulo.

⁶ Esse documento sucedeu o Plano Elaborado para o período anterior (2007 – 2009).

novas áreas de intervenção. O documento está dividido em 17 áreas de intervenção⁷, dentre elas há as áreas de diversidade e interculturalidade. Essas 17 áreas de intervenção foram, por sua vez, divididas em 90 medidas.

A análise do documento permite verificar que um pouco menos de um terço de todas as áreas do Plano possui ações que fazem menção direta ao interculturalismo. Dessas, a área 15, “Promoção da diversidade e da interculturalidade”, possui, proporcionalmente, o maior número de medidas que fazem explicitamente referência ao interculturalismo. A ênfase é dada à promoção da diversidade cultural e religiosa, seja por meio da mídia e da opinião pública, seja em nível local. Há, também, medidas voltadas aos servidores públicos e mediadores culturais. Tanto no caso dos servidores públicos quanto dos mediadores, a área prevê a criação de um “referencial intercultural”. A medida 81 prevê a realização de um diagnóstico sobre a “inserção de agentes de mediação intercultural em serviços públicos”. As áreas 2, cultura e língua; 4, educação; 9, racismo e discriminação; e 11, Associativismo imigrante possuem, cada uma, cerca de um terço de medidas que faz referência à interculturalidade. Nessa área, há duas medidas, uma voltada aos vários domínios e atividades da cultura e da língua e, outra, destinada à sensibilização dos produtores culturais. A área 4 (educação), por sua vez, apresenta três medidas interculturais. A primeira refere-se à formação intercultural de professores, a segunda prevê a inser-

⁷ Acolhimento; Cultura e língua; Emprego, Formação profissional e dinâmicas empresariais; Educação; Solidariedade e segurança social; Saúde; Habitação; Justiça; Racismo e discriminação; Acesso à cidadania e participação cívica; Associativismo imigrante; Descendentes de imigrantes; Idosos imigrantes; Relações com os países de origem; Promoção da diversidade e da interculturalidade; Questões de gênero; Tráfico de seres humanos.

ção de agentes de mediação intercultural em contextos escolares e, terceiro, a divulgação de recursos pedagógicos interculturais nas escolas. Na área 9 (racismo e discriminação) há uma medida declaradamente intercultural que prevê combate à discriminação racial nos esportes. Já na área do Associativismo imigrante existe uma medida destinada ao apoio de projetos com vistas à integração de imigrantes.

Outras áreas destinam um percentual ainda menor de medidas à promoção da interculturalidade. A área 12 (Descendentes de imigrantes) destina uma medida, o que representa 25% de todas as medidas desta área, que orienta uma maior sensibilização da mídia para o tema da imigração. O percentual de medidas interculturais cai para 1/5 na área de saúde (número 6), que prevê a formação intercultural de agentes do serviço nacional de saúde.

Com base no documento em análise, pode-se inferir que a ênfase das medidas interculturais no PII recaiu sobre a formação, seja no âmbito escolar, seja no profissional, sobre a sensibilização da sociedade e, por fim, pela inserção e atuação da figura dos agentes mediadores interculturais que passam a desempenhar o protagonismo destas medidas no novo período de ação do documento.

Por sua vez, a Comunidade de Madri mantinha órgãos públicos relacionados à imigração ligados ao Conselho de Imigração e Cooperação. Os nomes desses centros são, sugestivamente, “hifenizados” de modo a ligar as referências à Espanha e ao país de Origem. Assim, a Comunidade de Madri mantém uma série de órgãos denominados Centros de Participação e Integração da Comunidade de Madri (CEPI), a exemplo do Centro Hispano-Paraguaio, do Centro Cultural Hispano-Colombiano, do Centro Cultural Hispano-Equatoriano, dentre outros. Esses centros, ainda que tenham uma direção nomeada pela Comunidade, são

geridos por associações e entidades sem fins lucrativos, algumas delas de imigrantes.

A gestão da integração do imigrante percorre na Espanha um caminho institucional distinto do observado em Portugal. Isso em razão da organização político-administrativa do país, que a despeito de prever a responsabilidade do Estado espanhol sobre a gestão da imigração, convive com as atribuições das comunidades autônomas em relação às demandas sociais, entre elas saúde, educação, assistência social e cultural (FERNÁNDEZ-SUÁREZ, 2015, p. 6-7). Essa particularidade instaura não apenas políticas e ações complementares, mas também conflitos e disputas relacionados ao processo de integração dos imigrantes, entre os vários níveis administrativos.

Por outro lado, assim como Portugal, a Espanha tem desenvolvido documentos oficiais com vistas ao processo de integração de imigrantes e gestão da diversidade. Tal como Portugal, esses documentos têm sido elaborados desde uma perspectiva intercultural da diversidade. O II Plano Estratégico: Cidadania e Integração (PECI) (2011 - 2014)⁸ (ESPAÑA, s/d) elaborado pelo Ministério do Trabalho e Imigração foi objeto de acordo no Conselho de Ministros. No campo das políticas de integração, percebe-se a influência ou relação entre investigadores e políticos, especialmente na Espanha (GARCÉS MASCAREÑAS e SÁNCHEZ MONTIJANO, 2015, pp. 185-186), como é o caso do II PECI que foi dirigido pelo especialista Carlos Giménez. O documento reúne uma longa análise dos resultados do primeiro plano, bem como a evolução da legislação e do aparato normativo no âmbito da União Europeia. O II PECI define como seus ideais os valores

⁸ Plan Estratégico Ciudadanía e Integración [2012 - 2014]. Acuerdo de Consejo de Ministros.

característicos da sociedade democrática e do Estado Social de Direito e estabelece como seus princípios “[...] a igualdade, a cidadania, a inclusão e a interculturalidade” (ESPANHA, S/D, p. 93).

O II PECEI se assenta em quatro princípios: igualdade, cidadania, inclusão e interculturalidade. A interculturalidade, a exemplo do plano português, tem caráter transversal e é mencionada literalmente na grande maioria de suas áreas de atuação. O documento que apresenta o Plano espanhol é mais extenso do que o português. De modo alternativo, foi divulgada uma versão resumida (MADRI, 2011) na qual dá ênfase ao conteúdo do plano propriamente dito. Seja na versão completa, seja na versão resumida, o II PECEI está dividido entre as áreas gerais e as transversais. As áreas gerais são: acolhida, empregos e promoção econômica, educação, saúde, serviços sociais e inclusão, mobilidade e desenvolvimento. Já entre as transversais estão convivência, igualdade de tratamento e luta contra a discriminação, infância, juventude e famílias; gênero e participação e educação cívica.

Ao contrário do documento português, o II PECEI não possui nenhuma área específica voltada ao interculturalismo, ainda que figure como um dos quatro princípios do Plano. Além disso, mais de dois terços de todas as áreas do Plano incluem ações interculturais. Dentre as gerais, é a área 1, Acolhimento, em que encontramos o maior número de referências à interculturalidade, o que representa praticamente um quarto de suas medidas. Na área de educação há 10% de medidas com referência direta ao interculturalismo, e nas áreas de saúde e serviço, esta referência fica próxima aos 8%. No conjunto das seis áreas gerais, apenas duas não possuem medidas que fazem menção ao interculturalismo.

No conjunto de todas as áreas, sejam elas gerais, sejam transversais, o interculturalismo é citado literalmente em cerca de 10% das medidas. Quando analisado apenas do ponto de

vista quantitativo, o lugar e a importância do interculturalismo no II PECEI parecem pequenos e até mesmo secundários. No entanto, a leitura de todo o documento nos permite perceber que como princípio, e como ênfase, o tema do interculturalismo possui uma importância considerável, mesmo quando analisamos apenas a parte das áreas de atuação do documento. Isso porque o tema aparece de modo recorrente nos textos introdutórios, diagnósticos e objetivos de cada área do documento. Portanto, ainda que do ponto de vista das medidas, ou seja, na parte operacionalizável do plano, a quantidade de medidas seja pequena, pode-se dizer que a ideia do interculturalismo norteia o conjunto do II PECEI.

No que diz respeito às medidas interculturais, as ações mais recorrentes são as ligadas à educação. Ações como formação, fomento, capacitação, atualização, desenvolvimento, material didático e redes, como as áreas acima discriminadas já nos permitem antever, não se restringem ao ambiente e aos profissionais de escolas e procuram envolver outros setores e profissionais da administração pública, em especial os que de alguma forma convivem com imigrantes e seus filhos.

Como já foi dito, a organização política e administrativa da Espanha se caracteriza pela autonomia de suas comunidades. Em Madri, foram encontrados três documentos relativamente recentes sobre o tema. Trata-se do Primeiro e Segundo Planos Madri de Convivência Social e Intercultural desenvolvidos, respectivamente, para os períodos de 2005 a 2008 e 2009 a 2012. O Manual de Integração na Cidade de Madri, o terceiro documento, datado de 2014, portanto, em vigência no período estudado, por outro lado, não faz nenhuma referência ao tema da interculturalidade. Além disso, o documento, ao contrário dos anteriores, consiste basicamente em um catálogo por meio do qual o imi-

grante legalizado, ou que busca a legalização, pode encontrar os órgãos públicos voltados ao emprego, trabalho, educação, saúde, habitação, dentre outros, saber quais os documentos necessários e como proceder.

O recuo em relação ao interculturalismo sinalizado no último documento madrileno reaparecerá em uma das entrevistas realizadas com representantes de associações de imigrantes na capital espanhola. De uma perspectiva mais ampla, os recuos observados nas políticas de imigração dos países ibéricos no que tange o tema do interculturalismo não devem deixar de ser pensados como parte da dinâmica de desestabilização (BAUMAN, 1999b, 2005; CASTELLS, 1999; APPADURAI, 2006) e de contra-desestabilização dos Estados nacionais. Essa importante problemática, no entanto, escapa aos objetivos e limites deste capítulo.

Políticas de gestão, preconceitos e interculturalismo: narrativas

Vejamos agora como o interculturalismo institucionalizado sob a forma de normas e ações oficiais dialoga com as representações e iniciativas de atores sociais vinculados a entidades que mantinham relações diretas com imigrantes nos dois países estudados.

Na associação hispânico-paraguaia em Madri, fomos recebidos em um primeiro momento pela coordenadora da entidade. A coordenadora nos explicou o funcionamento dos centros e, entre uma explicação e outra, destacou que a primeira função dos centros é encontrar emprego para os imigrantes legalizados. Essa concepção sobre a figura do imigrante nos pareceu contrastar significativamente com a abordagem da representante do ACIDI, cuja narrativa estava muito mais voltada às questões culturais do que econômicas. Na ocasião, a entrevistada procu-

rou demonstrar a especificidade do modelo de integração de imigrantes a partir da perspectiva da reciprocidade:

Eu acho que os grandes princípios básicos das nossas políticas são o acolhimento, a integração e criar mecanismos para que as pessoas se possam de fato integrar, mas é esta vertente do diálogo intercultural, trabalharmos com a sociedade no seu todo e não só com quem chega (Entrevistada, nov/2013).

Para a Alta Comissária, os princípios básicos de acolhimento e integração não se baseiam em uma relação unilateral, ou seja, na “absorção” do imigrante da cultura do país de destino. A orientação das políticas de integração portuguesas tinha em vista o conjunto da sociedade por meio do que denomina de vertente intercultural. Nessa direção, a representante do ACIDI, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de críticas, justifica as ações do ACIDI.

Dentre as associações entrevistadas em Portugal, as opiniões de seus representantes oscilam entre adesões – ora mais tácitas, ora mais declaradas – e uma oposição explícita formulada, como por meio da crítica à inconsistência das políticas migratórias a partir de denúncias de violação de direitos humanos. O tom crítico da fala do representante da Associação Solidariedade Imigrante em Lisboa tem como contraponto a maneira conciliatória dos representantes da Associação dos Antigos Guerreiros Angolanos em Portugal (AAGA).

De 1 a 10, para mim, é 8. Pena que agora há alguns cortes porque tinha que ser. Porque o país está a cortar, o governo deve fazer os seus ajustamentos. Mas quem já vive cá há muitos anos sabe que o sistema português foi muito bom (Representante da AAGA, jun./2014).

O entrevistado, ao mesmo tempo em que reconhece a eficácia de medidas oficiais de amparo às famílias imigrantes, também justifica as atuais mudanças nestas ações em razão da crise econômica e dos cortes necessários.

De uma perspectiva mais crítica, o representante da Associação Solidariedade Imigrantes questiona as atividades promovidas pelo ACIDI:

[...] fazer um concerto com artistas famosos onde o povo não tem roupa para ir, não tem dinheiro para comprar o bilhete. Isso é uma interculturalidade entre estados e não do povo. Ou seja, os poderes, seja local, seja poder central..., não dão condições para a sociedade civil, para que ela promova essa vivência intercultural. Que a democracia representativa não peça tudo, e que deixe a democracia participativa órfã de tudo (Entrevistado, fev/2014).

O representante da Associação refere-se à predominância dos mecanismos da democracia representativa e à cooptação do tema da interculturalismo pelas dinâmicas do consumo cultural. Por outro lado, reconhece a existência do interculturalismo para além das políticas oficiais: “Agora se estivermos falando em vivência intercultural entre bairros excluídos, é claro que ela existe. Há bairros heterogêneos incríveis, onde vivem pessoas de vários lugares do mundo”.

Em Madri, na entrevista com a representante de uma associação vinculada à artistas africanos que vivem na Espanha⁹, não foi abordado diretamente o tema das políticas de integração de

⁹ A entrevistada é uma das lideranças de uma associação que em Madri comercializa objetos de arte e artesanato de vários países africanos e na África atua em missões humanitárias

imigrantes na Espanha. A questão, no entanto, aparece indiretamente a partir de dois aspectos mencionados na entrevista. O primeiro se refere às representações oficiais sobre as influências e relações culturais com imigrantes. O segundo está ligado aos cânones oficiais da cultura espanhola. A partir da crítica às políticas desenvolvidas por órgãos oficiais madrilenos ligados à cultura. “¿Qué posibilidad de transmisión tenemos de estas instituciones, se también desconocen e ignoran? Se siguen el pre-colombino, aquí la cultura es Cervantes, Quijote y el jumenco y todo el año insiste”. Em contraposição, a entrevistada questiona sobre o desconhecimento e distanciamento que a Espanha mantém em relação ao continente africano. “La España tiene mucho una relación cultural con América Latina, pero con África, que está 14 kilómetros abajo, eso absolutamente no existe” (Nina, dez/2013). Isso tem um correlato na percepção da opinião pública e das políticas de imigração mais favoráveis a aceitar imigrantes procedentes da América Latina e rejeitar com maior ênfase as migrações procedentes do norte da África e dos países Subsaarianos.

De uma maneira geral, considerando as entrevistas utilizadas neste capítulo, reconhece-se a existência do preconceito e do racismo tanto em Portugal como na Espanha. Há, no entanto, diferentes interpretações para o fenômeno. A representante do ACIDI entende que, em Portugal, de “uma maneira geral, a opinião pública é amiga da diversidade”. A entrevistada se refere à discriminação e ao racismo existentes em Portugal como um problema de difícil combate em razão de se expressar muitas vezes de maneira invisível e intangível para as leis antidiscriminatórias existentes no país como, por exemplo, na discriminação em situações de locação de imóveis ou emprego. Esse cenário otimista em relação a uma possível menor presença racismo no país pode ser reforçado pelo fato do Partido Nacional Renovador (PNR), único partido português que possui um

claro posicionamento xenófobo, ter uma pequena e quase insignificante representação eleitoral (Kumar, 2012).

Nesta direção, os representantes da Associação dos Guerreiros opinam de modo tão cauteloso quanto a representante do Estado português:

Não há dúvidas quanto à questão xenofóbica, ela também existe. Existe e é um fato incontornável, mas a convivência, a forma assídua dos universitários, as universidades também permitem que essa desigualdade acabe¹⁰ (Entrevistado, jun/2015).

Para o representante da associação, o problema do preconceito e do racismo em Portugal tem sido amenizado pelo fluxo permanente com Angola em razão de migrações de retorno em definitivo ou provisoriamente, o que ajudaria a “preparar” o futuro imigrante. Isso porque o retornado transmitiria informações sobre os costumes e as leis do país de destino. Além disso, a incorporação dos filhos de imigrantes no mercado de trabalho, no funcionalismo público, inclusive na polícia, funcionaria como forças amenizadoras do preconceito e da discriminação. O tempo, portanto, funcionaria tanto no país de origem quanto no país de acolhida a favor da integração.

Na Espanha, os casos de discriminação são mais fortemente destacados entre os entrevistados. Para uma funcionária¹¹ de uma entidade ligada à imigrantes, o preconceito contra imigran-

¹⁰ Vale ressaltar que o início do período letivo 2013 – 2014 em Coimbra foi marcado por várias denúncias de atos racistas de estudantes portugueses contra estudantes estrangeiros.

¹¹ A entrevista é espanhola, trabalha como psicóloga para uma associação de imigrantes paraguaios que mantém um dos Centros Culturais da Comunidade de Madri.

tes é diferenciado. Os latino-americanos, segundo a entrevistada, são os que menos reclamam de sofrer discriminação em Madri. Já os marroquinos seriam vítimas de preconceito por motivos religiosos. Haveria, também, formas mais indiretas e sutis de discriminação contra imigrantes. Nesse caso, em especial, contra os africanos. Essa discriminação não está apenas associada às características étnico-raciais e aos traços fenótipos, mas também a barreiras culturais enfrentadas para se ter acesso a recursos financeiros públicos voltados à constituição e manutenção de associações de imigrantes.

Ainda para a entrevistada, os imigrantes têm sido utilizados como bode expiatório para a crise econômica na qual Espanha está mergulhada. Segundo a entrevistada, os políticos, aproveitando-se do fato da maioria dos imigrantes não votar e, portanto, sem correr o risco de perderem votos, associam os imigrantes à crise, em particular ao desemprego. Assim, fazem desse tema um dos principais pontos da agenda política nas últimas eleições. Desse modo, a opinião pública estaria associando os imigrantes à crise econômica: "Si, esta faltando trabajo, es mejor que esa gente se vaya!". Ao mesmo tempo, o vínculo entre imigração e crise coloca em questão a aplicação de recursos públicos em projetos, órgãos, empregos associados à imigração e ao imigrante, a exemplo do fechamento de alguns dos centros culturais do município de Madri destinados à gestão da imigração.

De acordo com um representante, da Associação Rumiñahui, existe discriminação contra o imigrante na Espanha, em particular em Madri, não obstante o aparato normativo até então existente e os esforços de pesquisadores no desenvolvimento de políticas e ações interculturais. Na opinião do entrevistado a discriminação, o preconceito e a xenofobia estão presentes no cotidiano seja de forma mais velada, seja de forma mais explí-

cita. Para o entrevistado, por exemplo, a identificação do imigrante por meio de seus traços fenóticos e do estigma por ele produzido é um obstáculo no aluguel de moradias bem como são acionados como marcadores associados à criminosos. Além disso, a discriminação se expressa na concentração de imigrantes em determinadas escolas pouco valorizadas e evitadas por espanhóis. Na percepção do presidente da Associação Hispano-Equatoriana, a discriminação contra imigrantes tem se revelado, assim, de diversas formas. Na entrevista, lembra de um raciocínio racista que julga ser comum entre os espanhóis em Madri. “Porque, mira yo no soy racista, pero quiero que vivan lejos de mí, pero quiero que no me topen en mi trabajo, pero quiero que vayan a educarse en otros colegios” (nov/2013).

As narrativas coletadas durante a pesquisa revelam uma realidade relativamente distinta em Portugal e Espanha no que diz respeito a importância do interculturalismo. Como vimos, do ponto de vista normativo, ambos países, ao menos até o início da década de 2010, haviam desenvolvido políticas de integração do imigrante com base em uma perspectiva intercultural. A diferença mais acentuada parece estar no olhar e nas narrativas dos entrevistados. Em Portugal, estas narrativas apontam para uma perspectiva mais consensual. De um lado, a representante do, então, ACIDI, ressalta os avanços da política de integração portuguesa, o que encontra ressonância em uma das entrevistas com representantes de associações de imigrantes. No entanto, a opinião do presidente da Associação Solidariedade Imigrante nos afasta de um possível consenso sobre o tema em Portugal. Esta perspectiva em que se reconhece os limites e as tensões entre as políticas interculturais e a vivência cotidiana pelos imigrantes no país pôde ser observada durante nosso trabalho de campo em Lisboa quando tivemos a oportunidade de participar de dois

eventos culturais. Um na Linha de Sintra e outro na região da Mouraria¹²e, assim, como Vladimir havia destacado em relação ao caso espanhol, a presença de portugueses nessas ocasiões era bem inferior ao da participação de estrangeiros¹³.

Já na Espanha, se há alguma perspectiva mais consensual ela está orientada por crítica em relação às distâncias entre os resultados das políticas interculturais de integração (que como visto já sofriam um forte refluxo no momento da pesquisa) e a vivência prática no cotidiano espanhol. As entrevistas realizadas com imigrantes e representantes de associações em Madri, revelaram uma maior tensão, quando não maior distância entre o que foi proposto em termos de políticas e ações interculturais por parte da Comunidade e a vivência neste mesmo contexto.

Apontamentos finais

O principal objetivo deste capítulo foi refletir como o tema do interculturalismo aparece na problemática imigratória em Portugal e Espanha baseando-se em pesquisa bibliográfica e documental, de entrevistas e observação direta. O capítulo dá conta do aumento e complexização do fenômeno migratório no mundo contemporâneo, em especial nos países estudados, isto é, não apenas cresceu o número de pessoas que vivem fora de

¹² Sobre o Festival Emigrarte ver Ennes e Ramos (2018)

¹³ A Linha de Sintra é uma região periférica de Lisboa onde há uma grande concentração de imigrantes. O evento foi uma espécie de “showmício” promovido por uma associação da localidade para promover a candidatura de um dos candidatos às eleições para as Câmaras Municipais em 2013. Já o Festival Imigrarte ocorreu em um prédio destinado a atividades artísticas e culturais na região Martim Moniz, área central de Lisboa. Esse Evento foi promovido pela Associação Solidariedade Imigrante e consistiu basicamente em espetáculo de música, danças, comidas típicas e oficinas artísticas. Havia ainda, a presença de algumas organizações de combate a violência contra mulheres e contra racismo.

seu país de origem, mas também sua presença nos países de destino enseja uma multiplicidade de questões que vão muito além do entendimento das migrações no âmbito das atividades econômicas.

Portugal e Espanha, nas últimas décadas, passaram a figurar entre os países europeus com o maior número de imigrantes. Nesses dois países, o interculturalismo passou a compor o cerne dos planos de integração e gestão da imigração. Em razão de suas especificidades políticas e administrativas, no entanto, a operacionalização das ações e medidas previstas nos planos governamentais tiveram suas diferenças. Em Portugal, a imigração esteve sob a responsabilidade de um órgão, cuja nomenclatura vem passando por modificações, diretamente ligado ao Conselho de Ministros, o que lhe garante, além de uma inserção transversal, diretrizes mais unificadas para o conjunto do Estado e território português. No caso da Espanha, em razão da significativa autonomia de suas Comunidades, as políticas imigratórias tendem a possuir matizes relativamente variadas.

A análise do II Plano de Integração do Imigrante (2010 – 2013) em Portugal e do II Plano Estratégico: Cidadania e Integração (2011 – 2014) na Espanha permitiu verificar a importância do interculturalismo como chave para as políticas de integração e gestão do imigrante e da imigração, pelo menos no discurso ou narrativa dos documentos aqui analisados. Ainda que em Portugal a transversalidade dessas políticas tenha uma existência institucional na figura do ACIDI, órgão diretamente ligado ao Conselho de Ministros, o documento espanhol também demonstrou a preocupação com o tema em várias áreas do governo. Observou-se, assim, tanto no caso português como no espanhol, uma ênfase em medidas de formação de profissionais que atuavam não apenas na educação, mas também em outras

áreas do governo, como saúde. No entanto, a importância que o interculturalismo ocupava nas políticas oficiais passou a sofrer um recuo, o que ficou evidente no Manual de Integração na Cidade de Madri de 2014, que não faz nenhuma menção ao tema.

Em Portugal ocorreu no início desse mesmo ano a mudança do nome e das atribuições do antigo ACIDI, que passou a se chamar ACM (Portugal, 2014). Essas mudanças estão diretamente ligadas à crise econômica que atinge Portugal e Espanha, além da chegada de governos conservadores no poder, na Espanha como um todo e em Madri em específico. Em Portugal foi possível verificar que o desaparecimento da referência ao interculturalismo no nome do Alto Comissariado está relacionado, dentre outros fatores, à necessidade do órgão de se ocupar do fenômeno da emigração de seus cidadãos que vem crescendo nos últimos anos.

Por meio das entrevistas, a questão da integração e do interculturalismo mostrou-se menos consensual. Em Portugal, as entrevistas, de certo modo, são ilustrativas de uma percepção de que a imigração, o imigrante e o interculturalismo suscitam uma situação menos tensa e conflitiva, não que isso signifique que não haja tensões, conflitos decorrentes de racismo e preconceito contra imigrantes.

Os dados e os argumentos apresentados neste capítulo permitem verificar que, em Portugal e Espanha, as políticas interculturais são marcadas por avanços e recuos, o que tem colocado o debate sobre a integração do imigrante em um nível de maior complexidade e que, mesmo com suas ambivalências e contradições, tem contribuído para problematizar de modo mais objetivo e sistemático as várias formas e práticas de preconceitos contra o imigrante.

INTERCULTURALISMOS, IMIGRAÇÃO E AMBIVALENCIA: TEORIA, ESTADO E CONSUMO

Introdução

Nos anos de 2013 e 2014, durante a realização de meu pós-doutoramento, pude verificar por meio da bibliografia acesada que o interculturalismo é um termo polissêmico e que era empregado em várias dimensões da realidade portuguesa e espanhola, especialmente, no que dizia respeito às questões migratórias naqueles países. Esta condição polissêmica do interculturalismo foi ratificada e reforçada a medida em que dei início ao meu trabalho de campo por meio da observação direta pelas ruas destas cidades, em especial, nos bairros da Mouraria em Lisboa e do Lavapiés em Madrid, bem como, com a realização de uma série de entrevistas com imigrantes e representantes de associações de imigrantes. Deste modo, à medida que o estudo avançava, pude perceber que o interculturalismo se referia a aspectos e dimensões que, não obstante serem interdependentes, tinham diferenças que mereciam ser mais bem explicitadas e compreendidas. Este capítulo procura apresentar algumas pistas para o esclarecimento desta problemática.

Por outro lado, parto da “sensação” de que a discussão sobre interculturalismo¹ e imigração no Brasil chegou tarde e, talvez, em contexto histórico e teórico distinto do observado em Portugal e Espanha. No primeiro caso, chegou em um momento em que este mesmo debate refluí na Europa, um dos continentes com os maiores fluxos migratórios do planeta e, no segundo, com a interseção com o debate sobre decolonialismo, ausente na experiência europeia. No entanto, em vez de tomar o caráter tardio e descontextualizado deste debate no Brasil como expressão de um possível esgotamento, penso em sua pertinência, ao menos, para levantar questões que possam dialogar com a política migratória brasileira neste momento em que vivenciamos o crescimento da presença de imigrantes. A promulgação da Lei de Imigração e a completa ausência do tema em seu conteúdo levantam um alerta sobre a falta de diretrizes normativas para as questões relacionadas às políticas de integração do imigrante e de gestão da diversidade.

Assim, escrever sobre interculturalismo, em especial o relacionado a questões migratórias, é como chegar atrasado ao menos 30 anos em um debate. No Brasil, parece superado, sem ter sido atual. Todavia, tal como muitos outros temas, a importância do debate sobre interculturalismo deve ir muito além das “modas acadêmicas” porque, em seu caso, colocou questões sobre diversidade, diferenças e desigualdade nos campos econômico, político, institucional e cultural, que ainda se impõem face ao ce-

¹ Alguns autores diferenciam interculturalismo de interculturalidade. Esta diferença é, por exemplo, apresentada por Carlos G. Romero (2003). No entanto, optei por não observar esta diferenciação por entender que ela não está diretamente relacionada aos propósitos e aos limites deste capítulo. Além disto, há outras perspectivas sobre interculturalismo, a exemplo da perspectiva decolonial (BALLESTRIN, 2013; MUNSBURG, FERREIRA, 2018; MIGNOLO, 2010; QUIJANO, 2002) pelo mesmo motivo, não serão abordadas.

nário cada vez mais tenso e acirrado da mobilidade humana nos dias de hoje, seja sob a forma das migrações, dos deslocamentos forçados ou, ainda, da apatradia.

O capítulo está dividido em quatro partes de modo a pensar relação entre interculturalismo e imigração em três de suas dimensões. A primeira parte tem como objetivo situar a problemática e os caminhos pelos quais procurei enfrentá-la. Na sequência, abordo o tema do interculturalismo como chave analítica para pensar a diversidade cultural produzida pela imigração. Na terceira, faço algumas reflexões sobre o tema da integração de imigrantes e o alcance destas políticas, considerando os limites impostos pelo Estado-Nação. Por fim, na quarta parte, proponho uma outra perspectiva sobre o interculturalismo, agora como tradução da sociedade do consumo.

A problemática

A diversidade cultural é um tema central nas ciências sociais e a temática sobre as políticas de integração de imigrantes e gestão da diversidade é um dos seus desdobramentos mais contemporâneos e tem sido objeto de meus estudos tal como já comentado na introdução e no capítulo 1 deste livro.

Os fluxos migratórios contemporâneos guardam especificidades quando comparados aos observados na passagem do século XIX para o XX. A primeira delas é o fato de estarmos vivenciando a fase global do capitalismo, que tem produzido dinâmicas de circulação de dinheiro, de mercadoria, de informações e de pessoas mais intensas e menos centralizadas. Como veremos, a circulação de dinheiro, mercadoria, informações e pessoas não possui a mesma fluidez e se materializa por meio de novas configurações e arranjos sociais. No caso dos imigrantes, que

nos diz respeito mais diretamente neste capítulo, observamos uma maior resistência contra a sua livre circulação pelo mundo.

Vários acontecimentos recentes, tais como o referendo na Suíça em 2013, por meio do qual foram aprovadas restrições à livre circulação de “cidadãos de países terceiros”; a intenção de Donald Trump de construir um muro na fronteira entre os EUA e o México; a reação da Hungria e outros países do Leste Europeu contra a presença de refugiados e os acontecimentos recentes em Roraima, em que um acampamento de venezuelanos foi atacado por brasileiros, demonstram que, no mundo globalizado, a circulação de pessoas enfrenta mais barreiras do que a de dinheiro, mercadorias e informações. Os fluxos contemporâneos de migração, portanto, colocam novos temas, ou melhor, acentuam e dramatizam antigas problemáticas tais como as relacionadas às fronteiras (TRUZZI, 2008; SASSEN, 2013; ALBUQUERQUE, 2015, 2015b; REVISTA AMBIVALÊNCIAS, 2015), às diásporas (HALL, 2009) e transnacionalidade (SHILLER, BASH, BLANC, 1995; PORTES, 2004; GUIJARRO, ESTER MASSÓ, 2013).

Além das novas configurações de seus fluxos, a imigração conheceu, um significativo aumento do número de pessoas que vivem fora de seu país de origem. Segundo dados da ONU, em 2020 havia 281 milhões de pessoas que viviam fora de seu país de nascimento.

É nesse contexto de mudanças das dinâmicas migratórias e de aumento do número de imigrantes que observamos um intenso debate sobre as políticas de integração de imigrantes e de gestão da diversidade cultural. A intensidade destas mudanças gerou um cenário que tem sido chamado de super-diversidade (ZAPATA-BARRERO, 2017). Nesse sentido, pode-se dizer que as várias definições e usos do termo interculturalismo (CANCLINI, 2008; MEER, MODDOD, 2012; ZAPATA-BARRERO, 2017) têm em

comum a centralidade da interseção entre a dimensão cultural com a política e uma compreensão segundo a qual estas relações ocorrem em um terreno favorável a trocas mútuas, ainda que não necessariamente, simétricas, entre agentes sociais de origem nacional e étnica diferentes. Assim, o interculturalismo parece ter sido uma resposta tanto para uma perspectiva assimilacionista que nega e procura eliminar a diferença quanto para multiculturalismo que tende reforçar as fronteiras culturais e o grupismo como já problematizado e analisado no capítulo anterior.

A ampla e desafiadora questão que cerca e se imbrica ao tema do interculturalismo será aqui tratada, sobretudo, a partir de uma hipótese segundo a qual o reconhecimento da diversidade cultural no mundo contemporâneo e, mesmo em sua institucionalização no âmbito de organismos internacionais e dos Estados-Nação, não é garantia de configurações (ELIAS, 2005) mais democráticas, mais amplas e abrangentes, no sentido da distribuição do poder entre nacionais e imigrantes. Isso porque, muitas vezes, a diversidade cultural estaria sendo apropriada e regida por forças políticas e econômicas que têm reforçado velhas e produzido novas hierarquias sociais e assimetrias políticas. Essa dinâmica não impede, no entanto, que imigrantes, associações e organizações não governamentais a eles ligados tenham inserção e participação no cenário cultural, econômico em certa medida, político nos países de destino. Também não impediria que no plano do consumo cultural plasmem uma infinidade de formas de convivência produzindo configurações sociais, marcadas pela abertura às mudanças e às trocas de padrões estéticos, religiosos, gastronômicos, artísticos etc. A marca desse cenário seria, portanto, da ambivalência. Essa hipótese será aqui desenvolvida a partir de algumas possibilidades de se interpretar e operacionalizar a ideia de interculturalismo, em

especial as relacionadas ao interculturalismo como chave analítica, como política de integração do imigrante e da diversidade cultural e o interculturalismo como tradução da sociedade do consumo. Estas três dimensões, no entanto, são inseparáveis no plano da vida política, econômica e cultural. A divisão aqui operada cumpre apenas com a finalidade de examinar de modo mais sistemático a temática do interculturalismo em algumas de suas possibilidades políticas e analíticas.

O Interculturalismo como chave analítica

Para Norbert Elias (2005), determinadas expressões da realidade social só se colocam para a análise sociológica face ao desenvolvimento de “esquemas mentais”, isto é, a visibilidade e a compreensão sociológica sobre a realidade social dependem do desenvolvimento de conceitos e categorias analíticas. Esse parece ser o caso do interculturalismo. Sua definição como chave analítica nos permite compreender novas dinâmicas da interface entre cultura, política e economia.

Mais especificamente, o interculturalismo, como chave analítica, vem sendo útil para a análise de realidades caracterizadas para se compreender como processos de intercâmbio, trocas, sobreposições, somas e subtrações são operadas em configurações sociais caracterizadas por diferenças culturais seja as produzidas por grupos internos que se somam aos imigrantes, seja no caso em que imigrantes são a fonte principal das diferenças culturais

O interculturalismo, ao lado da hibridação (CANCLINI, 2008), é aqui entendido como uma categoria analítica para pensar as relações entre poder e cultura. Relações que implicam aberturas e trocas culturais, mas que ao mesmo tempo mantêm e/ou recriam formas de hierarquização e transgressão social. O

interculturalismo tem uma dimensão dialética, mas, também, uma ambivalente. Isto é, nos permite entrever, entre as teias de relações culturais e políticas, por meio de antagonismos, de contradições, mas, também, por assim dizer, por paralelismos. Isto é, dinâmica que não caminham para uma síntese e tendem coexistirem.

Interculturalismo é, portanto, um recurso analítico para se compreender o mundo contemporâneo e suas contradições e sua polissemia. Considerar o interculturalismo como chave analítica implica, por exemplo, em reconhecer as particularidades do fenômeno migratório em um contexto marcado pela globalização e desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação. Este é um mosaico em que a dimensão econômica é profundamente entremeada por questões socioculturais e identitárias. Os fluxos migratórios se constituem assim, mais do que nunca, como um fenômeno multidimensional e multissêmico.

O interculturalismo seria uma chave analítica que permite pensar as relações sócio-política-culturais de modo interdisciplinar e, ao mesmo tempo, capaz de apreendê-las naquilo que expressa, como trocas culturais, relações intersubjetivas e assimetrias políticas. Ramos (2010) propõe um “paradigma intercultural” de modo a

[...] desafiar os paradigmas tradicionais, introduzir a pluralidade, a heterogeneidade, a complexidade, a muti/interdisciplinaridade na pesquisa, formação e intervenção, implicando em um novo reposicionamento metodológico, epistemológico, assente em três vertentes estruturantes: 1) conceitual [...], 2) metodológico [...] 3) ético.” (RAMOS, 2010, p. 40)

Para Canclini (2007), a interculturalidade é um meio para compreender as dinâmicas contraditórias e ambivalentes da

globalização – contexto no qual se inserem os fluxos migratórios. Assim, a compreensão da complexidade cultural produzida pelos níveis públicos e privados que expressam simultaneamente a homogeneização, a diferenciação e a produção de desigualdades passam pela categoria intercultural. De acordo com Canclini:

Como a globalização não consiste na disponibilidade de todos para todos, nem na possibilidade generalizada de entrar em todos os lugares, é impossível entendê-la sem os dramas da interculturalidade e da exclusão, sem as agressões ou autodefesas cruéis do racismo, das disputas, amplificadas em escala mundial, para manter a diferença entre o outro que escolhemos e o vizinho compulsório. A globalização sem a interculturalidade é um ‘OCNI’, um objeto cultural não-identificado.(CANCLINI, 2007, p. 46).

Nessa linha de raciocínio, encontramos em Canclini (2008) a ideia de interculturalismo como uma categoria política e analítica que avança em relação à multiculturalidade. Isso porque, de certo modo, o multiculturalismo remete à celebração da diferença de modo a naturalizá-la e despolitizá-la, produzindo em muitos casos a reensencialização das identidades, bem como a “guetização” de grupos étnicos e culturais tal como já propus no capítulo anterior.

Desse modo, o interculturalismo, como categoria analítica, procura dar visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são, ao mesmo tempo, marcadas pela diferença e pela desigualdade. Permite, também, compreender como as relações de dominação são portadoras de formas de resistência e autonomia. Sugiro, portanto, pensar a produção da diversidade cultural a partir de uma perspectiva intercultural tal como Canclini propõe. A pertinência analítica do interculturalismo se fortalece

quando o autor recorre, de modo interdependente e complementar, à ideia de hibridismo. Se partirmos do pressuposto de que culturas são incompletas, podemos considerar as possibilidades de comunicação e intercâmbio produzindo hibridismos culturais. Na perspectiva de Canclini (2008), todavia, esta interseção e este hibridismo não descartam relações de poder e nem processos de hierarquização e subordinação social. Isto é, a produção do pertencimento, da alteridade e da desigualdade não são processos excludentes, ao contrário, são interdependentes. Desse modo, o par intercultural/híbrido avança analiticamente quando comparado às categorias tais como assimilação e multiculturalismo.

Boaventura Sousa Santos em *Se Deus fosse um ativista de Direitos Humanos* (2013), refere-se ao interculturalismo contrapondo, de um lado, expressões preconceito e racismo e, de outro lado, formas de mecanismos de resguardo e proteção dos sujeitos mais vulneráveis em contextos de intercâmbio cultural. Para o autor chama a “concepção intercultural dos direitos humanos “[...] destina-se a tornar inteligível a ideia de que o propósito dos intercâmbios interculturais é a interpretação, a produção e partilha de significados.” (2013p. 123).

Desse modo, entendo o interculturalismo como uma chave analítica que nos auxilia a entender a migração como um processo produtor de interseções culturais ao colocar povos e culturas distintas em contato. Por sua vez, essa dinâmica levanta ou cria barreiras, destrói velhas hierarquias e constroem novas, não podendo ser apreendida apenas por meio de dicotomias, tais como centro/periferia, dominante/dominado (ONGHENA, 2003, p. 61-62), ela exige um novo olhar que não desconsidere as hierarquias e os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, deem conta de dinâmicas de transgressão e empoderamento operadas dentro dessas mesmas lógicas.

Interculturalismo como política de integração de imigrantes e de gestão da diversidade.

O tema da integração de imigrantes e de gestão das diferenças culturais é pleno de tensões políticas. Isso porque, dentre outros motivos, parte de um pressuposto de que há algo e alguém a serem integrados e de que as diferenças devem ser administradas. Fica, com efeito, implícita e subentendida uma relação de poder assimétrica entre o sujeito e o objeto da integração e da gestão.

Desse modo, a dimensão analítica do interculturalismo está sobreposta com sua expressão o que pode ser observa na maneira como os Estados-Nação vêm tratando do tema da diversidade cultural, em especial a produzida pela presença de imigrantes. Pode-se dizer que o Estado-Nação é uma forma relativamente recente e muito particular de arranjo político, territorial e cultural (HELD, 2003) e tem como uma de suas prerrogativas a produção e a salvaguarda de identidades hegemônicas (BAUMAN, 2008).

Nessa linha, no primeiro capítulo desse livro, procurei tipificar três ideias-chave que têm orientado as políticas de integração a partir do final do século XIX. A primeira, marcada pela negação e eliminação da diferença representada sobre certa modalidade de assimilacionismo; a segunda, pela emergência da ideia e de leis de defesa ao direito à diferença, em grande parte associada às políticas multiculturais e, por fim, as políticas interculturais que não apenas consideram a diferença como um direito, mas também, problematizam de uma perspectiva política as relações entre o “sujeito” e o “objeto” da integração. Essa perspectiva também é encontrada em González (2010),

A questão radical, portanto, nos tipos de relações que se instauram entre os diferentes grupos culturais, o qual pode ser de igualdade na medida em que seja possível

estabelecer um diálogo intercultural equitativo ou de subordinação na qual a cultura majoritária dominante pretende impor-se a cultura minoritária. (GONZÁLEZ, 2010, p. 46-47)²

As políticas interculturais, quando confrontadas com as multiculturais retomam com maior ênfase a problemática da coesão social. Parte consistente das críticas ao multiculturalismo e a seu suposto fracasso estaria associado ao fato de ter priorizado ideias princípios como diferença e pluralidade cultural em detrimento da coesão social (MEER, MODOOD, 2012; OLIVEIRA, 2012).

Outros estudos têm indicado a existência de limites para o processo de integração do imigrante e de gestão da diversidade inerentes à própria natureza do Estado-Nacional. Por exemplo, algumas delas partem do fato de que as políticas positivadas no âmbito dos Estados Nacionais herdaram as restrições de uma organização política e administrativa que se constitui a partir de uma dinâmica de homogeneização cultural.

[...] o verdadeiro problema que surge na raiz do reconhecimento, tratamento e/ou gestão da diversidade se encontra no nível institucional. O obstáculo principal que qualquer estratégia a dirigida a interculturalizar e/ou diversificar a educação terá que enfrentar, o que está tão profundamente enraizado no solo da pedagogia nacionalizante, é o “estado-nacionalismo” (DIETZ, 2007, p.35/36).³

² Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

³ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

A natureza do Estado-Nação seria, assim, um obstáculo inerente a uma política de integração e gestão da diversidade mais democrática e simétrica, no que diz respeito à participação de imigrantes em postos e centros de decisão sobre essas políticas. Para Canclini, esta contradição inerente se manifesta porque:

Há um desacordo estrutural entre a ordem política organizada em Estados nacionais, com governos eleitos por cidadãos de cada país, que só têm competência em assuntos internos, e os fluxos de capitais, bens, mensagens e migrações, que circulam transnacionalmente sem regulações globais nem participação de cidadãos nesta escala supranacional. [...] Os acordos reduzem-se ao que as reuniões de cúpulas empresariais e governamentais acertam entre si. (CANCLINI, 2007, p. 205)

Em um texto escrito em um período em que o tema da interculturalidade tomou um grande espaço no cenário político e acadêmico na Espanha, Innerarity (2003) propôs que a saída para este impasse estaria na “desestatização da vida pública” (idem, p.79) em direção a uma “sociedade policêntrica” e de “um pluralismo constitucional”.

Há, ainda, uma outra importante diferença entre as políticas multiculturais e as políticas interculturais voltadas à gestão da diversidade. De início, devemos considerar que as políticas interculturais de gestão da diversidade têm duas origens. Uma na parte francesa do Canadá e outra no âmbito Conselho Europeu. A primeira está relacionada com as garantias de existência de povos e expressões culturais não hegemônicas no Canadá, tanto em relação aos indígenas, quanto à população de língua francesa. Já na Europa, as políticas interculturais estão associadas ao que foi considerado fracasso das políticas multiculturais

e no princípio que a diversidade pode trazer ganhos e econômicos e culturais para os países de europeus. Em ambos os casos, as políticas interculturais possuem uma maior ênfase no tema da coesão social quando comparada às políticas multiculturais. (BERRY, 2013; ZAPATA-BARRERO, 2017).

No plano das políticas implementadas em Portugal e Espanha, podemos observar uma trajetória marcada pela centralidade de perspectivas interculturais até por volta de 2011, quando se inicia seu enfraquecimento. Na Espanha, em particular, a Comunidade Autónoma de Madri que tive a oportunidade de estudar, este recuo pode ser constatado de modo mais claro pela diminuição do espaço institucional, a exemplo do fechamento de vários centros culturais voltados à imigração, e pelo desaparecimento da referência ao termo interculturalidade ou interculturalismo em seus documentos oficiais publicados a partir de 2014. Em Portugal, talvez de modo menos intenso, este recuo ocorreu mais ou menos no mesmo período e esteve acompanhado pelo crescimento significativo da emigração de portugueses, fato bem ilustrado pela mudança do nome de seu principal órgão ligado à questão migratória o Alto Comissariado das Migrações e Diálogo Intercultural (ACIDI) que passou a se chamar de Alto Comissariado das Migrações (ACM), de modo a contemplar tanto os fluxos imigratórios quanto os fluxos emigratórios.

Antes disso, no entanto, Portugal e Espanha desenvolveram e implementaram políticas de integração da imigração e gestão da diversidade centradas na perspectiva intercultural. No caso de Portugal, destacam-se o Plano de Integração do Imigrante - 2007 a 2009 (S/D) e o II Plano de Integração do Imigrante - 2010 2013 (S/Db). No que diz respeito à Espanha, há de se considerar que a organização política administrativa do país concede às Comunidades Autônomas um conjunto de prerrogativas, em es-

pecial no campo da educação, saúde e cultura. A despeito disto, o Estado espanhol elaborou duas versões do Plano Estratégico de Cidadania e Integração. O primeiro para o período de 2007 a 2011 e o segundo para o período de 2011 a 2014.

Em síntese, o que pude constatar foi que havia ao menos dois eixos norteadores tanto em Portugal como na Espanha. Primeiro, as ações eram transversais e deveriam ser compartilhadas por órgãos públicos ligados ao trabalho, saúde, assistência social, cultura e educação. Segundo estas ações, eram implantadas nos vários níveis da estrutura administrativa dos dois países, isto é, compreendiam os níveis nacional, regional e local. Para cada um deles, havia setores e pessoal responsáveis.

Assim, as chamadas políticas interculturais de integração e gestão da diversidade, inclusive as desenvolvidas em Portugal e Espanha, não fugiram da questão de fundo da ação normativa dos Estados-Nação voltada à coesão social. Por outro lado, revelam uma outra faceta, talvez específica da Europa, que demonstrou como políticas desenvolvidas no âmbito dos Estados-Nação, a exemplo dos países ibéricos, são influenciados ou mesmo orientados por resoluções elaboradas em âmbito internacional. Nesse sentido, por exemplo, Ramos destaca que a Comissão Europeia

[...] instituiu 2008 como o *'Ano Europeu do Diálogo Intercultural'* com o objetivo de encorajar o debate junto aos poderes públicos, ao setor privado e à sociedade civil sobre formas de acolher e promover a diversidade e a gestão cultural, assim como a comunicação intercultural, através de medidas, nomeadamente: do desenvolvimento da participação democrática da diversidade cultural; do reforço da cidadania e participação; da aquisição e ensino de competências interculturais, da criação de espaços de diálogo intercultural; da promoção do diálogo intercultu-

ral nas relacionais nacionais e internacionais. (RAMOS, 2010, p. 28).

Não deixa de ser interessante que a declaração da Comissão Europeia veio a público em 2008, mesmo ano do início da grande crise econômica. De qualquer maneira, as políticas interculturais de integração do imigrante, tanto em Portugal como na Espanha, não estiveram livres de críticas e dissensos. Sobre isso, há dois exemplos que merecem ser lembrados. Em nossa pesquisa de campo observamos, por meio de duas entrevistas com representantes de associações de imigrantes, alguns dos limites práticos das políticas interculturais de integração do imigrante e de gestão da diversidade. Em Lisboa, um representante da Associação Solidariedade Imigrante foi bastante enfático em sua crítica:

Não venha me dizer que os portugueses convivem bem com os pretos, com os imigrantes... Portugal teve relações com a África e com o Brasil que nos envergonha. Foi uma relação de opressão, de escravatura... Também relações ótimas, de amor e tudo mais. Mas essencialmente foram relações de dominação. [...] as leis portuguesas são xenófobas, que leis que oprimem, leis que não dão direitos, são leis que me lembram um código penal, são leis que criminalizam, penaliza os imigrantes, não fala de direitos. Esse olhar romântico não só em Portugal, mas na Europa, em relação aos imigrantes “coitadinhos” é um olhar paternalista, são bando de desgraçados ... vamos lá criar um banco alimentar” Eles não querem isso. A interculturalidade não existe. (Entrevistado 1 2013)⁴.

4 Representante de uma associação de apoio ao Imigrante, Lisboa, 2013.

De modo semelhante, em Madri O presidente de uma associação de imigrantes demonstrou algumas das dimensões dos limites das políticas de integração:

É um pouco negativo porque não sou eu apenas minha cultura, minha tradição. Sou uma pessoa, sou gente, dinâmico e que vou me fazendo, que vou me entremesclando, que vou colhendo parte de minha identidade cultura aqui e lá. Passo a ser um sujeito político, um sujeito de ação onde necessito e demando meu espaço de participação política, minha conta porque sou cidadão que sei portanto que economicamente, socialmente e culturalmente, ou seja, em tudo porque sou uma pessoa, não? Eu creio que isso é o nós estamos sempre dizendo: a integração tem que ser em todos os âmbitos, em todos, cultural, social e político. (Representante de uma associação de imigrantes em Madri, , 2013).⁵

Para o entrevistado há duas cidadanias:

Os autóctones que vão com uns direitos e umas obrigações e os imigrantes que vão com mais obrigações e menos direitos. Há duas cidadanias, duas obrigações e isto não está sendo modificado. Por exemplo, ainda se segue pensando em uma Europa branca. (Idem).⁶

De acordo com o entrevistado, essa dupla cidadania se revela, também, nas limitações que imigrantes encontram para acessar cargos e espaços de decisão. Isso porque os cargos legislativos para os quais imigrantes podem concorrer são no âmbito municipal e, em alguns casos, das comunidades autônomas, mas nunca em nível nacional.

⁵ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

⁶ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

A ênfase na dimensão cultural colocaria questões políticas em segundo plano. O mesmo aconteceria com as necessidades econômicas e direitos políticos. Essas críticas por parte de representantes de associações encontram ressonância em alguns autores ibéricos:

Outrossim, é uma presença despolitizada, mediada por uma ideologia de culturalização patrocinada pelo Estado, na qual questões como desigualdade econômica e social, discriminação e racismo, exclusão legal e consequentemente fragilização da cidadania, não encontram qualquer eco. (OLIVEIRA, 2012, p. 70-71).

Há ainda um limite epistemológico a respeito da gestão da diversidade. No plano institucional, ao menos em Portugal, verificou-se que esse limite aparece com certa frequência na ideia de que é possível somar culturas distintas tal como apareceu na entrevista realizada em 2014 com a então responsável pelo Alto Comissariado para as Migrações e Diálogo Intercultural – ACIDI (atual Alto Comissariado das Migrações - ACM). Neste ponto de vista, os imigrantes podem ser uma fonte de enriquecimento da cultura portuguesa e caberia ao Estado criar condições para que esse processo fosse harmônico, de modo a fortalecer a coesão social. Todavia, essa possibilidade não se concretiza. Nem mesmo na perspectiva da “hermenêutica diaspórica” de Boaventura Sousa Santos, segundo a qual todas as culturas são incompletas e que isso leva a um processo contínuo de complementação mútua (SANTOS, 2000). O interculturalismo recoloca a problemática básica das relações de alteridade segundo a qual não é suficiente aceitar o outro, mas é igualmente necessário renunciar ao nós mesmo, ao menos em parte. Não se trata, portanto, apenas de soma, mas também de subtração.

Somas culturais são possíveis quando valores, tradições ou costumes não estão postos em questão, quando não é ne-

cessário escolher por uma ou outra referência cultural. Mas o mesmo não é possível quando escolhas se impõem. Castoriadis (1992) explicitou esse impasse quando escreveu sobre a prática da infibulação feminina por empregados islâmicos de uma casa francesa. A situação descrita consiste no impasse da família francesa em impedir ou não a prática da mutilação genital da filha de seus empregados. Ficam presos entre o princípio do *habeas corpus*, um dos pilares dos direitos humanos e o, igualmente ocidental, princípio do respeito à diferença cultural expresso na tradição dessa prática nos países de origens dos imigrantes. Esse exemplo serve para demonstrar uma situação limite em que alguma das partes terá, necessariamente, que renunciar a seus valores.

Ainda sobre a intransponibilidade de barreiras culturais em contexto de disputa, há obstáculos que colocam em xeque a bem-intencionada concepção de soma cultural expressa. Neste sentido, vale retomar a entrevista com a representante do ACIDI:

[...] em Portugal nós tentamos desenvolver este modelo intercultural em que é um somatório de identidades. Nós vemos a cultura e a identidade cultural como dinâmica e não estática, e como somatório, nós vamos somando e não vamos diminuindo, não vamos deixar de ser quem somos porque estamos em outro país, e a própria sociedade de acolhimento também se vai matizando com estes contactos todos que [...] mesmo é, e daí é desenhar políticas em que... políticas para todos. Quando falamos de interculturalidade falamos em todos, não só em quem chega, mas em quem está. (dezembro de 2013).

Em contraposição a essa perspectiva, Onghena (2003) destaca alguns outros obstáculos às políticas interculturais que vão além dos limites originários à natureza dos Estados-Nação.

Desde o ponto de vista político, este horizonte de pensamento requer compreender fatores que obstaculizam os processos interculturais: o pensamento único, a essencialização ou a instrumentalização política das identidades, os preconceitos, as sobreposições sobre um mesmo, a ignorância do 'outro, o intercâmbio desigual dos signos e das culturas. (ONGHENA, 2003, p. 61).⁷

A “contradição em termos” que estamos tentando evidenciar no que diz respeito à relação entre interculturalismo e Estado-nação pode ser melhor visualizada quando lembramos das observações que Stuart Hall (2009) faz sobre as dimensões globalizadas e diaspóricas dos fluxos migratórios. Ainda que Hall tenha como referência empírica a diáspora caribenha, seu estudo é uma importante contribuição para pensarmos as tensões entre as dinâmicas culturais pensadas como “tradução” em outros contextos. Na realidade, essa contradição se refere à compreensão das dinâmicas culturais como expressão da “tradução” e a natureza dos Estado-nação que procuram “encurralá-las” em seus limites. As dinâmicas globalizantes, assim, teriam intensificado o poder de transgressão das dinâmicas culturais sobre as forças normatizadoras e homogeneizantes dos Estados-nação.

Por outro lado, ainda segundo Hall *“Esta nova fase ‘transnacional’ do sistema tem seu ‘centro’ cultural em todo lugar e lugar nenhum. Está se tornando ‘descentrada’. Isso não significa que fala a ela poder ou que os Estados-nação não tem função nela.”* (2009, p. 35). Nesta linha, o estudo revelou que todos esses limites e contradições das políticas imigratórias portuguesa e espanhola não impedem que tenham produzido efeitos positivos em ter-

⁷ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

mos de manutenção de índices de xenofobia e racismo em níveis consideravelmente baixos, isso é, se não conseguem avançar para formas equânimes e simétricas de integração e gestão parecem ter funcionado como formas de contenção.

Em Portugal, por exemplo, um relatório da Organização Internacional das Migrações (OLIVEIRA, GOMES, 2017), com base em quatro aspectos das relações entre imigrantes e nacionais⁸, demonstra que no país foi encontrado um menor número de percepções e atitudes discriminatórias em três das quatro dimensões. A única situação em que o país está acima da média europeia consiste no compartilhamento de ambientes de trabalho com imigrantes, em especial com os de origem subsaariana e mulçumana. Por outro lado, no que diz respeito, à taxa de discriminação, Portugal está entre os países com os menores percentuais, 17%, quando comparado com a Áustria, 42% e a Dinamarca, 41% (OLIVEIRA, GOMES, 2017, 248-249).⁹

Essa baixa adesão da população portuguesa às agendas racistas e xenóforas pode ser ratificada pelos resultados nas eleições autárquicas de 2017 nas quais estavam em disputa a representação nas câmaras e assembleias municipais e assembleias de freguesias. O Partido Nacional Renovador (PNR), o partido com maior associação com expressões de discriminação e preconceito contra o imigrante não recebeu mais do que 0,30% dos votos

⁸ “[...] i) percepção da discriminação na sociedade; ii) atitudes pessoais face à discriminação; iii) conhecimento dos direitos em matéria de discriminação e iv) políticas de combate à discriminação)” (OLIVEIRA, GOMES, 2017, p. 249).

⁹ Estes dados não condizem com outros publicados recentemente pela imprensa portuguesa que coloca o país entre os mais racistas da Europa, tal como uma reportagem publicado pelo Portal da Sapo em 3 maio de 2017. A diferença parece estar associada, sobretudo, à metodologia, já que os dados sobre preconceito retirados pelo Jornal do Repositório FIHSHARE “[...] não é medido através das atitudes dos cidadãos, mas sim através da conotação negativa que atribuem às pessoas de raça negra.” (SAPO, 2017).

apenas em 8 dos 18 distritos do país. Essa realidade já havia sido estudada pelo sociólogo português Rahul Kumar (2012). De acordo com o autor, a baixa votação ocorre desde 2001, quando o PNR participou pela primeira vez das eleições e obteve 0,09% dos votos. Desde então, o partido teria conquistado mais eleitores, mas nunca ultrapassando o percentual obtido em 2017.

A ideia segundo a qual as políticas interculturais de integração da imigração e gestão da diversidade, não obstante, todos os seus limites, representa um obstáculo para o aumento do racismo e da xenofobia reapareceu em uma das entrevistas realizadas em Madri

Eu creio que com uma crise tão brutal como a que a Espanha está vivendo, que não se observa no resto da Europa ... tem havido pequenos grupos que atacam os imigrantes. Mas não tem havido xenofobia na Espanha. Em minha opinião, isto é graças ao que se investiu e, sim, tem havido coisas que se haviam trabalhado, incluindo em nível educativo de forma transversal nos Institutos [...] porém eu creio que é uma realidade que Espanha e, sobretudo, grandes cidades como Madri, são cidades interculturais e vão seguindo sendo. E isso é algo que não se pode ignorar. (Funcionária de um centro cultural mantido em cooperação pela comunidade de Madri e por uma associação de imigrantes, 2014.)

A ação do estado por natureza é normatizadora e quando o interculturalismo se converte em política de integração não escapa dessa condição. Portanto, o que pode ser uma demanda, uma expressão de novos direitos ou novos arranjos societários e culturais ao se tornar lei, agirá sobre a sociedade de modo a estabelecer parâmetros de conduta por normas e regras.

O desafio do interculturalismo como política de gestão não parece, portanto, ser diferente de qualquer outra política nesse

âmbito. Isto é, o desafio de ser a mais representativa possível de uma sociedade e de uma cultura cuja relações são caracterizadas pela diversidade cultural e pelas desigualdades políticas e econômicas. Como dito acima, o interculturalismo como política de integração e gestão da diversidade recoloca a questão básica da convivência com diferente ao nos desafiar não apenas a aceitar o outro, mas como condição para isso, renunciar a algo de nós mesmo. Essa problemática é enfrentada pelas políticas interculturais, como as observadas em Portugal e Espanha no período estudado, mas não é respondida de modo pleno. Isto porque a resposta para o caso das políticas imigratórias está na abertura para que imigrantes possam participar e interferir positivamente na elaboração destas leis e, com isso, romper com a perspectiva hegemônica de identidade nacional inerente ao modelo, igualmente, hegemônico de Estado-nação. Isso, no entanto, nos recoloca face aos limites inerentes impostos por este modelo.

Por último, é importante destacar que depois de quase uma década da implementação de políticas interculturais de gestão da diversidade, de seus avanços e recuos, pode-se dizer que o interculturalismo propõe-se ir além do multiculturalismo como política de integração ao retomar, com maior ênfase, o tema da coesão social. Este tema, no entanto, não passa necessariamente pela ação do Estado-nacional. Por exemplo, Zapata-Barreto define um conjunto dimensões que dão base para o que chama de “Intercultural Policy Paradigm (ICP)”.

[...] O ICP é definido através de 10 dimensões principais. Avaliação das funções da cidade ‘através de uma lente intercultural’ (educação, domínio público, moradia, serviços pública e administração civil, negócio e economia, esporte e artes); segurança urbana; mediação e solução de conflitos; linguagem, estratégia de mídia; estabelecimento de uma

política internacional para a cidade; “abordagem baseada em evidência”; conscientização intercultural; acolhimento de recém-chegados; e governança intercultural (a qual inclui participação e representação). Estas dimensões constituem um leque abrangente de diferentes áreas de intervenção garantindo condições para promover relações entre pessoas de diferentes contextos, incluindo cidadãos nacionais. (ZAPATA-BARRETO, 2017, p 10)¹⁰.

Da citação acima, destacamos dois pontos importantes sobre a “a gestão da diversidade”. O primeiro se refere a perda da centralidade do Estado como agente destas políticas e, segundo, uma maior importância da cidade e do mercado como espaços interculturais.

Interculturalismo, economia e consumo.

É a partir da análise de Zapata-Barrero (2017) que gostaria de retomar a centralidade do consumo na sociedade ou a chamada sociedade do consumo. Esta tem sido objeto de estudo e análise de muitos pesquisadores e intelectuais contemporâneos. Para os objetivos deste capítulo trabalhamos, sobretudo, com as contribuições de três destes autores (BAUDRILLARD, S/D; BAUMAN, 2008; CANCLINI, 2008) que, mesmo que partam de pressupostos teóricos e políticos distintos, nos auxiliam a pensar a questão migratória, ao lado do problemática da interculturalidade e consumo no mundo contemporâneo.

Em comum estes três autores pensam o consumo para além de um ato individual e restrito ao campo das atividades econô-

¹⁰ Tradução livre do inglês para o português feita pelo autor.

micas e da aquisição de bens materiais e simbólicos. Baudrillard (S/D) propõe uma “lógica social do consumo, o que eleva a condição de uma prática coletiva e coercitiva que age sobre o processo de controle e integração social (S/D, p. 81). Para Bauman (2008), o consumo na sociedade contemporânea dá existência à “vida de compras’ (p. 66), uma vida em que as frustrações pessoais são compensadas pela dinâmica do descarte-consumo-descarte. O consumo está, portanto, na base das forças produtoras de sentido na vida. Em Canclini (2008), reaparece esta centralidade do consumo na sociedade contemporânea. Segundo o autor, o consumo colonizou todas as esferas da existência humana seja no plano social, político ou afetivo. É a partir desta concepção que, por exemplo, Canclini (2008) propõe repensar a cidadania de modo a incorporar consumo.

Em razão de sua centralidade é que podemos dizer que as chamadas relações interculturais são mais facilmente concretizadas no âmbito do consumo, do que no das políticas de integração de imigrantes ou de gestão da diversidade (CANCLINI, 2007). Neste sentido, pode-se dizer que o consumo tende a esvaziar o teor político de modo a que facilita o diálogo entre diferentes referências e padrões culturais. Um exemplo, são redes globais de lojas que comercializam roupas com forte apelo étnico seja por meio de estampas ou designe de roupas e acessórios com forte referência ao mundo da cultura árabe em uma tradução do “Orientalismo” (SAID, 2007). O consumo é o vetor da tradução do não-ocidental em exótico, dinâmica (SILVA, 2000) também observada em salões de beleza.

O consumo facilita o encontro cultural. Um exemplo é o Kuduro (MARCON, 2013) estilo de música e dança angolano que se tornou uma referência da juventude de angolanos e luso-angolanos. O Kuduro, passou a ser ouvido e dançado não apenas em

boates em bairros sociais e frequentadas por imigrantes e seus descendentes, mas também em espaços mais centrais e frequentados por portugueses e pessoas de outras nacionalidades.

Um segundo exemplo pôde ser observado no evento Noites de São Bento, promovido pela Câmara de Lisboa como parte do “Festival Todos”. Em setembro de 2013 pude presenciar o evento durante a apresentação da comunidade indiana na cidade. O grupo desceu a rua São Bento a partir das imediações da Estação do Metro Rato em direção à Assembleia da República. Enquanto o cotejo cantava e dançavam músicas de origem indiana, era saudado por outros membros do grupo que se posicionavam nas janelas dos prédios públicos que cercam a rua. Neste ambiente festivo, havia pessoas de muitas origens, inclusive muitos portugueses, de modo a corresponder com a proposta da Cidade de Lisboa em promover a diversidade cultural.

Um terceiro exemplo foi observado durante o Festival Imigrante em novembro de 2013 promovido pela Associação Solidariedade Imigrante e que contou com a presença de imigrantes, além de portugueses, que fizeram, em dois dias, 50 espetáculos de dança, música, teatro, cinema, artes plásticas e visuais, bem como conferências e workshops (ENNES, RAMOS, 2018b). Durante as apresentações artísticas e culturais eram vendidas comidas, bebidas e roupas típicas das etnias/nacionalidades presentes. Pelas paredes do recinto havia faixas e cartazes contrárias às formas institucionalizadas de contenção e/ou reversão dos fluxos migratórios, como a chamada “diretiva de retorno”, contra o xenofobismo e preconceito e, também, apresentavam alguns dados sobre a importância de imigrantes como contribuintes para seguridade social portuguesa.

Há dois outros exemplos que merecem ser mencionado. Um ainda na cidade de Lisboa e outra em Madri. Estes dois últimos

exemplos têm em comum o fato de envolverem estabelecimentos comerciais. A Associação Renovar a Mouraria está localizada no Bairro da Mouraria, é uma organização privada sem fins lucrativos e foi fundada em 2008. O objetivo principal da Associação é atuar na revitalização do bairro histórico da Mouraria, em Lisboa, em nível social, cultural, econômico e turístico. Ainda que não tenha os imigrantes como público-alvo muitas de suas demandas são atendidas ou encaminhadas na medida em que elas se confundem com as demandas dos moradores do bairro o que na verdade explicita necessidades comuns reforçando as dinâmicas de trocas culturais os laços de convívio comum. A Associação Renovar a Mouraria está instalada em sua sede “Casa Comunitária da Mouraria” e atende tanto moradores do Bairro, da cidade de Lisboa, bem como turistas. A “Casa Comunitária da Mouraria” funciona como bar, café e restaurante. Em dias de atividade cultural a Associação ocupa a pequena área a sua frente com mesas, cadeiras e um pequeno palco.

O último exemplo foi observado no bairro Lavapiés em Madrid onde podemos facilmente observar como a presença de imigrantes tem sido traduzida pela economia e pelo consumo cultural. Entre estes podem ser observados escritórios de advocacia voltados à regularização documental de imigrantes, galerias de arte africana, salões de beleza de senegalesas, marroquinas e dominicanas, açougues marroquinos, casas de show que apresentam espetáculos de música e dança latino-americana e africana, pequenos mercados que vendem alimentos e especiarias latino-americanas, asiáticas, africanas e árabe; associações e centros culturais de imigrantes.

Para que possamos adentrar os contrapontos e ambivalências do convívio com a diferença cultural operada pela tradução do consumo parto do último exemplo observado em meu traba-

lho de campo. A “Asociación Angata Arte Africano” está localizada em uma das estreitas ruas do bairro Lavapiés. Para turistas desavisados, a sede da associação parece ser uma loja que comercializa objetos de arte e artesanato de origem africana. Na realidade, há a comercialização no local, mas, tal como, a Renovar Mouraria, a Angata é uma associação cultural com fins não lucrativos. A Angata foi fundada por mulheres espanholas que viajam e atuam em missões humanitárias no continente africano, em especial na região do Magrebe e da África Negra do Oeste do continente. Assim, para além das oportunidades exposição e venda de arte e artesanato, os valores obtidos são revertidos para os artistas e para as missões em território africano. Além disto, a Angata procura instrumentalizar culturalmente imigrantes africanos. A associação favorece o conhecimento e o acesso a informações por meio de uma biblioteca e de orientação sobre obtenção de documentos, emprego e moradia.

Por outro lado, o comércio e o consumo cultural oferecem uma via de visibilização que, não obstante, impõe certos limites. Assim, os indianos Rua São Bento são convidados e desfilam para toda a audiência que a acompanha de cantando, dançando e batendo palmas. Mas ao terminar sua participação vão para a periferia do evento. É como se ao encerrarem sua encenação, sua performance, o grupo e seus integrantes voltassem ao seu lugar no espaço social. Isto é, periférico e praticamente invisível.

Por sua vez, associações, coletivos e empreendimentos culturais sobrevivem de recursos financeiros obtidos por meio de editais de organizações internacionais em especial os mantidos no âmbito da União Europeia. Estas entidades ao realizar as atividades como espetáculos culturais, encontros, atividades que fazem circular o dinheiro com o consumo de comidas, bebidas, locação de prédios, contratação de artistas, mas também

tem sido fonte de remuneração de pessoas que mantêm vínculos mais duradouras com as entidades ou que sem contratados esporadicamente para o desenvolvimento destas atividades. Além disto, muitas destas entidades possuem sedes pelas quais pagam aluguel e mantêm, ainda que pequeno, um corpo de funcionários permanentes. Todas estas atividades, muitas das quais envolvem a questão migratória, acabam por criar raízes e vínculos mais profundos e passa a constituir um novo ramo da economia de muitas cidades europeias. A fronteira entre o consumo e a cultura torna-se bastante porosa.

Esses são territórios constituídos a partir da convergência de vulnerabilidade social, econômica e legal que atinge não apenas imigrantes, mas, também, portugueses espanhóis. Novos pertencimentos e novas fronteiras são criadas por meio da identificação de necessidades e privações, bem como na construção de alternativas de sobrevivência econômica que envolvem moradias, emprego e geração de renda.

Estas dinâmicas interculturais não se processam, como já nos referimos em outras partes deste capítulo, de maneira simétrica, de modo a eliminar todos os preconceitos e racismos, nem faz de todos iguais em termos de oportunidades, acesso a bens simbólicos e materiais. Em meio a este cenário diverso culturalmente, de todas as maneiras acima apontadas, encontra-se registros e marcas que lembram que o preconceito e a xenofobia estão presentes. A ascensão do Kuduro da juventude angolana coabita a mesma cidade em que se observa, inclusive na Mouraria em Lisboa, grafites xenófobos e racistas, por exemplo, com a sentença “fora pretos”.

Por sua vez, atuação da Associação Renovar a Mouraria tenta com as ações de gentrificação operado a partir de agentes do setor imobiliário local e global que vem atuando no bairro

gerando hipervalorização dos imóveis e, conseqüentemente, a expulsão de antigos e tradicionais moradores. A atuação da Associação, no entanto, necessita de recursos públicos e privados e, também, não foge completamente à lógica dos estilos de vida e do consumo cultural. Isto é, age dentro do campo da sociedade do consumo, mas o faz de modo não hegemônico. Promove a cultura, a integração e a economia social de modo a apoiar a comunidade e o desenvolvimento local de modo a beneficiar os seus moradores e os comerciantes locais.

Em Madri, no bairro Lavapiés, a despeito de um comércio pluriétnico e da existência de Associações como a Angata, observa-se a tensão contra a presença de imigrantes a exemplo das barreiras policiais que buscam imigrantes indocumentados dentro e na saída das estações de metrô do bairro. No coração do bairro, na Praça Nelson Mandela, está sediada A Quimera de Lavapiés um coletivo que funciona em um prédio ocupado que atua na geração de renda, na defesa dos direitos humanos, bem como outras demandas comuns entre imigrantes e espanhóis vulnerabilizados pelo desemprego, falta de moradia e outras necessidades básicas tal como a realização reuniões a céu aberto para diminuir as chances da ação policial no interior do prédio que abriga o grupo, o que poderia implicar na detenção e extração de imigrantes não documentados.

O que procurei enfatizar nesta parte do capítulo é que o consumo cria espaços e situações de maior visibilidade e reconhecimento de imigrantes operando uma maior interação e trocas culturais. Mas, ao mesmo tempo, o consumo impõe limites e restrições para uma maior e amplo convívio entre imigrantes e nacionais uma vez que não implica, necessariamente, em garantias no que diz respeito ao campo dos direitos políticos e humanos. Esta é a marca da ambivalência no interculturalismo produzida

pelo consumo o que não deixa de dar razão a Canclini quando afirma que “Deve-se admitir, porém, que as possibilidades de encontro intercultural são melhor aproveitadas pelo mercado que pelas lutas políticas. (CANCLINI, 2007, p. 113).

Apontamentos finais.

Em seu livro *Carne e Pedra*, Sennet (2008), mais especificamente em seu último capítulo, descreve com pessimismo a experiência multicultural da região de Greenwich Village em Nova York onde a existência de pessoas de várias etnias/nacionalidades não garantem a interação e as trocas culturais entre estes grupos. É a partir de constatações como estas que as políticas interculturais tentaram avançar criando condições e meios para que esta interação pudesse ocorrer. Isto é, no lugar da tendência de isolamento e “guetização” dos grupos, buscou-se, em nome da coesão social, a aproximação e convívio entre os diferentes grupos de imigrantes.

Nas últimas três décadas, a imigração internacional tem crescido e tem se tornado mais complexa. Desafios teóricos, políticos e cotidianos são recriados e outros são produzidos. Um deles se refere às questões produzidas pela imigração do ponto de vista da diversidade cultural. O interculturalismo faz parte deste cenário e nos coloca, ao mesmo tempo, alguns limites e algumas saídas.

Como chave analítica, o interculturalismo demonstra ter fôlego e pertinência para analisar a diversidade cultural produzida pelas migrações de modo a dar clareza e inteligibilidade a configurações culturais que se inter cruzam com dinâmicas políticas institucionais e econômicas. O interculturalismo, com efeito, nos permite entender que há relações e trocas ao mesmo tempo em

que há relações assimétricas de poder. Uma não exclui a outra, o que existe é uma dinâmica seletiva de trocas definidas pelas posições de poder entre os agentes envolvidos.

É no plano das políticas de integração de imigrantes e de gestão da diversidade que o interculturalismo parece apresentar mais limites. Há uma contradição em termos entre a natureza do Estado-nação e o princípio do interculturalismo como dinâmica de trocas culturais e aprendizado mútuo considerando os imigrantes e os nacionais. Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de o Estado-nação ter tido o papel de produzir uma identidade nacional. Essa contradição é ratificada tanto na bibliografia consultada quanto nas narrativas de representantes de associações de imigrantes entrevistados. Todavia, os dados sobre racismo, xenofobia e os depoimentos coletados durante a pesquisa indicam que se o interculturalismo apresenta limites no que diz respeito às políticas de integração de imigrantes e de gestão da diversidade, as leis e ações promovidas pelos governos dos países ibéricos teriam agido de modo a conter o crescimento do racismo e da xenofobia entre seus cidadãos.

Por sua vez, mais do que as políticas oriundas de organismos internacionais como os ligados à União Europeia e dos Estados Nacionais, o mercado, mais especificamente o consumo cultural, parece ter se aproximado deste objetivo. No entanto, como a bibliografia e a pesquisa que deu origem a este capítulo demonstram o avanço neste terreno impõe seus próprios limites.

CIRURGIAS ESTÉTICAS ÉTNICAS E MIGRAÇÃO EM PORTUGAL E ESPANHA SOB O OLHAR MÉDICO¹

Introdução

Este capítulo dialoga diretamente com o seguinte que analisará as narrativas de imigrantes sobre práticas de modificações corporais, inclusive, cirurgias estéticas, à medida que foca no ponto de vista de médicos portugueses e espanhóis entrevistados durante a pesquisa sobre esta problemática². Cumprem, neste sentido, a orientação dada pela perspectiva dos processos identitários seguida desde o início deste livro ao dar voz e analisar os agentes sociais envolvidos em torno da questão das cirurgias étnicas em contexto migratório em Portugal e Espanha.

A realização da pesquisa e a redação desse capítulo colocaram-nos inúmeros desafios que vão desde o fato de ser um tema praticamente desconhecido para a Sociologia e para os estudos imigratórios, em especial no Brasil, até os relacionados ao modo de como lidar com termos e categorias polissêmicas e “escorregadias”. Um exemplo é o termo “grotesco”, frequente nas narrativas dos médicos. Esta palavra ganha um sentido próprio dentro

¹ Este capítulo contou com a colaboração de Natália Ramos (CEMRI/UAb/Portugal).

² O mesmo tema será abordado a partir do olhar de imigrantes no próximo capítulo.

do vocabulário comum aos cirurgias plásticas, que geralmente é acionado de modo naturalizado e não crítico, isto é, deslocado dos processos sociolinguísticos que lhe dão origem. Em algumas partes do capítulo, no entanto, empregamos este termo ao comentar trechos das entrevistas dos médicos, sem que isso signifique uma adesão às dicotomias e preconceitos nele implícitos. Um segundo termo é “traço étnico”. Aqui nos deparamos com a dificuldade de empregar uma palavra que, no senso comum, nos remete a traços físicos e, portanto, que podem levar a perspectivas naturalizadas e naturalizantes. No capítulo, todavia, como se verá, procuramos utilizá-lo sempre como expressão de produção cultural e de ressignificação de características físicas (que por si só, pouco ou nada, diz do ponto de vista sociológico) pelas interfaces entre sociedade de consumo e interculturalismo.

O presente capítulo está dividido quatro em partes. Na primeira parte, apresentamos a metodologia empregada na pesquisa. Na segunda, realizamos alguns apontamentos sobre a migração como fator de produção do estranhamento e da diversidade. Com isso, procuramos identificar parte dos fatores sociais e culturais dos traços étnicos e sua relação com a produção de alteridade e estigma. Na terceira parte, procuramos apresentar as cirurgias estéticas, em especial a cirurgia estética étnica, e algumas de suas peculiaridades, no contexto da sociedade de consumo. Por fim, na quarta parte, apresentamos alguns dados sobre a prática das cirurgias estéticas étnicas, em Portugal e na Espanha, com o objetivo de situar de modo mais específico o conteúdo das entrevistas realizadas com os médicos, dentro do contexto cultural e econômico apresentado na parte anterior.

Imigração e produção da diversidade

Nesta primeira parte do capítulo iremos situar as diferentes dinâmicas por meio das quais a imigração produz a diversidade de modo a evidenciar suas diferentes possibilidades tanto do ponto de vista político quanto das categorias analíticas. No que diz aos dias atuais serão apresentados alguns dados sobre os fluxos migratórios no mundo, na Europa e, mais especificamente, em Portugal e na Espanha. Por último, situaremos a questão da interculturalidade como um dos parâmetros de análise sobre o tema da integração do imigrante de modo a retomar a questão da diversidade e diferença cultural. Desse modo, buscamos apresentar alguns dos antecedentes históricos para subsidiar a discussão sobre cirurgias étnicas entre imigrantes, questão central desse capítulo.

A imigração é uma das fontes mais poderosas da produção da diversidade. O imigrante individual ou em grupo produz alteridade, pluralidade e multi/interculturalidade (RAMOS, 2008, 2009, 2010, 2014). Os traços étnicos, o idioma ou o sotaque, a religião, a gastronomia e o vestuário são marcadores culturais facilmente identificáveis e, por isso, possuem grande potencial para produzir estranhamento e rejeição (BAUMAN, 1999; ELIAS, 2000). Pode-se dizer que, se o imigrante foi, na passagem do século XIX para o XX, a materialização da diferença étnica/racial, hoje, materializa a diferença cultural.

Como vimos no capítulo 2 que há, nos últimos 150 anos, ao menos três possibilidades de pensar a diversidade e suas relações com a imigração. A primeira é observada na passagem do século XIX para o século XX. Nesse período, a diversidade produzida pela imigração era, na maioria das vezes, considerada negativa, isto é, era algo a ser evitado, controlado e eliminado.

Inspirada no eugenismo e em outras teorias racistas, a eliminação da diferença deveria ocorrer seja pela assimilação, pela exclusão, pelo confinamento seja, mesmo, pelo genocídio. A conversão da diferença e a afirmação das identidades como direitos, por sua vez, têm, também, origens na força e na diversidade dos fluxos migratórios, observados no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final da Guerra Fria. Neste período, a diversidade e a alteridade, em especial a relacionada com a imigração, passou a ocupar um lugar central no debate sobre multi/interculturalidade (BERRY, 2013; HALL, 2009; RAMOS, 2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010; ROMERO, 2003). Clanclini, também, nos ajuda a compreender este contexto:

Mais mestiçagens étnicas e sincretismos religiosos do que em qualquer outra época, novas formas de hibridização entre o tradicional e o moderno, o culto e o popular, entre músicas e imagens de distantes nos tornam a todos sujeitos interculturais. A tarefa de ser sujeito apresenta-se mais livre, sem restrições que ante a fidelidade a uma só etnia ou não impunha. Mas, ao aumentar a heterogeneidade e a instabilidade de referências identitárias, incrementa-se a incerteza filosófica e afetiva. (CANCLINI, 2007, p. 201).

A diversidade e o estranhamento produzidos pelo imigrante, nos dias atuais, em especial no que diz respeito aos aspectos mais evidentes de sua presença, como os traços étnicos, precisam ser pensados e compreendidos a partir de uma chave analítica construída na interseção do debate imigração, consumo e interculturalismo.

Entre 2013 e 2014, momento em que a pesquisa estava em desenvolvimento, segundo dados do Department of Economic

and Social Affairs (UNITED NATIONS, 2020), existiam 281 milhões imigrantes em todo o mundo. Depois da Europa, em ordem decrescente, os maiores fluxos migratórios estavam concentrados na Ásia (30,5%)³, América do Norte (20,9%), África (9,0%), América Latina e Caribe (5,3%) e Oceania (3,3). Isso fazia da Espanha o 4º país europeu, considerando a população imigrante e a nacional, e Portugal o 14º.

De acordo com os capítulos 2, 3, 4 e 6 a abordagem intercultural tem estado presente no campo das políticas de integração de imigrantes, tanto na Espanha como em Portugal. Contudo, como vimos, na Espanha, o termo “intercultural” tem estado mais ausente do discurso das autoridades, do nome dos órgãos públicos e da legislação que trata do tema⁴. No campo acadêmico, o interculturalismo faz parte das agendas de investigação, seja dos centros e grupos de pesquisa, seja de pesquisadores individuais. No plano histórico, a perspectiva intercultural pode nos ajudar a pensar a diversidade e pertencimento étnico na sociedade contemporânea.

Estas questões, num momento em que a Europa vive uma grande crise migratória e de refugiados, a maior desde a Segunda Guerra Mundial, constituem uma das principais pautas da agenda europeia e internacional, em todos os níveis, com o objetivo de discutir o tema das políticas setoriais dos vários Estados europeus para os migrantes e refugiados e das atitudes, direitos e conflitos derivados com contatos interculturais (RAMOS, 2011, 2014).

³ Na realidade, segunda esta mesma fonte a Europa ultrapassou Ásia como região de maior atração de imigrantes nos últimos 5 anos, período que coincide com crises sociais, econômicas e guerras que geraram o aumento de fluxos de imigrantes e refugiados para o continente europeu

⁴ As mudanças das políticas imigratórias em Portugal e Espanha já foram tratadas no capítulo 3 desse livro.

Consumo e cirurgias plásticas estéticas

A cirurgia estética não é um procedimento recente e suas motivações precisam ser pensadas dentro de contextos mais amplos (GILMAN, 1999, 2005). Aqui estamos entendendo que a sociedade de consumo, tal como será definida a seguir, fornece elementos normativos, ainda que não institucionalizados e não unívocos, que orienta o entendimento do significado e das motivações da prática de cirurgias estéticas. A compreensão sobre a prática de cirurgias plásticas étnicas não está dissociada de questões relacionadas ao corpo em uma sociedade caracterizada pela fluidez, fragmentação e descentramento identitário. Existe um primeiro e mais geral contexto a partir do qual precisamos entender as motivações que levam as pessoas, inclusive os imigrantes, procurarem pela cirurgia estética. Essas motivações dizem respeito aos estímulos e às orientações sinalizadas pela sociedade de consumo (BAUMAN, 2008, SANTOS, 2013). Na sociedade de consumo, é possível dizer que a cosmética e a estética deixaram de ser vistos como uma necessidade supérflua justificável apenas em tempos de bonança. Esta dinâmica está em consonância com o que tem sido chamado de forças descentralizadoras de identidades características da sociedade pós-moderna, conforme apontam autores de diferentes orientações teóricas, como Bauman (1999); Hall (2002, 2009), Featherstone (1997), Eagleton (1998) e Santos (2013). Há entre eles interpretações diferentes e mesmo opostas sobre os chamados sujeitos pós-modernos, dentre os quais encontramos os imigrantes. Para Eagleton (1998, p. 72) por exemplo, “O sujeito pós-moderno, diferentemente de seu ancestral cartesiano, é aquele cujo corpo se integra na sua identidade.” Para o autor, a ênfase dada ao corpo e ao descentramento identitário é uma expressão da pós-modern-

nidade, o que representaria um equívoco, segundo o qual, o corpo é problematizado a partir do debate sobre identidades e, consequentemente, perderia o foco em questões mais significativas para a compreensão e crítica da sociedade contemporânea como as relacionadas as estruturas e relações de produção econômica. Esse equívoco faz com que o interesse pelo corpo substitua “as energias revolucionárias” (EAGLETON, 1998, p. 72).

De uma outra perspectiva, na realidade quase oposta, Hall (2002) confere uma importância central para o debate sobre identidades. O autor afirma que “A identidade, [...] costura (ou para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura” (HALL, 2002, p. 12). Claro está que, para Hall, a identidade não é uma mera distração política ou um erro como tema de investigação.

A centralidade do corpo e de sua aparência na sociedade de consumo explica, ao menos em parte, esta dinâmica. Nesta direção, Santos (2013, p. 112) afirma:

Em face do avanço do conhecimento científico nestes domínios e da orientação da aplicação que ele está a ter é previsível que, a relativamente curto prazo, o corpo humano se transforme numa mercadoria, e mesmo na mercadoria por excelência, desempenhará no novo regime de acumulação o mesmo papel que o automóvel desempenhou no período do capitalismo organizado, o período de acumulação fordista.

É a partir desse contexto maior que precisamos pensar a relação entre cirurgias étnicas e imigrantes para que não fiquemos presos a uma concepção linear e unívoca que poderia nos levar a entendê-la simplesmente como expressão de uma normatividade e adaptação estética. A associação entre beleza,

felicidade e bem-estar, por exemplo, (como veremos presente na fala dos médicos) precisa ser entendida, com base na definição de Baudrillard (2010, p. 49) “[...] a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da *salvação*.”

No que diz respeito às cirurgias plásticas, pode-se dizer que estão divididas, basicamente, em dois grupos: a) cirurgias reparadoras e b) cirurgias estéticas. As reparadoras são as realizadas em pacientes vítimas, por exemplo, de queimaduras, já as estéticas são realizadas com propósitos de embelezamento e/ou estéticos, no sentido mais geral. Por oposição, as cirurgias estéticas são aquelas que não são reparadoras. Estas definições, no entanto, são muito imprecisas e subjetivas, e nem sempre suas diferenças são claras. Assim, uma cirurgia do septo nasal de caráter reparador pode ser utilizada, também, com propósitos estéticos. Mas, mesmo que não seja possível definir com clareza quando se trata de uma cirurgia reparadora ou estética, os parâmetros utilizados para sua definição estão ligados a particularidades culturais e políticas de cada país. Isto, por sua vez, define se uma determinada cirurgia estética pode, ou não, ser executada pelo serviço público de saúde, o que tem significativa importância no que diz respeito ao acesso a esse tipo de procedimento cirúrgico.

Entre as cirurgias estéticas, há a modalidade que nos interessa diretamente nesse capítulo. As cirurgias estéticas étnicas⁵ são tão antigas quanto à prática da cirurgia plástica em seu sentido amplo.

⁵ As cirurgias estéticas étnicas são também chamadas de cirurgias estéticas ocidentalizadoras. Aqui, optamos pela primeira designação por acreditarmos ser mais coerente com as ambiguidades culturais e estéticas que esse tipo de cirurgia envolve.

En los registros históricos de la medicina no se encuentra ninguna época en la que no se hayan empleado procedimientos para mejorar el aspecto. Esto ocurría en la cirugía general. La cicatrización se ha visto siempre como resultado indeseado de la intervención quirúrgica. Ya en los tiempos en los que se elaboró el papiro quirúrgico de Edwin Smith (hacia 1600 A.C.), los cirujanos del Egipto faraónico se preocupaban por los resultados estéticos de sus intervenciones (GILMAN, 2005, p. 64).

Os chamados traços étnicos, no entanto, precisam ser compreendidos de modo não naturalizados, conforme Niechajev e Haraldsson (1997, p. 140):

There is no universal common nose type for any particular race or geographic region. Although for Europeans all African or Chinese noses might look the same, the reverse opinion is expressed by the rural Chinese about Europeans. One finds on closer examination a wide variety in the anatomy and the outer features in each region. Some nose types are, however, more often encountered in a certain region and are used as typical examples.

Como se vê, traços físicos não estão necessariamente associados a grupos étnicos. Mesmo traços supostamente evidentes, como o formato dos olhos e do nariz, encobrem uma infinidade de possibilidades de origem. Por exemplo, as formas dos olhos e do nariz, ou mesmo a cor da pele, só são percebidos como idênticos por quem não pertence ao grupo. Assim, todos “olhos puxados” são iguais apenas para quem não os têm, o mesmo acontece em relação ao formato do nariz e, até mesmo, à cor da pele. A definição de traços étnicos deve, sobretudo, ser entendida como uma dinâmica identitária cujas fronteiras culturais são demarcadas por características físicas, mas que revela a dimensão dos

processos de auto e heteronomeação (CUCHE, 2002), portanto, como resultados de processos políticos-culturais.

O caleidoscópio de pertencimentos e traços considerados étnicos pode, também, ser visualizado por meio da narrativa que se segue. Segundo MF⁶, não há apenas cirurgias “ocidentalizadoras”, mas também cirurgias “africanizadoras” ao se referir a mulheres portuguesas que realizam aumento dos lábios, da mama e das nádegas. Para este médico, esse tipo de cirurgia é próprio de uma época globalizada.

Eu penso que nós vivemos na época da globalização, e a cirurgia estética, provavelmente, também está na época da globalização, não digo só a cirurgia estética em geral. Veja bem, os brancos param agora para pensar onde é que estão... as pessoas caminham para qual é o estereótipo que procuram. E o branco passa os dias, quando tem sol, a apanhar sol para ficar moreno [...] como o africano. As mulheres, atualmente, colocam preenchimento nos lábios, ácido hialurônico, gordura nos lábios para deixá-los grossos como as africanas. As mulheres, hoje, procuram muito o cirurgião plástico para colocar próteses de glúteo, para ter o glúteo grande como as africanas. Curiosamente, nós diríamos, assim, há um padrão internacional, que é o padrão europeu. Eu não sei se será, porque as mulheres com seio pequeno colocam próteses mamárias para ter seios grandes como as africanas, isto é, muitas das cirurgias plásticas se encaminham, das cirurgias estéticas se encaminham para a África. (MF)

Ainda que o médico utilize expressões essencializadas e naturalizadas tais como “ocidentalizadoras” e “africanizadora”, sua

⁶ Médico português.

narrativa nos ajuda visualizar parâmetros estéticos descentrados. Essa visão, como veremos adiante, nem sempre é compartilhada por outros médicos.

É importante ressaltar que cirurgias plásticas étnicas não são realizadas apenas em contextos migratórios. Ainda que esse não seja o objetivo desse capítulo, cabe retomar referências a esse tipo e contextos de cirurgias étnicas tanto na bibliografia consultada, quanto nas entrevistas dos médicos. Gilman (2005, p. 122-123), por exemplo, relata que no final do século XIX, foi introduzida no Japão a técnica para criar a dupla dobra nos olhos, bem como na China. O mesmo autor assinala a prática de rinoplastia, em países árabes, com o objetivo de amenizar características originais consideradas muito acentuadas. Entre os médicos, CN⁷ relatou que mantém clínica em Luanda, capital de Angola, onde realiza tipos de cirurgias estéticas que podem, potencialmente, ser consideradas étnicas, como a rinoplastia⁸ e a blefaroplastia⁹.

Outros estudos dão conta dos vários sentidos das cirurgias estéticas étnicas. Por exemplo, o grupo de pesquisadores liderados por Kim-Pong procurou correlacionar o papel da cultura e as atitudes em relação às cirurgias estéticas. Nestes casos, a cirurgia plástica também está relacionada à autoestima e ao desejo de aceitação pelo grupo. Ser favorável, ou não, à cirurgia plástica passaria pela aceitação do grupo social. Os autores identificaram que japoneses e chineses (nesse caso, de Hong Kong) sentem-se menos à vontade em falar sobre o tema e avaliam que as cirurgias estéticas são negativas, já que são formas de alterar a naturalidade do corpo. Ao contrário dos americanos, que possuem

⁷ Médico português.

⁸ Cirurgia no nariz.

⁹ Cirurgia nas pálpebras

melhores atitudes em relação às cirurgias plásticas e sentem mais à vontade para falar sobre o assunto (TAM et al., 2012).

Por sua vez, para Swami e Hendrikse (2013), as cirurgias estéticas estão associadas às diferenças psicológicas individuais, às imagens negativas do corpo, ao maior investimento na aparência e à grande influência das celebridades e dos meios de comunicação. No que diz respeito às cirurgias étnicas, os autores corroboram que

[...] os indivíduos pertencentes a minorias étnicas que demonstram maior desconfiança cultural, forte aderência aos valores tradicionais e maior afirmação como grupo étnico irão desenvolver mais atitudes negativas com relação à cirurgia étnica (SWAMI; HENDRIKSE, 2013, p. 302).

Na passagem do século XIX para o XX (GILMAN, 2005, ENNES, 2010), a cirurgia étnica estava mais claramente associada a referenciais étnicos sócio e culturalmente definidos como características de certos grupos étnicos e nacionais. Na Europa, entre os judeus, observou-se o uso da rinoplastia para atenuar traços étnicos considerados indesejados ou inconvenientes para determinados contextos (GILMAN, 2005). Mas os Judeus também sofreram discriminação a partir de seus traços étnicos nos Estados Unidos:

[...] in fact, evidence from published studies and medical records suggests that the concept of identity was key for Jews (as it would become later for members of other racial ethnic groups) in several ways. Those who sought surgery shared a belief that Americans 'read' faces, ran them against familiar stereotypes, and from this made assumptions about identity and character. (HAIKEN, 2000, p. 85).

Tanto imigrantes, sejam eles irlandeses ou de origem judia, como negros americanos teriam, segundo a autora, recorrido a

procedimentos cirúrgicos estéticos com o objetivo de transgredir algumas fronteiras sociais e culturais demarcadas etnicamente.

Na sociedade contemporânea, as cirurgias étnicas se inscrevem em uma dinâmica cultural, política e econômica muito mais complexa, pois reforçam, de um lado, a ideia da celebração da diferença como direito e de reconhecimento e, por outro lado, traduz as interconexões entre o consumo, o corpo que, como já dissemos, ajuda-nos a pensar as interfaces entre consumo e globalização. De acordo com Canclini (2008, p. 14):

[...] a noção política de cidadania se expande ao incluir direitos de habitação, saúde, educação e a apropriação de outros bens em processos de consumo. É nesse sentido que proponho reconceitualizar o consumo, não como simples cenário de gastos inúteis e impulsos irracionais, mas como espaço que serve para pensar, e no qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica das sociedades

Esta citação de Canclini sobre consumo completa, ao lado das concepções sobre identidade de Hall (2002) e de felicidade de Baudrillard (2010), o quadro de referência teórica conceitual no qual estamos situando a reflexão sobre cirurgias étnicas no âmbito deste capítulo.

Cirurgia estética em Portugal e na Espanha¹⁰

Até o momento temos tratado de aspectos que ajudam a contextualizar a questão central desse capítulo que consiste em

¹⁰ As narrativas dos médicos portugueses e espanhóis entrevistados dão conta que mesmo na crise econômica, que se arrastava por quase uma década, em Portugal e na Espanha, após uma pequena queda em sua fase inicial, o número de procedimentos cirúrgicos estéticos tem crescido ainda que modestamente.

pensar e compreender a prática das cirurgias plásticas étnicas, em especial as realizadas por imigrantes, a partir de narrativas de cirurgiões plásticos. Neste sentido, temos visto que tal como em outros contextos, a imigração é fator de produção da diversidade cultural, mas que na sociedade de consumo assume novas possibilidades e novos significados ao se traduzir como dinâmicas interculturais. Nesta parte iremos definir melhor o foco de análise ao acionar as narrativas de médicos entrevistados sobre o tema das cirurgias étnicas e seus significados relacionados ao tema da imigração. Para melhor situar essa reflexão apresentaremos, inicialmente, alguns dados sobre a cirurgia plástica na Espanha e em Portugal para depois analisar as entrevistas.

Em Portugal e Espanha¹¹, há, ao menos, uma associação de cirurgiões plásticos. Para esse capítulo, escolhemos a Sociedade Espanhola de Cirurgias Plásticas e Reparadoras (SECPRE) e a Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica Reparadora e Estética (SPCPRE). Essa última, fundada em 1961, contava com 211 as-

¹¹ Deste modo, o estudo em apreço começa por avaliar a dimensão do mercado português da cosmética, que, segundo os dados mais recentes do INE, ronda os 900 milhões de euros, em resultado de um crescimento médio anual de 3%, no período compreendido entre 2004 e 2011. Por sua vez, a cadeia de valor como um todo reúne um total de cerca de 30 mil empresas, responsáveis por quase 53 mil postos de trabalho, geradores de um volume de negócios de 2 mil milhões de euros e de um VAB de quase 600 milhões de euros (Sigma Team Consulting, SA Cosmética no Contexto Nacional e Internacional, p. 24). Já na Espanha, o volume do consumo em 1996 era próximo aos 4.000 MM euros; em 2007 próximo aos 8.000 MM euros e 2013 um pouco acima, 6.000 MM euros. (STANPA, Asociación Nacional de Perfumaria y Cosmética, mayo 2014. <http://www.stanpa.es/files/estadisticas//Consumo%202013.pdf>). No contexto mundial, o valor das trocas internacionais de bens ligados à cosmética atingiu, em 2012, um valor próximo dos 60 mil milhões de euros. No período compreendido entre 2004 e 2012, os fluxos internacionais destes produtos registaram uma interessante dinâmica de crescimento (variação média anual de 8,4%), estando em linha com o ritmo médio de crescimento do comércio internacional de mercadorias. (Sigma Team Consulting, SA Cosmética no Contexto Nacional e Internacional, p. 30).

sociados, em fevereiro de 2015. Os médicos associados atuavam em várias cidades da parte continental e das Ilhas Portuguesas, tais como Lisboa, Braga, Porto, Faro, Santarém e Ilhas dos Açores e da Madeira. Um dos médicos atende em Luanda, Angola.

Por sua vez, a Sociedade Espanhola de Cirurgia Plástica Reparadora e Estética (SEPCRE) foi fundada em 1956 e contava, em fevereiro de 2015, com 668 associados que atuavam em 53 cidades de todas as comunidades do país. De acordo com dados da Associação, é possível dizer que há maior concentração de profissionais em suas principais cidades, tais como Madri, Barcelona, Valência, Sevilha e Zaragoza. É interessante notar que, em termos proporcionais, entre essas cinco cidades, o maior número de cirurgias plásticas por número de habitantes encontra-se, respectivamente, em Barcelona, Valência, Sevilha, Madri e Zaragoza¹². Considerando os números apresentados, Portugal tem um médico cirurgião plástico para cada 50.165,64 habitantes, enquanto a Espanha possui um cirurgião plástico para cada 71.272,18.

Escolher os médicos como agentes sociais privilegiados na pesquisa decorre de nossa abordagem de compreender esses procedimentos a partir do modelo dos processos identitários (ENNES, MARCON, 2014), tal como apresentamos na introdução desse livro e, em razão dessa perspectiva, da importância central dos médicos na realização das cirurgias plásticas, primeiro, como profissionais responsáveis no sentido técnico pelas cirurgias, segundo por terem uma influência direta sobre o que e como modificar o corpo do paciente e, por fim, caráter comercial desse procedimento. O depoimento abaixo, revela parte dessa relação médico-paciente:

¹² Infelizmente, não há dados no site da SPCPRE que permitam chegar a esses números no que diz respeito às cidades portuguesas.

Há sempre uma necessidade das pessoas [...] em integrar-se à sociedade. Há sempre pessoas que encaram melhor suas diferenças ou têm a necessidade de pertencer a um determinado grupo ou determinada imagem. A nível sociológico a cirurgia plástica tende a ser um pouco normalizadora. Não é meu trabalho, não é esse o objetivo, não sou de dizer “você tem um nariz melhor” ou “tem um nariz” [...] se a pessoa não manifesta que isso incomoda. Se eu percebo ao longo de uma conversa com a pessoa, mas que dá pistas de que incomoda, tudo bem, eu posso derivar um pouco a conversa porque sei que aquilo está ali por trás. Não tenho uma postura normalizadora, não acho que as pessoas devem ter todos os mesmos traços, [...] que procuram a cirurgia plástica e que acabam a ficar todos muito iguais, mas com uma deformação que é típica dessa história, por exemplo, os atores norte-americanos, tá na moda enchê-los de gordura e todos estão insuflados [...] (CN¹³)

Isto é, o paciente é também um cliente. Os padrões estéticos são produzidos socialmente e se tornam hegemônicos em um contexto no qual a cirurgia estética é parte da sociedade de consumo em que entretenimento e o papel dos cirurgiões plásticos são centrais (HAIKEN, 2000).

As entrevistas nos permitiram verificar que, não obstante, CN ter afirmado que atua no sentido da “normalização” dos padrões estéticos, há entre alguns dos médicos, uma perspectiva adaptativa da cirurgia étnica no sentido de ser realizada para fazer frente aos estigmas produzidos pelos “traços étnicos” de alguns de seus pacientes. Assim, observamos a referência a um padrão clássico que teria origem na Grécia e Roma antiga. Por

¹³ Médico português.

exemplo, de acordo com MC¹⁸, alguns de seus pacientes que buscam a cirurgia estética têm como padrão o modelo clássico de beleza, isto é, a simetria, segundo o qual o belo é proporcional.

Al final podemos tomar como ideal de belleza clásico o más potencial, más fuertemente arraigado es el ideal de belleza clásico. Grecia y Roma [...] con la Venus de Milo y con David de Michel Ángelo con las proporciones del cuerpo es un ideal de belleza. Al final son proporciones que vemos en el cuerpo y en la cara. ¿Entonces, como están separados los ojos, como está la nariz a respecto de los ojos, como es de ancha la nariz [...] la boca, las orejas como son? Todo eso es proporción, personas que nos parecen el ideal de belleza clásico. Se algo es proporcionado es bonito. Yo puedo tener una cara más o menos proporcional, pero se los ojos los tengo separado voy a parecer [...] y no voy a ser tan guapo.[...] Pero tiene cosas más sencillas como es una operación de nariz o la forma que tenemos la mandíbula o las oreja, o los ojos, seguimos transformando de manera sencilla [...] en ideales de belleza más clásicos. (MC¹⁴)

É evidente que estes parâmetros não contemplam combinações do tamanho e posição entre boca, nariz, olhos, queixo dos muitos grupos étnicos em que os imigrantes têm origem. Daí, muitas vezes, é possível encontrar, a sobreposição não explícita entre o traço étnico representado como europeu e clássico e o não europeu como grotesco¹⁵.

¹⁴ Médico espanhol

¹⁵ O termo grotesco foi mencionado por vários dos médicos entrevistados. Se no campo médico esta palavra faz parte de seu vocabulário específico, no campo das ciências, ela precisa ser criticada e compreendida como expressão que caracteriza relações assimétricas entre indivíduos e grupos sociais já que as definições do belo e do grotesco revelam a assimetria das relações entre os agentes

“Its function can be understood once the seemingly concrete, real body of the stranger is understood as a construction of the dominant society, which needs to define itself as permanent, stable, unchanging as opposed to those who ‘come and stay’” (GILMAN, 1999, p. 9).

O belo e o grotesco precisam ser entendidos, assim, como já foi dito, a partir das interfaces entre padrões culturais e pressões do consumo, interfaces que podem ser entendidos como campo de forças (BOURDIEU, 1989) cujos médicos cirurgiões plásticos posicionam-se como protagonistas. Este campo de disputa, por sua vez, está, como também já vimos, inserido em contextos mais amplos, caracterizados pela globalização e pelo descentramento identitário (BAUMAN, 1998, 1999; CANCLINI, 2008; HALL, 2002, 2009).

A partir deste contexto, buscamos conhecer a opinião dos médicos sobre as motivações²⁰ que levam os pacientes, imigrantes, ou não, a procurarem a cirurgia plástica. Elas estão associadas à questão de fundo da pesquisa e nos permitiram ir além do caráter normativo ou transgressor das cirurgias estéticas. Como veremos, as motivações vão muito além desta dicotomia.

Entre as narrativas coletadas, as razões da realização de cirurgias estéticas estão relacionadas a motivações, inclusive entre os imigrantes, mais objetivas, como à procura de emprego, ascensão na carreira e a outras justificativas mais subjetivas, como o bem-estar e elevação da autoestima. A cirurgia estética é um meio para conseguir trabalho, ou trabalho melhor, ou, ainda, ter melhor relacionamento no ambiente de trabalho. A ênfase

sociais envolvidos. Ainda que assim a compreendamos, o termo será usado no capítulo para se referir às falas dos entrevistados sem, contudo, adotar o seu sentido “nativo”.

dada pelos médicos, no entanto, não está relacionada à suposta artificialidade das mudanças estéticas, mas ao bem-estar, à autoestima.

Esta ascensión en el trabajo ... muchas veces no es por el pecho, o no es por la nariz. Cuando es porque eres un tipo más delgado, ¡no! es porque tú te sientes mejor contigo mismo, está más activo, más feliz, produces más y hace una ascensión en el trabajo. (MC)

Assim segundo o médico, a felicidade está associada à autoestima, e a autoestima é fundamental para as pessoas enfrentarem o que lhes causa infelicidade ou insatisfação. Aqui, fica claro como questões objetivas relacionadas ao emprego e à sobrevivência econômica são inseparáveis de aspectos subjetivos, como o bem-estar e a felicidade. Isto é, nem sempre há uma priorização do primeiro em detrimento do segundo. Esta imbricação, por sua vez, nos leva de volta ao lugar do corpo na sociedade contemporânea.

No que diz respeito mais diretamente às cirurgias étnicas entre imigrantes, devemos lembrar que a imigração é um fenômeno multidimensional, é fator de produção de diversidade cultural, mas é, também, um fenômeno econômico, aliás, como o tema é majoritariamente tratado. Assim, não devemos deixar de considerar que o imigrante, geralmente, ao menos no início de sua vida no país receptor, está ocupado em atividades econômicas mal remuneradas e muito vulneráveis no que diz respeito aos direitos trabalhistas e à seguridade social. A imigração, portanto, não é alheia aos processos de hierarquização socioeconômica e às dinâmicas produtoras de classes. Do nosso ponto de vista, para se entender o atual contexto imigratório, é preciso reconhecer as interfaces entre a diversidade cultural e as desi-

gualdades econômicas (CANCLINI, 2007). Os relatos dos médicos nos ajudam, por sua vez, a pensar sobre essa lógica de uma maneira menos unívoca e fatalista.

No que diz respeito à estética cirúrgica de raça negra, características de raça caucasiana, essas cirurgias não são normalmente coparticipadas pelo sistema público de saúde, são cirurgias privadas. Estes doentes, estas pessoas que fazem a cirurgia, eu diria que [...] 80% deles são classe social não média, sequer baixa. (JP)¹⁶

Há limitações econômicas, por assim dizer, objetivas para a realização de cirurgias consideradas estéticas (e não reparadoras), já que não há subsídios públicos para tanto. No entanto, observa-se a existência de outros caminhos para que pessoas, imigrantes mais especificamente, possam superá-los seja por meio de uma eventual poupança, seja por meio do acesso a financiamento privado: “Acho que nesta clínica [...], 70% das pessoas fazem, mais ou menos, tem outras clínicas que não, mas nessa clínica quase a metade, mais ou menos, 30, 40% fazem empréstimo.” (MA)¹⁷.

A poupança ou o financiamento, como se pode supor, é resultado de grandes sacrifícios. Mas é exatamente esse sacrifício que torna a cirurgia estética de caráter étnico entre imigrantes algo instigante sociologicamente. A resposta para isso está na compreensão das idiosincrasias da sociedade de consumo que, como vimos, não dissocia e nem hierarquiza as dimensões cultural e econômica, o que está em consonância com as mudanças provocadas pelo grande fluxo de informações por meio do en-

¹⁶ Médico português

¹⁷ Médico espanhol. Neste caso, as respostas foram dadas em português.

tretenimento, da internet, da mídia e fluxos de pessoas, que tem, de certo modo, aproximado culturas e colocado as pessoas e os grupos em contato intercultural (RAMOS, 2011, 2014).

No que diz respeito aos aspectos mais diretamente ligados às escolhas dos tipos de cirurgias estéticas, cabe lembrar que o contexto maior para se pensar as cirurgias plásticas étnicas é o intenso fluxo migratório vivenciado pelos países ibéricos. A origem destes imigrantes está, a princípio, fortemente associada ao passado colonial. No caso da Espanha:

Eu tenho para mim que é muito frequente que doentes da sulamerica, em Espanha a nossa principal imigração porque foram colônias espanholas não? Por isso é mais frequente. Sobretudo, são doentes com alguns traços mulatos, ou doentes que são de raça negra (MA).

As mudanças econômicas e geopolíticas, observadas nos últimos 30 anos, no entanto, têm favorecido a presença de imigrantes oriundos dos países do Leste Europeu e da China. Com a exceção dos do “Leste”, a origem dos imigrantes seja da América Latina, seja da China, ajuda a explicar o fato de que, segundo os médicos, as cirurgias plásticas mais realizadas são a blefaroplastia e a rinoplastia.

[...] hay gente que busca modificaciones de sus rasgos, es racial, por supuesto. Por ejemplo, en Madrid, la comunidad xina es muy abundante, junto con los pacientes que vienen de origen de Ecuador, Mali, Marrocos son las comunidades que son más abundantes y tenemos pacientes que buscan la occidentalización de los párpados, de la nariz también, sobretudo dos rasgos que las pacientes [...] esto oriental, la nariz la tiene muy plana y se [...] no tiene dorso, [...] es aumentarle el dorso. También tiene una cara

muy plana, entonces hay que afinarles, proyectandolos pómulos, el [...] que se abaje un poco el medio de las [...] muy unido (RM).

No campo do consumo, mais especificamente do consumo cultural, origem e traços étnicos, beleza e poder econômico, portanto, compõem uma dinâmica contraditória, mas, sobretudo, ambivalente. Contraditória porque não deixam de negarem-se mutuamente (como alguém sem dinheiro, como um imigrante pobre e subempregado pode almejar ser belo dentro dos parâmetros da sociedade que o explora e o subordina economicamente?). Mas é sua expressão ambivalente que acaba prevalecendo porque essa mesma sociedade produz saídas e atalhos (que na verdade não são mais que mecanismos de autorreprodução dessa mesma sociedade) que permitem pobres, entre eles imigrantes, não apenas considerar sua aparência estética como uma prioridade, mas também modificá-la. Na sociedade contemporânea, o corpo é mercadoria, portanto, está sujeito às regras, sejam elas subjetivas, sejam mercadológicas do consumo²³.

A imigração, no contexto da sociedade de consumo, produz outra ambivalência, e isso aparece na fala de pelo menos, um dos médicos entrevistados.

[...] a coisa mais demandada, sobretudo, o mais interessado eu acho que é a nariz, um órgão que o doente, sobretudo as pessoas sulamericanas, descendentes de nativos, também, indígenas [...] notan que sus rasgos podem ser borrados, mas eles podem sentir que pode ser um grau mais grotescos [...] apesar de que às vezes os narizes delas podem ser mais bonitos que o nosso, mas na minha consulta, os doentes que eu vi os rasgos nasais suyos sei que allá poderiam notar que é um bocado más grande do normal. Havia alguma [...] era um bocado mais que o nor-

mal. É um rasgo não só cultural, era acentuado. Um rasgo cultural mais acentuado, então, sei que os pacientes não se sentiam confortáveis, pero não vi nunca uno caso digamos [...] um traço mais leve que queria parecer ainda mais ocidental (MA).

Para MA, além do nariz, a cor da pele e as orelhas são traços étnicos sobre os quais há interesses de modificação. De acordo com o médico, por viverem em uma sociedade europeia, as pessoas, imigrantes ou não, procuram eliminar traços que, dentro dos padrões estéticos considerados europeus, são considerados como grotescos, isto é, exagerados. Estes “traços étnicos exagerados”, mesmo em contexto interculturais, não deixam de ser considerados como um parâmetro de identificação do “estranho” e do “estrangeiro”. Assim, retomando Simmel, de acordo Gilman (1999, p. 49):

The notion that the ‘stranger’ or the ‘foreigner’ is a transhistorical category is one that dies hard. Those who ‘come and stay’ are indeed imagined as real people representing real groups. Their materiality seems unequivocal. The seeming reality of his or her body of the ‘stranger’.

Assim os traços étnicos são responsáveis pela distinção, pelo estranhamento e até pela rejeição de imigrantes e podem ser compreendidos como fonte geradora estigmas (GOFFMAN, 1982). No entanto, essas mudanças não garantem o “apagamento” completo da origem e pertença étnica, portanto, não é a cirurgia plástica sozinha que fará do imigrante um cidadão português ou espanhol, caso seja este o desejo. Por sua vez, é possível que para o imigrante²⁴, a cirurgia dos olhos, do nariz, das orelhas e de outras partes de seu corpo que fazem referência à sua pertença étnica não represente necessariamente um rompimento

com sua origem. O que está em jogo é o apagamento de marcadores muito definidos, que podem ser facilmente identificados como étnicos. Esta dinâmica ajuda-nos a entender que a fidelidade identitária não passaria, necessariamente, pelas mudanças corporais, ou ainda, que as mudanças culturais são fonte de novos e múltiplos pertencimentos. Isso diz muito a respeito de uma sociedade que valoriza a diversidade. Isto é, nos sinaliza os próprios limites da diversidade e do direito à diferença na sociedade de consumo.

A associação entre beleza, felicidade e bem-estar, por assim dizer, nos fornecem uma base para explicar as cirurgias étnicas. Em um contexto de fluxos migratórios intensos, é necessário dar conta, também, das mudanças, tensões e conflitos que ocorrem no plano da intersubjetividade. Como destaca Ramos (2008, p. 59-60):

O processo migratório acompanha-se de clivagens e mudanças diversas: temporais (antes e depois da emigração) e espaciais (lá e cá, fora e dentro, o mesmo e o outro). As mudanças são, com efeito, múltiplas, e podemos reagrupá-las do seguinte modo: mudanças físicas (novo meio, nova habitação, novos hábitos de vida); mudanças biológicas (nova alimentação, novas doenças); mudanças sociais (novas relações interindividuais e intergrupais, novos padrões de atividade e de relações sociais); mudanças culturais (a educação, a religião e a língua são muitas vezes modificadas pelas da sociedade de acolhimento); mudanças psicológicas (ao nível das motivações, das aptidões, da identidade individual e cultural e; mudanças políticas (perda de autonomia).

A sobreposição entre cirurgias plásticas estéticas com as consideradas de modo mais estrito étnicas, bem como a inter-

dependência entre motivações relacionados a fins de “reparação” ou estético coloca uma outra, e última, questão diretamente relacionada aos objetivos desse capítulo. Esta questão refere-se ao número e à proporção de cirurgias declaradamente étnicas em relação ao conjunto de cirurgias estéticas. Tanto em Portugal quanto na Espanha, esse número é muito pequeno, cerca de 1% de todas as cirurgias estéticas o que pode ser ratificado, considerando os dados da reportagem do Jornal El País (PRATS, 2008), e as informações fornecidas pelo então presidente SECPRE¹⁸

As entrevistas com os médicos colaboram, no entanto, com nossa suposição de que existem mais cirurgias estéticas motivadas por questões étnicas do que aparentemente se supõe. De acordo com os médicos, os procedimentos mais comuns realizados por aqueles pacientes que explicitam o motivo étnico são os realizados no nariz, nas pálpebras e na mandíbula. Esses três traços possuem poder de identificar a origem étnica e racial e estas cirurgias estão entre as mais comuns nos dois países. Assim, há a necessidade de se questionar não apenas os critérios usados para definir se uma cirurgia é, ou não, étnica, o que parece estar mais a cargo da percepção do profissional em cirurgia estética, mas, também a ausência de procedimentos de registro e armazenamento de dados. Desse modo, é possível supor que ocorrem mais cirurgias em Portugal e Espanha, motivadas por questões étnicas, do que as mencionadas, até porque, do ponto de vista da história das cirurgias estéticas, como já vimos, a cirurgia étnica ocupa um lugar de destaque (TASCHEN, GILMAN, 2005).

¹⁸ Informação fornecida por e-mail.

Apontamentos finais

O presente capítulo tratou das cirurgias estéticas, mais especificamente daquelas que podem ser consideradas étnicas. Isto é, cirurgias estéticas, tais como a blefaroplastia e a rinoplastia, realizadas com o propósito de alterar traços físicos associados à pertença étnica. Privilegiamos, aqui, os médicos cirurgiões plásticos de modo a analisar as suas narrativas sobre concepção de beleza e motivações e as cirurgias étnicas propriamente ditas.

A análise das entrevistas com base na bibliografia consultada nos permite inferir que a limitação econômica é evidente, mas não deve ser entendida como algo que levaria a uma dicotomia entre o essencial e o supérfluo. Segundo os médicos, para uma parte dos pacientes, o acesso às cirurgias estéticas não depende apenas de ter o dinheiro disponível, mesmo como poupança, o acesso a empréstimos e financiamentos é suficiente para tanto.

Em contextos caracterizados pela centralidade do consumo, pela interculturalidade, pela espetacularização das identidades e pela conversão do corpo mercadoria e força produtiva, a associação entre cirurgia plástica e reposicionamento social nem sempre é direta. Como se observou, com frequência, nas narrativas dos médicos, existe a referência à autoestima, ao bem-estar e à felicidade. Do ponto de vista dos médicos, as cirurgias estéticas e, em especial, as étnicas, podem ser consideradas como parte de percursos e possibilidades de combinação entre desejo de integração, bem-estar e felicidade. Os médicos situam-se entre produtores e difusores de padrões estéticos.

São mediadores de padrões originários da mídia e de parâmetros “técnicos”. Ainda que não a defendam como um privilégio de uma elite econômica, a prática da cirurgia plástica, nos dias de hoje, é regida pelos valores, normas e dinâmicas próprias da

sociedade de consumo. Sua popularidade ocorre dentro destes termos. Seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista das motivações e padrões estéticos, o consumo é a referência. É o consumo, nos termos aqui definidos, que estabelece os parâmetros a partir e por meio dos quais a sociedade contemporânea se organiza. Isso não é diferente em relação às cirurgias estéticas, em específico, às cirurgias étnicas, o que significa dizer que nas tensões entre normatividade e transgressividade, o “leque de opções” e a capacidade dos agentes em tomá-las não pode deixar, ainda que de modo não redutor, de levar em conta os limites e pressões sociais.

As narrativas dos médicos bem como a literatura sobre cirurgias estéticas nos permitem inferir que as modificações corporais realizadas por procedimentos médicos expressam uma tensão psicológica, social, cultural e econômica. O seu caráter normatizador e transgressor expressa uma ambivalência própria da sociedade contemporânea.

Todavia não deixa de provocar alguma estranheza que, num mundo em que se celebram as diferenças, há uma preocupação constante com os traços considerados “estranhos” e exagerados. Isso, sugere os limites para a diversidade e da definição daquilo que é, ou não, aceitável como belo e capaz de promover o bem-estar e a felicidade mesmo em cenários interculturais.

INTERCULTURALISMO, IMIGRAÇÃO E CONSUMO: MODIFICAÇÕES CORPORAIS EM IMIGRANTES EM PORTUGAL E ESPANHA¹

Introdução

A pesquisa na origem deste capítulo teve como objeto central a prática de modificações corporais por imigrantes em Portugal e Espanha. A problemática de estudo consistia na modificação efetiva ou no desejo de modificar o corpo, em traços físicos que fazem referência ao pertencimento nacional/étnico de imigrantes em um contexto marcado pela ideia do “direito à diferença”, por debates políticos e acadêmicos sobre multi/interculturalismo e pelo consumo entendido como dinâmica produtora de sentidos e de racionalidades. A pesquisa foi desenvolvida com base na revisão bibliográfica sobre imigrantes, sociedade do consumo e cirurgias plásticas consideradas étnicas e em dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas.

Concluímos que as modificações corporais, por meio de cirurgias plásticas ou outros procedimentos, não conduzem à homogeneização ou à ruptura com pertencimentos de origem, mas traduzem formas sutis e ambivalentes de coerção e transgraes-

¹ Este capítulo contou com a colaboração de Natália Ramos (CEMRI/UAb/Portugal).

são social que são mediadas por padrões estéticos e sentimentos como o de beleza, sedução e felicidade, cujo sentido deve ser encontrado, sobretudo, na sociedade do consumo.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentamos algumas informações sobre as referências bibliográficas utilizadas e sobre como os dados apresentados e analisados foram obtidos. Em seguida revisamos parte do debate sobre o imigrante visto como estranho, diferente, e sobre as condições sociais e históricas em que isso ocorre. Aqui, tínhamos como objetivo destacar os traços físicos, ressignificados cultural e politicamente, que atuam como identificadores de estrangeiros e estranhos – elementos constituidores de um cenário no qual as representações e modificações corporais ganham importância como expressões políticas, culturais e de consumo. Na terceira parte, tratamos das origens e das práticas de cirurgias plásticas consideradas étnicas. Desse modo, procuramos evidenciar uma prática que remonta ao final do século XIX e que vem passando por algumas mudanças no que respeita ao seu significado de acordo com estudiosos do tema. Por fim, apresentamos e discutimos os resultados das entrevistas, sobretudo a partir das questões teóricas e conceituais apresentadas nas duas partes anteriores.

Situando o “problema” de pesquisa: modificações corporais e cirurgias plásticas étnicas

Este capítulo situa-se na interface dos estudos sobre migrações internacionais, diversidade cultural, consumo e corpo. No que respeita às migrações internacionais, o final do século XX e o início do XXI foram marcados por intensos fluxos migratórios. Na última década, segundo dados do *Department of Economic and Social Affairs* (ONU, 2020), em 2020 havia cerca de 28 milhões de imigrantes em todo o mundo.

Além de sua dimensão quantitativa, a imigração é, ao longo da história humana, uma importante fonte de produção de diversidade cultural, o que tem sido associado à condição de imigrantes como “estranho”, “outro”. Esta condição, como já abordado nos capítulos anteriores, tem origem em vários aspectos culturais que vão desde idioma, religião, gastronomia, vestuário, até aspectos relacionados ao corpo e aparência. Nos últimos 150 anos, o tema da diversidade produzida por imigrantes tem sido tratado diferentemente, quer pelos governos, quer pelas sociedades receptoras, quer ainda pelos estudiosos do tema, a partir de várias perspectivas políticas e teóricas.

Para os objetivos deste capítulo, privilegiamos o corpo como elemento de produção de diversidade cultural de imigrantes. A este respeito, entendemos o corpo como um dos marcadores identitários centrais no processo de classificação e hierarquização dos indivíduos, em especial, imigrantes. O corpo físico pertence a um local e a uma época e nele agem forças de modo a dar-lhe forma, cheiro, consistência, diferentes proporções de tamanho, gordura e músculo. Desse modo, um amplo leque de autores (MAUSS, 2003; ORTEGA, 2008; FEATHERSTONE, 2005; LE BRETON, 2009; 2014) trata o corpo como construção social. Propomos, assim, o entendimento do corpo como território de atuação do sujeito – no caso, imigrante – no contexto da sociedade do consumo (BAUMAN, 2008; CANCLINI, 2008).

É a partir dessa concepção de corpo que buscamos dar inteligibilidade sociológica ao tema das modificações corporais entre imigrantes, mais especificamente, às cirurgias plásticas étnicas². A

² Do ponto de vista técnico e dos subsídios públicos, divide-se as cirurgias plásticas entre as de caráter reparador e as estéticas propriamente ditas. As cirurgias reparadoras, muitas vezes subsidiadas pelo Estado (no caso de Portugal e Espanha), são aquelas voltadas para marcas e cicatrizes decorrentes de acidentes.

revisão bibliográfica mostra que este tipo de cirurgia já era observado no final do século XX, sendo que o número de intervenções cirúrgicas plásticas aumentou com o desenvolvimento de novas técnicas e drogas para sedação e higiene no final do século XIX (GILMAN, 1999, 2005).

Para Taschen (2005), a origem da cirurgia plástica é ainda mais antiga e remonta aos egípcios da Antiguidade Oriental, que já buscavam “corrigir” sequelas de ferimentos e narizes fora dos padrões estéticos da época. O desenvolvimento dessa modalidade de cirurgia estava associado, por um lado, às necessidades de alterações, seja por decorrência de cicatriz de doenças, como a sífilis, seja de ferimentos de guerra. Por outro, está também intimamente ligado ao desenvolvimento de medicamentos, instrumentos e técnicas de cirurgia e profilaxia. As cirurgias plásticas não só constituem prática antiga, identificada em períodos bastante recuados na história, como também disseminadas em várias regiões do mundo (HAIKEN, 2000).

As cirurgias plásticas étnicas sempre estiveram associadas às características sociais, econômicas, técnicas e culturais dos contextos em que são realizadas (GILMAN, 2005). No final do século XIX e início do século XX, por exemplo, esse tipo de cirurgias tinha como referência padrões de beleza ocidentais dos quais estavam excluídos ou inferiorizados não apenas negros e asiáticos, mas também brancos que traziam traços físicos (nariz, orelhas e boca) considerados como marcas de degeneração ou inferioridade, a exemplo de irlandeses e judeus. As cirurgias plásticas étnicas eram praticadas, sobretudo, em imigrantes, afrodescendentes e em pessoas consideradas forasteiras.

No início do século XXI, a emergência da sociedade do consumo “embaralhou” ainda mais os marcadores identitários que associam etnia a um país ou a uma região do planeta. Com isso,

ao mesmo tempo em que as cirurgias plásticas étnicas continuam a ser praticadas por imigrantes, também passaram a ser realizadas em contextos não migratórios. Estas cirurgias são inspiradas em padrões de beleza que não deixam de ter o ocidente como referência³.

Autores como Niechajev e Haraldsson (1997), Ouellette, (2009), Tam *et al.* (2012) e Swami e Hendrikse (2013) revelam aspectos de interesse sobre o tema das cirurgias plásticas étnicas. As cirurgias plásticas podem se situar na interseção entre as noções hegemônicas de beleza e de origem étnica (NIECHAJEV; HARALDSSON, 1997) e estão associadas a fatores como diferenças psicológicas individuais, imagens negativas do corpo, maior investimento na aparência e influência de celebridades públicas como parâmetros estéticos (SWAMI; HENDRIKSE, 2013). No que diz respeito às cirurgias plásticas étnicas, a literatura demonstra a existência de atitudes negativas para com essas, devido à “desconfiança cultural” em relação à sociedade de destino e à forte adesão aos valores culturais e à identidade étnica de origem.

A produção da identidade étnica desde uma perspectiva intercultural (CANCLINI, 2008; RAMOS, 2014; 2011; 2010, 2008; 2007a; 2007b) decorre, por um lado, de configurações sociais marcadas pela assimetria de poder entre os grupos envolvidos, e, por outro, pela necessidade de definição clara das fronteiras simbólicas entre os grupos – no caso em estudo, entre imigrantes e população nativa. O formato do nariz, dos olhos, das orelhas, a cor e o tipo de cabelo são poderosos marcadores acionados para a produção dessas fronteiras por meio de processos de pertencimento e alteridade.

³ Quando nos referimos a categorias genéricas – como ocidental, etnia, nacionalidade, entre outras – as consideramos construções sociais, culturais, políticas.

A questão do convívio com pessoas de origens nacionais e étnicas distintas também coloca questões éticas sobre a prática de modificações corporais. Um exemplo é dado por Ouellette (2009), quando questiona, a partir de um exemplo real nos EUA, o direito de pais americanos fazerem em sua filha adotada de origem chinesa uma cirurgia de ocidentalização dos olhos. A questão colocada pela autora é se a cirurgia poderia ser autorizada pelos pais ou só poderia ser decidida pela própria criança após atingir sua maioridade.

Marcadores identitários, como formato de olhos, nariz, tipo de cabelo e cor de pele, podem ser essencializados e naturalizados, apesar de serem frutos de construções históricas e culturais que produzem narrativas de si mesmo. Isto é, a essencialização e a naturalização de traços fenótipos como marcadores identitários são, antes de mais, históricas e fazem parte dos chamados mitos fundadores (SILVA, 2000). Tais “regimes de pertença” são alterados pelos fluxos migratórios. O imigrante é um elemento desestabilizador das configurações identitárias por produzir o estranho, a diferença (SHUTZ, 1999; SIMMEL, 2005; BAUMAN, 2005a, ELIAS, 2005, STOLCKE, 1993), e, em consequência, (re)cria fronteiras e relações de alteridade.

A ideia do outro como estranho é reforçada pelo estranhamento do corpo do outro. Esta dinâmica é, para Gilman (1999, p.49), trans-histórica e transcultural e tem como fim produzir hierarquias a partir da oposição entre a ideia do permanente, imutável, natural, em oposição ao que “vem para ficar”. A partir desse jogo de poder, constrói-se padrões de beleza de modo indissociável das características consideradas étnicas. Assim, se no final do século XX irlandeses procuravam corrigir as “orelhas de abano” por serem feias e não “americanas”, ou judeus alteravam seu nariz para não denunciarem a sua origem e sua feiura

[em relação aos padrões existentes], hoje, a combinação entre o belo e o étnico ocorre por meio de marcadores descentrados. Isto é, marcadores que devem ser entendidos como expressão de processos de hibridação entre referências estéticas e a sociedade do consumo.

Corpo e modificações corporais entre os imigrantes entrevistados

Aqui iremos analisar as narrativas obtidas, a partir de três dimensões do estudo realizado. A primeira refere-se à trajetória migratória, e procura elementos sobre vínculos com o lugar e a cultura de origem. A segunda dimensão busca dar conta das relações de pertencimento e alteridade estabelecidas pelas pessoas imigrantes entrevistadas com o lugar de destino. A terceira refere-se à questão central do capítulo, isto é, como essas pessoas pensam e agem em relação ao seu corpo a partir de sua condição de imigrante.

Trajetórias migratórias

A trajetória migratória dos sujeitos de pesquisa nem sempre foi linear. Destaca-se o caso de Jade, cuja família emigrara de Goa para Moçambique e, depois, para Portugal. O mesmo ocorreu com Jaina. Quanto aos motivos, as goesas vêm de uma trajetória marcada por rupturas e insegurança. Primeiro, pela invasão da Índia sobre Goa e, depois, pelo processo de independência de Moçambique o que também foi vivenciado pelo entrevistado moçambicano. A mudança da família em busca de melhores condições de vida e de trabalho, também, foi vivenciado pelo angolano.

Jade e Jaina cresceram e ainda vivem vinculadas à comunidade goesa em Lisboa. Afirmam ter mais vínculos com Goa, por meio de viagens e contato com familiares via telefone e Internet, do que com Moçambique onde nasceram. No caso das brasileiras, há permanente contato com familiares e amigos. Uma delas, inclusive, se refere aos contatos diários por meio das redes sociais. Ambas viajam anualmente para suas cidades de origem.

Já Isaac, o angolano, dirige uma associação de imigrantes e descendentes destes, estabelecendo vínculos políticos com Angola, inclusive por ter um irmão ligado ao governo do país. Não é claro se Manuel que migrou de Moçambique para Lisboa possui ou não relações regulares com pessoas do lugar de origem. Sua entrevista indica que recriou em Portugal seus laços de contemporaneidade e a ideia de pertencimento nacional.

No caso da Espanha, a trajetória migratória das pessoas entrevistadas é bastante semelhante às de Portugal. Com exceção da imigrante angolana, que antes de migrar para Madri viveu dois anos em Lisboa, todas as demais vieram diretamente de seus países de origem. De modo geral, as entrevistas demonstram que essas pessoas mantêm vínculos com o país de origem, estabelecidos principalmente com familiares e amigos, via telefone, Internet e redes sociais. No caso do jovem e da jovem chineses, há, inclusive, o uso de aplicativos como o WhatsApp. A exemplo de Manuel, imigrante moçambicano em Portugal, os vínculos com a origem são reinventados no local de destino por meio de novos círculos de amizades e redes ligados ao trabalho. No caso dos imigrantes do Senegal e de Angola em Madri, há vínculos que vão além dos laços de amizade e da família. O imigrante senegalês possui uma atuação política por meio de sua participação em uma associação de imigrantes, o que passou a orientar seus contatos com o país de origem. Já Solange, a imi-

grante angolana, tem sua trajetória migratória associada ao estudo, o que a leva a viagens para o seu local de origem que é, ao mesmo tempo, seu universo de pesquisa.

Relações de pertencimento e alteridade

Refletir sobre traços fenóticos e mudanças corporais entre imigrantes nos levou a indagar nossos interlocutores sobre suas relações de pertencimento e alteridade, a partir das quais construíram suas trajetórias migratórias. Os entrevistados, de modo geral, afirmaram manter relações com pessoas e locais de origem. Há diferenças quanto aos modos e à intensidade de contato, mas em nenhum caso observamos rupturas e discontinuidades. Essas relações são mantidas, o que não exclui o estabelecimento de novos círculos de amizade em convívio com portugueses, espanhóis e também com imigrantes de outras nacionalidades.

Os imigrantes entrevistados em Portugal, independentemente de nacionalidade, gênero ou tempo de imigração, sentem-se integrados ao lugar de destino. Mesmo que esse sentimento tenha sido expresso por todos, entre imigrantes originários de Moçambique e Angola houve menos referências a situações que expressassem estranhamento. Esse sentimento de integração não implica rupturas com as pessoas e o lugar de origem, mas revela uma dinâmica de mudança de práticas sociais e costumes que passa pela adequação aos padrões locais. Essas mudanças resultam não só de pressões coercitivas vividas em Portugal, mas são também fruto do afrouxamento ou amenização dessas mesmas forças em relação ao local de origem. Isto é, estilos de roupa, penteados, atitudes que seriam recriminadas no local de origem, são mais livremente praticadas no local de destino.

A integração também parece estar vinculada às formas de inserção do imigrante na sociedade portuguesa. Nota-se que todas as pessoas entrevistadas já tiveram vínculos estreitos com portugueses. Seja no trabalho, na escola, em relações institucionais como as que envolvem associações de imigrantes e órgãos governamentais portugueses ou, ainda, por meio de relações afetivas, como casamento e namoro, no caso das brasileiras entrevistadas. Esses vínculos são, ao mesmo tempo, produtores de pertencimento e de alteridade, especialmente entre as brasileiras. Sandra, por exemplo, exemplifica o fato de ser noiva de um português fato que tem interferido em seu processo de integração, mas reclama de sua sogra por criticá-la por “não falar português e sim brasileiro”. O idioma e o sotaque, como veremos também nos casos dos imigrantes na Espanha, são um forte marcador identitário. Para as duas brasileiras entrevistadas, as atividades profissionais e educacionais também fazem parte dos circuitos das relações de pertencimento e alteridade com a sociedade portuguesa. Assim, Cíntia destacou as tensões vividas com seu orientador de mestrado, que insistia para que ela escrevesse o “português de Portugal”. Mas, tal como em relação à sua sogra, ela manteve seu “estilo” como expressão de uma identidade de origem, isto é, brasileira. No caso de Márcia, além de ter realizado um doutorado, ela trabalhou em uma instituição de ensino superior portuguesa. Ainda assim, não faz referência a tensões produzidas por diferenças de sotaque ou de forma de escrita, mas às condições de trabalho que tornaram sua atividade pouco atrativa.

A dinâmica de reconstrução identitária no contexto migratório não implica nem a ruptura completa com a cultura de origem, nem a adesão completa à de destino. Esse regime de pertencimentos se materializa na dinâmica entre a fragmentação e a fidelidade identitária (WOODWARD, 2000; FEATHERSTONE,

1997; BAUMAN, 1998; 1999a; 1999b; 2005a; 2005b; 2008), mudança e produção de expressões híbridas (CANCLINI, 2008) de gastronomia, vestuário, músicas, estética corporal, valores culturais e religiosos. Esse processo envolve ainda certas continuidades como, por exemplo, o gosto de Márcia pela carne de porco, dado que nasceu e viveu grande parte de sua vida no interior de Minas Gerais, aproximando-a do paladar português; ou, pelo contrário, no caso de Isaac, o consumo de comidas consideradas típicas de Angola, geralmente em situações especiais que reúnem amigos conterrâneos e que funcionam como mecanismos de reprodução dos sentimentos de pertença à cultura de origem.

As goesas, por sua vez, afirmam forte integração na sociedade portuguesa, principalmente por meio da inserção no mundo do trabalho. Jaina é empresária e deixa claro seu sucesso no ramo imobiliário. Diz não sentir discriminação e entende que, quando a há, parte da responsabilidade é da própria pessoa imigrante ao recusar integrar-se. Jade, por sua vez, é enfermeira e, também, não se sente discriminada por seu pertencimento étnico. Para ela, estar ligada à comunidade goesa e manter características de sua cultura auxilia em seu trabalho. Essa é uma situação semelhante à da brasileira Cíntia, que atribui sua experiência como promotora de vendas de produtos cosméticos em uma rede de lojas espanhola em Portugal a algumas características de sua cultura de origem. No caso das goesas, isso pode ser explicado por atuarem em segmentos que as colocam diretamente em contato com pessoas de diferentes origens étnicas e nacionais, tornando o seu pertencimento um capital (BOURDIEU, 1989) de grande valor. No caso da brasileira, sua valorização como promotora está mais ligada às exigências da ocupação, tais como expansividade e simpatia (RENÓ-MACHADO, 2004).

Manuel acredita que a discriminação está diminuindo. Para ele, a integração tem sido gradual, e foi mais difícil no início do processo migratório diante do contexto da Revolução dos Cravos (1974) e do processo de independência das colônias portuguesas na África e na Ásia. A sucessão de gerações de imigrantes, os canais de comunicação (cartas no passado e Internet e telefonia móvel hoje) e o movimento de retorno provisório ou permanente têm transferido, como antecipação, para o lugar de origem a formulação de estratégias de integração na sociedade portuguesa. Percebe-se que a integração é também entendida a partir do próprio imigrante. Tal como Jaina, Manuel acredita que a integração recai sobre a conduta e o modo de agir da pessoa imigrante, como se dependesse fundamentalmente dela.

Ainda que não tenham destacado situações em que se sentiram discriminados, os entrevistados afirmaram existir preconceito contra imigrantes em Portugal. Sandra foi a mais contundente nessa observação. Para ela, a discriminação maior é contra as mulheres brasileiras, estereotipadas como hipersexualizadas, sendo importante considerar a sobreposição dos marcadores de gênero e de pertencimento étnico/nacional. Márcia também considera que há discriminação contra imigrantes em Portugal e que isso tem crescido proporcionalmente com o aumento do número de imigrantes. Para Jade, no caso de hindus, há “comentários depreciativos” em relação ao comércio mantido pelo grupo como sinônimo de baixa qualidade, o que se assemelharia ao de chineses. Quanto aos costumes, o uso do *sari*, por exemplo, provoca ainda constrangimentos entre os portugueses por deixar a barriga à mostra, embora Jade considere que tem diminuído graças a pessoas de outras nacionalidades, que usam tipos de roupas que também deixam visível a barriga das mulheres. Isso pode ser entendido como parte de um processo no qual

a diversidade é produzida pela migração e, também, pela cultura do consumo e suas expressões no campo do entretenimento e da moda.

Para as pessoas entrevistada na Espanha, o início da experiência como imigrantes foi difícil. Essa dificuldade envolve fatores que vão da substituição das relações afetivas do jovem senegalês – que foi adotado por uma família espanhola –, passando por diferenças culturais no que respeita ao idioma, sotaque, datas comemorativas e problemas quanto ao choque cultural produzidas por diferentes perfis comportamentais (a exemplo dos imigrantes chineses), até problemas legais de um dos imigrantes equatorianos. Para todas essas pessoas, as dificuldades tendem a diminuir com o passar do tempo, dado que os problemas iniciais seriam superados e resolvidos.

O sentimento de que se vive uma situação melhor do que a vivenciada no início da vida na Espanha como imigrante não significa, no entanto, uma plena integração. Aby, por exemplo, ainda que tenha amigos espanhóis, sente-se ainda discriminado, principalmente pela polícia, que o aborda de modo discriminatório⁴.

Solange considera os espanhóis mais amáveis e solícitos do que os portugueses. Para ela, estes são menos receptivos e mais desconfiados, dadas as relações coloniais que envolveram o seu país e Portugal. Já Zhou disse que sua relação com os espanhóis tem melhorado, mas queixa-se dos preconceitos que sofre por ser estrangeiro. Segundo ele, os espanhóis têm uma visão estereotipada e acham que todos os chineses são donos de res-

⁴ O trabalho de campo em Madri permitiu-nos presenciar abordagens seletivas de policiais a pessoas negras nos acessos às estações de metrô e pelas ruas do Bairro Lavapiés.

taurantes ou de lojas de produtos de baixa qualidade. Gabriela é a que parece ser a mais integrada na sociedade espanhola. Primeiro porque migrou quando criança, segundo porque mantém menos vínculos com o país de origem e diz compartilhar mais valores, gostos e estilos “espanhóis” do que seus compatriotas que vivem em Madri. Já Daniel, outro equatoriano entrevistado, devido à sua trajetória imigratória e forma de inserção na sociedade espanhola, pensa diferente. Mesmo tendo amigos espanhóis, seu círculo mais íntimo de relacionamento é dentro da “colônia equatoriana”. As diferentes percepções sobre a integração na sociedade espanhola estão, em parte, tal como no caso de imigrantes entrevistados em Portugal, relacionadas às formas de inserção na sociedade espanhola. Das seis pessoas entrevistadas na Espanha, quatro migraram para estudar. As vindas do Equador alegaram motivos econômicos, no caso de Solange, de seus pais. As trajetórias definem, em parte, suas relações com os espanhóis após a chegada. Aby migrou ainda adolescente e hoje é presidente de uma associação de imigrantes. Sua socialização durante a educação básica resultou em vínculos de amizade com espanhóis, mas, ao contrário de Gabriela, autorrepresenta-se como imigrante. Isso não impede, por sua vez, que Gabriela relate situações de conflito com seus patrões espanhóis, lembrando, em especial, sua experiência como babá e as dificuldades com as avós das crianças.

Daniel é quem mais se assemelha ao tipo do imigrante trabalhador. Uma crise econômica em seu país de origem motivou o início de sua trajetória, o que o fez vivenciar as dificuldades de um imigrante sem documentos. No entanto, mesmo diante dessa situação, considera positivas as relações com empregadores espanhóis, pelo fato de sempre ter recebido seu salário conforme combinado. Zhou, mesmo tendo migrado para estudar, fez

alguns trabalhos provisórios, como ensinar o idioma e cultura chinesa a um espanhol, o que também o fez ter uma avaliação positiva de seu único vínculo de trabalho na Espanha.

Todas as pessoas entrevistadas na Espanha afirmaram que convivem não apenas com espanhóis, mas também com imigrantes de outras nacionalidades⁵. Mais uma vez, é importante entender essas relações a partir das formas de inserção de nossos interlocutores na sociedade espanhola. Presidir uma associação, ser estudante universitário, viver desde a infância no país, isto é, ter estudado em escolas espanholas, são elementos explicativos dos circuitos de relações nas quais estão inseridos, bem como suas percepções sobre integração e preconceito. Essas relações, a exemplo das observadas em Portugal, assemelham-se mais ao movimento contínuo de aproximação e distanciamento de extremos que seriam o isolamento e a integração completa. Entre imigrantes chineses, fica claro que as relações que exigem mais confiança ocorrem dentro do próprio grupo, o qual é diverso devido às diferentes regiões de onde partiram.

Solange revela uma situação interessante quanto às relações de pertencimento e alteridade. Por se relacionar com imigrantes de várias procedências, inclusive de vários países africanos, elegeu o espanhol como meio de comunicação. Assim, o idioma do país receptor passa a ser o elemento de ligação entre imigrantes de várias origens, o que pode ser entendido, conforme Canclini (2008), como expressão de interculturalismo e hibridismo cultural. Aby e Daniel, devido aos seus vínculos com associações de imigrantes, relacionam-se com pessoas de várias nacionalidades e se referem a essas relações como multiculturais, o que deve ser

⁵ O tema da “opacidade do outro” surge direta e indiretamente em vários autores de diferentes filiações teóricas, a exemplo de Bauman (1999a) e Elias (2005).

entendido como efeito das políticas de integração dos governos espanhóis nos últimos 15 anos e sua relação com as associações de imigrantes tal como já foi apresentado no capítulo anterior.

As entrevistas nos permitiram confrontar o caráter ambivalente dos regimes de pertencimento (CANCLINI, 2008) em relação à sociedade espanhola, a exemplo dos imigrantes em Portugal. A tensão entre os sentimentos de pertença e de alteridade fica mais evidente quando indagados de modo direto sobre o tema da auto-identificação. Três dos entrevistados, Aby, Gabriela e Daniel, tinham cidadania espanhola quando as entrevistas foram realizadas, e os outros três, Solange, Meng e Zhouh, viviam no país com visto de permanência provisório como estudantes universitários. Essa variável da documentação não parece interferir na autopercepção de viver na Espanha como imigrante, a não ser para Daniel, que reconheceu facilidades no dia a dia após obter seus documentos.

O tempo de residência na Espanha, igualmente, não parece interferir de modo unívoco nos regimes de pertencimento dos entrevistados, já que tanto Aby quanto Gabriela migraram ainda bastante jovens e a relação do primeiro com os espanhóis é de maior alteridade, enquanto a segunda diz sentir-se mais espanhola do que equatoriana⁶. A maior diferença advém do pertencimento étnico. Os latino-americanos são vistos pelos demais imigrantes como o grupo com mais facilidades de integração, o que é confirmado pelas entrevistas com Gabriela e Daniel. Por sua vez, chineses e africanos são os mais fortemente identificados como estranhos. Africanos são mais abordados pela polícia e chineses se sentem frequentemente observados, o que remete para a importância dos traços físicos nas relações que imigran-

⁶ O tema da múltipla pertença e da cidadania mundial reapareceu nas entrevistas dos imigrantes equatorianos.

tes vivenciam nos países de destino. Porém, cabe destacar que, se alguns latino-americanos terem traços físicos considerados ocidentais – o que não os distingue visualmente como imigrantes –, outros possuem também traços considerados indígenas e/ou andinos. Portanto, como se vê, os regimes de pertencimento resultam da combinação de marcadores como os relacionados a origem nacional, étnica e marcadores físicos e não na prevalência de um sobre outros.

A percepção sobre a vivência pessoal de discriminação na Espanha é maior do que a observada em Portugal. Seja em função das abordagens seletivas de policiais, seja no tratamento dispensado aos imigrantes nas ruas, nas estações de metrô ou na disputa pelos recursos públicos voltados à assistência social; seja nos hábitos e costumes dos espanhóis que discriminam os que não compartilham dos lugares e espaços reclamados como exclusivos para os espanhóis, como narrou Gabriela ao lembrar em sua entrevista de ter sido barrada em uma boate juntamente com amiga equatoriana sob a elação de que aquele lugar “não era para elas”. As narrativas indicam a existência de múltiplas formas e mecanismos de discriminação contra imigrantes, o que é acionado a partir do seu reconhecimento como estranhos, seja por seus traços, seja por seu sotaque ou idioma, ou por sua religião e costumes (RAMOS, 2014). Essa discriminação pode resultar em alguns benefícios, como relata Daniel a respeito da preferência por trabalhadores imigrantes na construção civil. Claro que essa valorização ocorre de modo a reforçar as relações de hierarquia entre o nacional e o imigrante.

Modificações corporais

As relações de alteridade resultam de um conjunto de fatores construídos socialmente. Mesmo os traços fenóticos, aparentemente evidentes e objetivos, são fruto do processo de resignificação cultural (SILVA, 2000). Por compartilharmos dessa perspectiva, procuramos refletir sobre o contexto político-cultural no qual tem ocorrido a imigração para Portugal e Espanha, analisar as origens, a trajetória migratória e as formas de inserção nas sociedades receptoras, além de conhecer a percepção dos entrevistados sobre sua situação. Esses são elementos essenciais para pensar sobre as representações e as práticas sobre modificações corporais e para situar social, cultural e institucionalmente os imigrantes, a fim de melhor compreender suas narrativas sobre o tema central desse capítulo.

Em Portugal, as goesas entrevistadas são facilmente identificadas. Cor e tipo de cabelo, cor de pele e trajes utilizados em ocasiões especiais, como casamento ou festas comemorativas, são os marcadores mais claros. Por viverem há muito tempo em Portugal, não possuem sotaque estrangeiro. Segundo Jade, a distinção das mulheres goesas e indianas passa também pela vaidade, o cuidado com as roupas, com a maquiagem e com o uso de produtos para hidratação da pele e cabelo.

Já a brasileira Sandra afirma ter passado por algumas mudanças na maneira de se vestir, no corte de seu cabelo e na maquiagem. Começou por usar menos roupas decotadas, isto é, adotou uma postura para evitar características definidas em Portugal como típicas de brasileiras. Por outro lado, passou a usar um tipo de cabelo que não se sentia à vontade em usar no lugar de origem. Sobre isso, lembrou que tem visto muitos imigrantes que, por estarem fora do seu país ou de sua cidade de

origem, fazem modificações, como usar penteados diferentes e fazer tatuagens. Sandra atribui essas práticas à trajetória migratória marcada por um sentimento de liberdade e autonomia quando comparada à vida no local de origem. No entanto, mesmo não tendo características físicas associadas ao Brasil, após a mudança no modo de vestir e maquiar, passou a ser identificada como brasileira por meio de sua forma de escrita, como já vimos, no caso de sua relação com o orientador na universidade e por seu sotaque, que a identificava de imediato.

Como Sandra, Márcia não tem traços físicos considerados típicos de brasileiro. Além disso, desde quando vivia no Brasil adotou padrões de vestir e de maquiar-se que não se diferenciavam muito dos praticados pelas portuguesas. Soma-se a isso o fato de ser casada há vários anos com um português, o que a inseriu em círculos de amizades com famílias portuguesas e lhe propicia um aprendizado dos modos “portugueses” de falar, gesticular e comportar-se. Fica claro que o “jeito brasileiro”, “jeito português”, “jeito goês” de ser, falar e agir são, na realidade, construções, e expressam formas hegemônicas de autoidentificação e heteronomeação (CUCHE, 2002).

Como referido, Isaac e Manuel, ambos negros, não se mostraram dispostos a, ou não acharam importante, falar sobre as características fenotípicas dos imigrantes e opinaram de modo a minimizar a existência de discriminação racial contra imigrantes em Portugal. Isaac, ao ser questionado sobre mudanças de traços étnicos, refere o caso de Michel Jackson, de modo a demonstrar distanciamento e excepcionalidade desse exemplo, afirmando não conhecer nenhum caso de africano que tenha mudado sua aparência em Portugal.

Para Jade, as goesas e indianas têm realizado algumas mudanças em seu corpo, em especial nos cabelos. Se antes eles eram

mais escuros, agora possuem tonalidades mais claras. Destaca, por outro lado, que algumas práticas estéticas, características de sua cultura de origem, como a de arrancar as sobrancelhas com linha, têm sido incorporadas nos salões de beleza em Lisboa. A introdução de novos estilos e técnicas de beleza, no entanto, não pode ser entendida sem considerarmos o poder da indústria cosmética e das influências do mundo do entretenimento e da mídia sobre a sociedade de consumo (FORTUNA; FERREIRA; DOMINGUES, 2002; BAUMAN, 2008). Jade também revelou que a prática tradicional das avós indianas de massagear os bebês inclui o uso de esfoliantes no corpo, que tornam a pele mais macia e mais clara, e a massagem no nariz do recém-nascido, o que sugere a existência de atenção para com a pele e com o formato do nariz, que é bastante típico entre os indianos⁷.

Durante a pesquisa, nenhuma das pessoas entrevistadas em Portugal conhecia imigrantes que houvessem realizado cirurgias plásticas para alteração dos traços étnicos. Essa informação coincide com as obtidas através de médicos entrevistados⁸, que não relataram qualquer caso de cirurgia desse tipo. Procuramos conhecer as representações dos entrevistados sobre esse tipo de modificações, tendo encontrado em Portugal mais resistência de imigrantes para falar sobre o assunto, e, quando falavam, aparentavam constrangimento. De modo geral, consideram as modificações corporais como associadas a opções pessoais, cujos objetivos são melhorar a autoestima e o bem-estar. Entendemos que o fato de não reconhecerem (em especial Isaac, Manuel e Jaina) a existência de discriminação ou de a verem como responsabilidade do próprio imigrante fez

⁷ Sobre práticas de tratamento de pele e cabelo (DIXON; RELLES, 2017; DLOVA, 2015).

com que o questionamento sobre mudanças corporais não fizesse muito sentido.

Várias questões surgidas das entrevistas em Portugal reaparecem de modo mais enfático entre imigrantes na Espanha. Por exemplo, para Aby, há o que ele chama de “etiquetagem” dos imigrantes a partir de suas origens e de seus traços físicos para classificá-los segundo os tipos de ocupações (construção civil, trabalho doméstico). Já Solange diz ter dificuldade em fazer um penteado de seu agrado por falta de profissionais e produtos adequados ao seu tipo de cabelo. Meng e Zhou, originários de diferentes regiões da China, ressaltam a diversidade de aparência física e das preferências alimentares entre chineses. Por outro lado, reconhecem a existência de uma maior homogeneidade de comportamento e de valores entre conterrâneos, quando comparados com espanhóis, que mostram muitos estilos de vida. Devido a seus traços físicos, imigrantes chineses afirmaram sentir-se observados permanentemente, o que pode ser entendido como um processo de contínuo estranhamento e produção da alteridade a partir dos traços fenotípicos.

Como já referido, para Daniel, o povo equatoriano em si é muito diverso fisicamente, existindo pessoas com traços indígenas ou traços mestiços e outras com aspecto mais espanhol ou ocidental. A distinção e o estranhamento são resultado de uma combinação de características, o que depende do nível de relacionamento e proximidade do imigrante com o nativo. Também Daniel vê a possibilidade de alguns aspectos físicos associados a imigrantes como vantagem. Para o equatoriano, “[...] há trabalhos para os quais o imigrante é muito solicitado, como a construção civil [...], porque o imigrante é mais trabalhador, alguns possuem melhor estrutura física”.

Na Espanha, o tema das modificações corporais foi abordado mais amplamente pelas pessoas entrevistadas. Aby, mesmo

não conhecendo nenhum caso de cirurgia plástica, identificou casos de mudanças do tipo de cabelo e penteados, além do uso de roupas mais ocidentalizadas. Para Solange, as mudanças ocorrem devido aos efeitos produzidos pela migração em relação à diminuição dos vínculos e forças de coerção experimentada no local de origem, o que permitiria ao imigrante fazer mudanças improváveis em sua cidade e/ou país. Assim, como Solange, que retoma a perspectiva de Sandra em Portugal, Zhou e Meng experimentaram modificações, como deixar a barba crescer ou mudar o penteado e usar roupas ocidentais não bem-vistas no país de origem. As entrevistas nos remeteram constantemente às relações sociais e aos padrões culturais e comportamentais dos lugares de origem.

Também pudemos nos aproximar mais de casos de cirurgias plásticas étnicas entre imigrantes, embora as limitações de tempo e recursos disponíveis para fazer a pesquisa não nos tenham permitido entrevistar nenhuma dessas pessoas. Das seis pessoas entrevistadas, três referiram conhecer alguém que tinha feito algum tipo de cirurgia plástica com características étnicas. Zouh, Daniel e Gabriela referiram amigos e conhecidos que fizeram rinoplastias e blefaroplastia⁸.

A pesquisa também demonstra a inexistência de reprovação desse tipo de prática por parte dos entrevistados. Para eles, não há vínculo com a origem étnica, pelo que não significaria forma de ruptura com a cultura e etnia de origem nem de adesão à cultura e etnias de destino. Nenhum dos entrevistados, inclusive os que disseram não conhecer ninguém que tivesse feito cirurgias plásticas, aprovaria, caso a motivação estivesse relacionada à necessidade de integração.

⁸ Cirurgia plástica realizada nas pálpebras.

Para os entrevistados, há muitos tipos de mudanças corporais, e elas são praticadas com frequência. No entanto, vão além das questões relacionadas ao pertencimento étnico. Mesmo a ideia de integração ou adaptação aparece de modo matizado. Solange e Aby acham natural imigrantes seguirem alguns padrões estéticos do lugar onde vivem. Assim, mudar o corte de cabelo ou a forma de vestir funciona como um processo que julgam ser natural. Muitas dessas mudanças vão além dos padrões locais, e muitos têm como referência tendências e padrões mais globais, produzidos e disseminados pela e na sociedade de consumo como parâmetros, inclusive, para a beleza, felicidade e bem-estar (BAUMAN, 2008, BAUDRILLARD, S/D.)

Os entrevistados na Espanha distinguem mudanças consideradas superficiais das mais profundas. Solange, por exemplo, não vê problema em mudar o cabelo para um corte por ela considerado mais europeu, mas não concordaria se as pessoas de sua origem passassem a tratar os pais como o fazem os filhos de espanhóis. Esse seria um valor mais profundo e mais distintivo de sua cultura e de seu pertencimento, mais importante do que uma mudança da aparência.

Já Meng e Zhou avaliam como negativo o “apagamento” de traços fenótipos originários. Esse argumento expõe a enorme complexidade dessas práticas. Primeiro, imigrantes são distintos, cultural e fisicamente, já na origem, o que relativiza o parâmetro do que seria um padrão autêntico e original. O mesmo acontece com a cultura do país receptor. No caso, não há um único padrão de espanhol, nem nos valores e comportamentos, nem na aparência física, o que relativiza também um possível referencial unívoco que estimularia mudanças corporais de imigrantes. Isso não impede, no entanto, a existência de sentimentos, atitudes e traços fenótipos distintivos entre, por exemplo, chi-

neses e espanhóis. Ainda que relativos, difusos e ambivalentes, esses elementos servem para criar parâmetros, em grande parte subjetivos, em torno dos quais as pessoas entrevistadas constroem suas narrativas sobre pertencimento e alteridade. Assim, sentem-se incomodadas com a ideia de perda dos vínculos de pertencimento com sua cultura e país de origem por meio da alteração de suas características, sejam elas físicas ou não.

Essa relatividade é acionada por Zouh ao opinar sobre a cirurgia nos olhos feita por um amigo. Para ele, o motivo era pessoal ou mesmo relacionado ao caráter, já que tem olhos ainda menores que os de seu amigo. Zouh parece se contradizer ao assumir que gostaria de fazer algumas mudanças, por se sentir muito discriminado na Espanha, relatando-nos o incômodo de ser notado permanentemente. Sente-se discriminado e humilhado por haver muita desconfiança na Espanha em relação aos estrangeiros.

Gabriela também deseja mudar o seu corpo para ser menos identificada como equatoriana, referindo que é facilmente reconhecida por sua estatura, tida como típica das mulheres de seu país de origem. Mesmo sendo uma associação falsa, tal como a relacionada ao tamanho dos seios e nádegas das colombianas, acaba por funcionar na prática como marcador identitário e, no caso, resulta no estigma e na depreciação.

Meng nos ofereceu outra possibilidade de compreensão sobre as mudanças corporais. A chinesa nos relatou que fazer algumas mudanças, como o corte de cabelo, pode ser uma forma de autovalorização em seu local de origem. Ao enviar fotografias pelas redes sociais, seus amigos e amigas irão distingui-la positivamente como mais europeia, mais cosmopolita, capaz de ir além das fronteiras físicas e simbólicas do lugar de onde vem. Tal como Zouh, Meng pensa em aproveitar o fato de viver na

Espanha para experimentar mudanças na aparência que não seriam bem aceitas em seus respectivos locais de origem. Cortar e pintar o cabelo ou deixar a barba e o cabelo crescerem podem ser entendidos como expressão e processo de mudanças nas relações de pertencimento, sem que isso implique rupturas ou adesões absolutas, o que nos leva ao debate sobre identidades múltiplas ou múltiplos pertencimentos (BAUMAN, 1999a; HALL, 2009).

O trabalho de campo na Espanha também permitiu retomar uma discussão que apareceu sobre os limites entre cirurgias plásticas e reparadoras tal como já procuramos diferenciar. Essa ambiguidade apareceu na entrevista de Daniel, quem, utilizando o exemplo de Michael Jackson, refere como um caso de “alienação total” uma cirurgia feita apenas para mudar traços étnicos. No entanto, ele mesmo espera tomar coragem para fazer uma cirurgia no nariz, que foi definida como terapêutica, portanto, não estética puramente. Para demonstrar o quanto a situação é complexa e ambivalente, Daniel possui traços indígenas e seu nariz é diferente do tipo de nariz considerado europeu⁹.

Apontamentos finais

As cirurgias plásticas étnicas não são práticas exclusivas do mundo contemporâneo. Na realidade, são tão antigas quanto as cirurgias plásticas. Do mesmo modo, as cirurgias plásticas étnicas entre imigrantes e estrangeiros não são práticas recentes, muito menos exclusivas dessas duas primeiras décadas do século XXI. O que parece ser novidade na chamada sociedade intercul-

⁹ Sobre as sobreposições entre as motivações e significados entre cirurgias plásticas e cirurgias reparadoras, ver a noção de “saúde estética” proposta em Edmund (2010).

tural, aberta e em rede (CASTELLS, 1998) é a dinâmica das configurações identitárias que multirreferenciam e descentralizam marcadores culturais de pertencimento e alteridade a partir dos quais essas cirurgias e outras modificações corporais são praticadas. As dinâmicas socioculturais produtoras de pertencimento e alteridade já não funcionam apenas com base em dois polos, o imigrante e o nacional, entre os quais imigrantes, estrangeiros, minorias étnicas e culturais circulavam e transitavam. Estudos sobre o transnacionalismo (PORTES, 2004; SCHILLER, BASCH, BLANC, 2005), tema não abordado durante a realização deste estudo, tem evidenciado regimes de pertencimentos ao lugar de origem e de destino como não autoexcludentes. Além disto, como temos pontuado ao longo deste livro, emergência da vida para o consumo ampliou o repertório identitário.

A pesquisa empírica permitiu um melhor conhecimento sobre questões que envolvem poder, consumo, cultura e modificações corporais. As narrativas de brasileiros em Portugal e de chineses na Espanha colocam em xeque a ideia de um pertencimento étnico a partir de um padrão de traços étnicos entre pessoas da mesma origem nacional. Os dois grupos de entrevistados evidenciaram a existência de diferenças físicas significativas entre imigrantes da mesma origem.

Um resultado inesperado consiste no significado da trajetória imigratória no jogo das coerções entre o lugar de origem e o lugar de destino, isto é, algumas modificações corporais estão mais associadas ao distanciar das relações de pertencimento (sem que isso signifique rompimento) aos círculos de relacionamento do lugar onde viviam do que à proximidade com o lugar e as relações que passam a viver, o que revela dinâmicas de interação e convivência características da sociedade intercultural. A vida em um país diferente permite práticas corporais e de rela-

cionamentos sociais – tais como mudar o cabelo, fazer tatuagens, adotar padrões de consumo e estilos de vida – não bem-vistos por parentes e amigos com os quais conviviam antes de migrar. Assim, os significados das representações e modificações corporais são diversos e complexos e vão muito além de uma ideia unívoca de assimilação e/ ou integração no país de destino.

A pesquisa demonstrou a pouca visibilidade que as cirurgias plásticas étnicas possuem em ambos os países, em especial em Portugal. As causas disso podem estar associadas a outros fatores cujo conhecimento exige a continuidade do estudo. Preliminarmente, podemos supor que a sobreposição de aspectos étnicos e o que se pode chamar de “motivações puramente estéticas” contribuem para a ocultação e a invisibilização dessas práticas e que o número de cirurgias plásticas étnicas poderá ser maior.

Por fim, o estudo indica que as interseções entre imigração, representações e modificações corporais são múltiplas e polisêmicas, não apenas expressando trajetórias de continuidade, ou de rupturas. Expressam, assim, a lógica das dinâmicas ambivalentes caracterizadas pela fragmentação e descentralização identitárias e dos regimes de múltiplos pertencimentos – processos que requerem antes o desvinculamento de marcadores que associam fortemente os imigrantes à sua origem (ou a qualquer outro pertencimento único), de modo a atenuar, mas não eliminar, referências físicas de pertencimento étnico/nacional. Dinâmicas essas que procuram garantir a fluidez de suas relações tanto com o país de origem como no país de destino, dinâmicas características de um contexto em que o direito à diferença é tensionado pelos imperativos da sociedade de consumo.

O “CORPO-MIGRANTE” E BOURDIEU: CORPO E INCORPORAÇÃO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo central a análise de algumas obras de Pierre Bourdieu tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa a partir da noção do “*corpo-migrante*”¹, por meio da qual procurarei dar maior centralidade à dimensão corporal, ou, à corporalidade da problemática migratória

Neste sentido, refletirei sobre os conceitos de *habitus*, *hexis*, estratégia, campo e capital em sua articulação interna, bem como com a temática do corpo inerente ao pensamento e à pesquisa bourdieusiana. Deste modo, busco criar uma base analítica e conceitual para ampliar o campo de estudos sobre imigração à medida em que damos maior consistência analítica para a dimensão corporal do fenômeno migratório.

A opção por Bourdieu para pensar o “*corpo-migrante*” se justifica, pelo fato deste capítulo ser parte de uma agenda de es-

¹ Projeto Corpos de imigrantes - corpos migrantes. A construção social dos corpos de imigrantes em desenvolvimento com o apoio financeiro do CNPq por meio de bolsa produtividade.

tudos sobre a temática, que não se esgotará nas contribuições deste autor, ou, que em publicações posteriores não possa ser objeto de uma crítica mais sistemática. Por outro lado, mesmo que Bourdieu não tenha todas as respostas, entendo que, epistemologicamente sua teoria lança bases para compreensão sobre a produção do “*corpo-migrante*”. Isto porque nos permite considerar tanto as ações dos poderes “disciplinadores” (para usar um termo estranho a ele), do mercado e do estado, quanto as práticas, por meio das quais, os próprios imigrantes incorporam o estigma ou resistem a ele ou, ainda, o transgrida. Deste modo, por exemplo, o conceito de *habitus*, me permite considerar tanto elementos estruturais, quanto os subjetivos.

Para atingir seu objetivo central, este capítulo foi dividido em cinco partes. Na primeira, apresento a problematização a partir da qual se baseia a nossa proposta sobre a ideia do “*corpo-migrante*”. Na parte seguinte, retomo algumas/uns autoras/es que têm estudado o corpo em diferentes perspectivas teóricas. Na terceira parte faço um exercício analítico por meio do qual retomo os conceitos de Bourdieu que dialogam mais diretamente com o “*corpo-migrante*”. Na quarta parte, estabeleço um diálogo com artigos que apresentam resultados de pesquisa no campo imigratório em que o corpo aparece, mas não é problematizado teoricamente. Por último, abordo alguns estudos sobre imigração em que dialoga com o corpo conceitual de Bourdieu ou que tem o corpo como questão de modo a inseri-los em minha reflexão sobre o “*corpo-migrante*”.

Problematização

A reflexão sobre o “*corpo-migrante*” situa-se em uma questão mais abrangente relacionada ao estranhamento e à diversi-

dade cultural produzida pelo imigrante e seus desdobramentos sobre diferença e desigualdade em contextos migratórios. Por sua vez, a ideia de corpo aqui acionada está epistemológica e teoricamente baseada nas contribuições de Pierre Bourdieu, mais especificamente nas dinâmicas de incorporação² inerentes às noções de *habitus* e *hexis*, categorias estas pensadas em articulação às de estratégia, capital e campo.

De partida, proponho que o “*corpo-migrante*” é a objetivação das relações de força e poder sob a forma de traços físicos, formas de cuidado do corpo, técnicas corporais etc. Isto é, o “*corpo-migrante*” resulta do jogo entre as pressões sociais e as formas de enquadramento, resistência e/ou transgressão vivenciadas pelo migrante em toda sua trajetória. Refiro-me, também, ao fato inerente aos processos migratórios de que a mobilidade resulta em um corpo em mobilidade. Neste sentido, o “*corpo-migrante*” gera estranhamento, aciona os alarmes da alteridade, levanta fronteiras físicas e simbólicas. O “*corpo-migrante*” é uma condição irremediável, já que ninguém pode migrar sem seu corpo que ao mesmo tempo, carrega a história do migrante.

No jogo de poder no qual são produzidas hierarquias e estigmas sociais, a aparência (físicas, vestuário, gestos etc.) liga o agente ao conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. “Os estereótipos se fixam com predileção sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento de raça” (LE BRETON, 2009, p. 78).”

² Como Csordas demonstra, a dimensão corporal das relações e expressões sociais entorno do que ele denomina de Paradigma of Embodiment aproxima Bourdieu de Merleau-Ponty (CSORDAS, 1990)

A compreensão do “*corpo-migrante*” depende dos conceitos de *habitus* e *hexis* de Bourdieu, que serão situados em parte específica deste texto. Por ora, convém lembrar que o *habitus* é a forma segundo a qual a história é corporificada no corpo biológico humano.

[...] Justamente porque o corpo está (em graus diversos) exposto, posto em xeque, em perigo no mundo, confrontando ao risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, portanto obrigado a levar o mundo a sério (e nada é mais sério do que a emoção, que atinge o âmago dos dispositivos orgânicos), ele está apto a adquirir disposições que constituem elas mesmas abertura ao mundo, isto é, às próprias estruturas do mundo social de que constituem a forma incorporada. (BOURDIEU, 2007, p. 171.)

Segundo Bourdieu, esta tradição remonta aos antigos

Vinte séculos de um platonismo difuso e de leituras cristianizadas dex’ *Fédon* levam a enxergar o corpo como um empecilho ao conhecimento e não como um instrumento, e a ignorar a especificidade do conhecimento prático, tratado ora como mero obstáculo ao conhecimento, ora como ciência principiante.” (BOURDIEU, 2007, p. 167-168.)

Bourdieu ressalta que quando considerado, por exemplo em tradições como a escolástica, o corpo é sempre acessado pela visão o que o reduz à sua aparência e aos seus traços físicos quase sempre, ou sempre, naturalizados. Em contrapartida, a noção de incorporação de Bourdieu vai além desta dimensão “visível” do corpo (mas não a descarta) ao considerar outros elementos tais como o olfato, tato e o paladar. O conceito de *habitus* me permite compreender que os corpos socializados mantêm uma relação,

como diria Bourdieu, “visceral” com o mundo social do qual é produto, mas, também, produtor.

É com base nessa concepção bourdieusiana de corpo que início a minha construção sobre a noção de “*corpo-migrante*”. Isto é o “*corpo-migrante*” é um corpo construído a partir da corporificação das relações sociais que o imigrante vivencia ao longo de sua trajetória migratória. Incorpora, portanto, disposições adquiridas tanto local de partida, como no local de destino, incluindo sua trajetória entre um ponto e outro.

O corpo em abordagens sociológicas

Pode-se dizer a que o desenvolvimento da sociologia do corpo ainda é uma tarefa em andamento, a despeito de vários esforços neste sentido tais como os empreendidos por David Le Breton (2009), Luc Boltanski, (1971, 1979) e Bryan Turner (2014). Outros autores dentro das ciências humanas contribuíram para uma maior importância do corpo a começar por Marcel Mauss (2003), passando por Merleau-Ponty (1971), Erving Goffman (2008, 2011), Michael Foucault (1998, 2000), Jean Baudrillard (s/d), teóricas feministas como Judit Butler (2000, 2002), Joan Scott (1995) até chegar em autores que eu considero que deram maior centralidade ao corpo como elemento central da análise social (e não apenas como objeto de controle) tais como Norbert Elias (1994, 2000) e, o que interessa aos objetivos deste capítulo, Pierre Bourdieu (1977, 1986, 1989, 1990, 1992a, 1992b, 1996, 2007, 2009, 2014).

Pode-se dizer que uma outra fonte do crescimento da importância do corpo nas ciências sociais são os estudos sobre identidades. De certo modo são estes estudos que vem me orientando ao longo dos últimos anos. O que importa nos estudos so-

bre identidades é menos elencar as características e marcadores e mais entender como e por quem estas características e marcadores são produzidos (ENNES, MARCON, 2014).

Antes de adentrar a questões mais específicas sobre a importância do sistema teórico de Bourdieu para a noção de “*corpo-migrante*”, vejamos como tema tem sido tratado por algumas/uns autoras/es no campo das Ciências Sociais. Dentro de uma abordagem voltada para a sistematização do que é chamado de sociologia do corpo. Neste campo analítico, Bryan Turner (2014) sugere que a sociologia carece de dar maior centralidade ao corpo de modo compreender o que chama da dimensão da “corporalidade da vida humana”. Com base em Foucault, o autor aponta que a origem da sociologia está na medicina moderna, e não nos autores que frequentemente são lembrados com pais da disciplina, a exemplo de Comte, e em sua preocupação em classificar, ordenar e disciplinar os corpos. Turner critica abordagens construtivistas sobre o corpo, ainda que no prefácio, a terceira edição de seu livro “Corpo e Sociedade” (2014), cita Bourdieu de modo a dar a entender que o mesmo avança nas análises sociológicas sobre o corpo por meio dos conceitos de *habitus* e prática, já que dariam conta tanto de compreender o corpo como inscrição do social, portanto, das formas de controle e dominação; quanto permitem entender o corpo como meio de experienciar o mundo. Sua tese principal sobre, o corpo, no entanto, é em torno da categoria vulnerabilidade como fundamento de “experiências e interesses humanos”, categoria ancorada na problemática da filosofia do ser e o tempo de Martin Heidegger.

Para Le Breton (2009) o objeto da sociologia do corpo é o processo por meio do qual o corpo é socialmente produzido. Para Le Breton, a sociologia do corpo prescinde da análise das relações com outro, portanto, está entre os autores que pensa o

corpo a partir das relações de pertencimento cultural e da alteridade. Neste jogo, o corpo revela sua dimensão simbólica, é “adaptável” e pode obedecer às necessidades de integração. Resumidamente, de acordo com Le Breton (2009) a sociologia do corpo estuda o processo de “enraizamento físico do ator” na sociedade.

Na linha dos estudos sobre o corpo no âmbito do debate sobre as identidades Cunha (2014) em seu estudo sobre a “Imagem do corpo” centra sua análise no processo de corporalização. Esta ideia tem como subjacente a crítica ao paradigma cartesiano em suas várias expressões que separa o corpo da mente. A autora parte das contribuições de Marcel Mauss e de Merleau-Ponty para dar base a esta perspectiva e apresenta outras contribuições que vão dos interacionistas simbólicos, passando por sociólogos [relacionais] como Elias, Bourdieu e Giddens até chegar em autores pós-modernos e pós estruturais influenciados pelos estudos psicanalíticos e feministas. A sociedade do consumo aparece como o novo ambiente em que o agente social é corporalizado, sobretudo, sob a lógica do consumo entendida em suas dimensões econômica e simbólica.

Deste modo, em diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e até epistemológicas o corpo é reconhecido como uma forma de estar no mundo, e isto está profundamente relacionada às características econômicas, políticas e culturais do qual ele faz parte. O corpo tem sido uma das referências mais evidentes³ para a classificação e hierarquização dos indivíduos e grupos sociais. Por um lado, o corpo possui uma dimensão inexorável. Ele existe. Mas por outro, sua existência é fruto de sua vivência no mundo. É por meio do corpo que o indivíduo se faz social,

³ Esta evidência, no entanto, é uma construção social e é isto que estamos nos propondo elucidar com as contribuições do sistema conceitual bourdieusiano.

que constrói e estabelece vínculos com outros indivíduos. Esta problemática me remete ao debate sobre a relação entre corpo e identidade e que tem vários sentidos de conexão.

A cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que tornam (ou não) *marcas* de raça, de gênero, de etnia até mesmo de classe e de nacionalidade. (LOURO, 2004, p. 75).

A citação acima pode ser utilizada como ponto de partida do debate teórico que iremos desenvolver com base no sistema conceitual de Bourdieu.

A relação entre corpo e identidades vem ganhando força nas últimas décadas a partir do desvendamento de formas de controle e dominação que se manifestam não apenas sob as relações econômicas, mas, também, a partir da ação do Estado, do mercado e das tecnologias que heteronomamente agem sobre indivíduos sociais normatizando e controlando seus corpos seja por disciplinas educacionais, padrões estéticos, modelos de experimentar afetos e desejos quase sempre por meio da naturalização das expressões culturais e sociais da vida. Neste sentido, muitos tem sido os estudos sobre gênero, sexualidade, biopoder entre outros temas que têm mobilizado novas teorias e as abordagens tais como Foucault (1998, 2000), Scott (1995), Butler (2000, 2002), entre outras/os teóricas/os.

No campo dos estudos sobre o corpo, tenho buscado dialogar com autores que se situam dentro de um campo analítico chamado de sociologia relacional (EMIRBAYER, 1997) por meio do qual venho pensando o corpo sobretudo a partir do debate sobre identidades que mantém como contraponto a alteridade

de modo a abrir caminho para pensar o imigrante como produtor da diversidade e da alteridade cultural. Este caminho irá desembocar na noção de incorporação e do sistema teórico de Bourdieu que iremos desenvolver a frente.

Dentro destes limites e para dar início à apresentação de um conjunto de autores que dialogam mais diretamente com a relação entre corpo e identidades, retoma as contribuições de Le Breton para quem, “[...] o corpo é o traço mais visível do ator” (2009, p. 10), mas ao mesmo tempo é uma “falsa evidência” (2009, p. 26). Isso porque, para além de sua materialidade física, de sua carne, ossos, músculos, o corpo só tem significado social quando é contextualizado em seu tempo e em espaços presenciais ou virtuais. Segundo Le Breton: “[...]o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico. A corporeidade é socialmente construída.” (2009, p. 18/19). Por sua vez, de todas as partes do corpo, o rosto (LE BRETON, 2019) é que mais evidencia as marcas da identidade e da alteridade. É ele a parte mais exposta e onde se concentram os sentimentos, as expressões dos atores sociais no jogo permanente de aproximações e distanciamentos com outros atores.

A importância do corpo e do rosto nos processos identitários (ENNES, MARCON, 2014) é “otimizado” na condição de imigrante. Em muitos casos, são as marcas mais evidentes do corpo e rosto que denunciam o pertencimento a um determinado grupo ou a condição de “estrangeiro”. De modo semelhante à citação de Louro (2004) feita acima, Le Breton me ajuda compreender que a cor da pele, olhos, do cabelo e o formato do nariz, dos olhos e do queixo são sinais que identificam a condição de estrangeiro e das quais o imigrante não consegue, quando o deseja, se desvencilhar com facilidade. De acordo com Le Breton, em circuns-

tâncias como a da migração “[...] o corpo deve ser apagado, diluído na familiaridade dos sinais funcionais” (2009, p. 50). O corpo e o rosto do imigrante, por mais que este não sinta como tal, são vistos e identificados com de alguém que é de fora, não pertencente ao grupo hegemônico “[...] O corpo estrangeiro torna-se corpo estranho. A presença do outro se resume à presença de seu corpo: ele é seu corpo” (LE BRETON, p. 72).

A visibilidade do corpo é uma das bases para a produção do estigma. Portanto, sua classificação produz diferença e desigualdade social. Entre as sociedades ocidentais há vários exemplos e estudos a respeito do estigma. A relação entre estigma e corpo é recorrente em vários estudos. Entre os mais importantes está o de Goffman (2008) que se aproxima de nosso objeto e problemática de pesquisa já que primeiro para o autor, o estigma precisa ser pensando como atributo, mas também como relações, perspectiva que me interessa por seu caráter relacional em não essencialista e, segundo, porque, como anunciamos no início deste capítulo, o “*corpo-migrante*” é um corpo produzido na trajetória migrante que se materializa nas várias relações em que o agente vivencia em sua trajetória.

Ainda sobre a relação entre estigma e corpo, Elias (2000) enfatizou a importância dos traços físicos e da produção do estigma para a demarcação social e cultural entre os estabelecidos e os outsiders (2000, p. 32). O estigma⁴ indica que a diferença é convertida em desigualdade e coloca o estigmatizado em uma relação de inferioridade e subordinação face ao estigmatizador. Mesmo no atual contexto, em que a diferença tem sido reivindi-

⁴ A importância do corpo e do estigma está associado ao debate sobre “bioidentidades” que sinaliza a importância dos traços fenótipos para a produção de identidades (ORTEGA, 2008; SILVA, 2011)

cada como um direito, livrar-se do estigma ainda é uma necessidade para a inserção e integração social. Nesta direção, Gilman (2005) acrescenta que *“El estigma que evocan es la repugnancia ante un signo evidente de diferencia, una diferencia imputable no sólo al cuerpo sino también al carácter.”* (2005, p.114)

Por sua vez, Norbert Elias contribui de modo significativo para a compreensão do social no corpo biológico em o Processo Civilizador (1994), por exemplo, quando associa o desenvolvimento da civilização a um conjunto de mudanças não apenas comportamentais, mas também àquelas associadas a novos critérios em torno dos quais são produzidos o asco, a delicadeza e o atraente.

No mundo pós-moderno, no qual os fluxos migratórios é um dos elementos constituidores, a relação do indivíduo com seu corpo passa, ainda segundo Le Breton (2014) por um processo de desacoplamento. O indivíduo ganha autonomia sobre o seu corpo. O corpo torna-se campo de atuação, território do indivíduo em suas disputas consigo mesmo e com o outro. O corpo é agora “modulável” pelo indivíduo (2014, p. 21) “[...] favorece as identidades múltiplas, a fragmentação do sujeito comprometido com uma série de encontros.” (2014, p.24).

Neste mundo efêmero, individualizado e individualizante (BAUMAN, 2005; CANCLINI, 2007; CASTELLS, 2000; FEATHERSTONE, 1997; HALL, 2002), o corpo é um meio de apresentação de si. Assim, ainda segundo Le Breton (2014), poder-se-ia dizer que na sociedade contemporânea a afirmação do eu por meio do corpo mantém uma relação proporcionalmente inversa ao enfraquecimento das referências coletivas e da vida em comum.

Este conjunto de questões sobre a produção social do corpo, sua relação com a questão identitária e sua centralidade no mundo contemporâneo, em especial no que diz respeito às ve-

lhas e novas formas de dominação, resistência e transgressão social, pode ser melhor compreendido a partir do paradigma do Embodiment (CSORDAS, 1990) por meio do qual o corpo é deslocado da condição de objeto a ser estudado para a de sujeito da cultura, isto é, o corpo não é pensado como um apêndice do indivíduo mas como um terreno existencial (idem, p. 5). Esta concepção, ainda que não exclua outras acima expostas, sintetiza melhor a noção de “*corpo-migrante*” sobre o qual este capítulo trata. Nesse sentido, o corpo, resulta de disposições adquiridas que ao mesmo tempo expressam os modos de vida e as relações de poder na sociedade, bem como é um meio de intervenção do indivíduo nessa mesma sociedade (BOURDIEU, 2007, p. 171).

Pensar o “*corpo-migrante*” a partir de Bourdieu

Uma vez que cheguei à perspectiva da incorporação passemos às contribuições do sistema teórico de Bourdieu em especial dos conceitos, *habitus*, *hexis*, estratégia, capital e campo (BOURDIEU, 1977, 1986, 1989, 1990, 1992a, 1992b, 1996, 2007, 2009, 2014) para pensar o “*corpo-migrante*”. Em “Response” (1992a), Bourdieu alerta sobre a necessidade de considerar o fato de que estes conceitos constituem um sistema teórico e não devem ser pensados de maneira isolada “*Noções tais como habitus, campo e capital podem ser definidas apenas no interior do sistema teórico que eles constituem, jamais de modo isolado* » (BOURDIEU, 1992a, p. 71).⁵

Na sequência, vou retomar cada um destes conceitos de modo a mostrar as conexões entre eles para depois enfatizar seu

⁵ Des notions telles qu’*habitus*, *champ* et *capital* peuvent être définies, mais seulement à l’intérieur du système théorique, ils constituent, jamais à l’état isolé. (BOURDIEU, 1992a, p. 71) Tradução do autor.

diálogo com o tema do corpo e, por conseguinte, como ajuda a melhorar elaborar a ideia de “*corpo-migrante*”.

O conceito de *habitus*, como se sabe, ocupa um lugar central no sistema teórico de Bourdieu, o que se explica, ao menos em parte, pelo seu projeto de superar teórica e epistemologicamente as dicotomias entre objetividade e subjetividade, comum no debate teórico no campo das Ciências Sociais ao longo do século XX.

Eis precisamente a função da noção de *habitus* que restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada (BOURDIEU, 2007, p. 167).

Em sua batalha para abrir espaço entre objetivistas e subjetivistas, por meio do conceito de *habitus*, Bourdieu privilegia uma dialética entre estes dois extremos. Em síntese, o poder do agente de atuar de acordo com as imposições sociais ou de modo a transgredi-la é socialmente construído. Deste modo, agente e estrutura, subjetividade e objetividade não são excludentes, ao contrário, são produzidos continuamente. A citação anterior também apresenta a relação entre *habitus* e corpo. Como explica Bourdieu de modo mais claro nesta outra citação:

O *habitus*, como social no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências do jogo, ainda que não

estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é, o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para empregá-las (BOURDIEU, 1990, p. 82)

A citação pode ser usada como *link* para os conceitos de campo e estratégia. O campo é na verdade uma categoria heurística por meio do qual Bourdieu reforça, por assim dizer, seu esforço em escapar tanto das abordagens centradas em racionalidade do agente que se impõe sobre as determinações sociais, quanto, do seu oposto, de análises dedutivistas que prescindem da análise empírica e da dimensão prática da vida social. Segundo suas palavras:

É na relação entre o *habitus* e o campo, entre o jogo e o sentido do jogo, que se engendram os móveis do jogo e que constituem os objetivos jamais afirmados como tais, potencialidades objetivas as quais, embora não existam fora dessa relação acabam por se impor, no interior dela, mas como uma necessidade e uma evidência absolutas. (BOURDIEU, 2007, p. 184)

É importante ressaltar que o campo é uma categoria analítica e não um dado empírico. Ele, também, pode ser pensado como um recurso metodológico que serve como guia e direcionamento da pesquisa.

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o

essencial de suas propriedades. (BOURDIEU, 1989, p. 27)

O conceito de campo, além de manter estrita relação com o de *habitus*, é, por definição, inseparável com o de capital, já que o campo é entendido como um campo de forças e disputas em que pesa não apenas o modo de agir e atuar, mas, também o poder que estes agentes dispõem sob a forma de capital econômico, social e/ou simbólico.

O Capital, o qual em suas formas objetivadas ou incorporadas, leva tempo para acumular e que, como capacidade potencial para produzir ganhos e de se reproduzir de forma idêntica ou expandida, contém a tendência de persistir em seu ser, é uma a força inscrita na objetividade das coisas para que tudo não seja igualmente possível ou impossível. (BOURDIEU, 1986, p. 15)⁶

O capital é uma expressão do poder econômico, social ou cultural que posiciona os agentes nas relações sociais de força que constituem um campo. Da citação anterior, destaca-se, ainda, o fato de, ao definir o capital, Bourdieu o faz de modo a explicitar sua dimensão incorporado o que oferece pistas para a ideia do “*corpo-migrante*”.

Habitus e capital, portanto, possuem uma dimensão corporal. Isto é, o corpo é um meio de expressão do *habitus* e, também, pode “*pesar*” em um campo específico como capital. O corpo, assim, é um elemento decisivo nas relações de força

⁶ Capital, which, in its objectified or embodied forms, takes time to accumulate and which, as a potential capacity to produce profits and to reproduce itself in identical or expanded form, contains a tendency to persist in its being, is a force inscribed in the objectivity of things so that everything is not equally possible or impossible. (BOURDIEU, 1986, p. 15). Tradução do autor.

entre os agentes e, dentro do modelo analítico de Bourdieu - embora não tenha sido por ele mencionado -, pode assumir a forma de capital

Por sua vez, entendo a *hexis*, como um desdobramento do conceito de *habitus*. Isto porque nem todo *habitus* se expressa como *hexis*, mas toda *hexis* é fruto do *habitus*, ou seja, é o *habitus* transformado em *hexis* (BOURDIEU, 1972) e, por conseguinte, resulta de um processo de incorporação do social no corpo biológico.

A hexis corporal fala imediatamente à motricidade, como esquema postural que é ao mesmo tempo singular e sistemático, porque solidário de todo um sistema de objetos e carregado de uma massa de significações e de valores sociais. Mas ainda que os esquemas possam ir da prática a prática sem passar pelo discurso e pela consciência, isso não significa que a aquisição do *habitus* se reduza a um aprendizado mecânico de tentativas e erros. (BOURDIEU, 2009, p. 121.)

Conforme exposto, é possível que o esforço sintetizador de Bourdieu faça da *hexis* o conceito vizinho ao de “técnicas corporais” de Marcel Mauss. Aqui cabe um pequeno parêntese sobre a importância de Mauss para a obra de Bourdieu, muito particularmente, sobre o lugar do social no corpo. Em seu célebre texto “As técnicas do corpo” (2003) podemos encontrar referências aos conceitos de *habitus* e *hexis*

Assim, durante muitos anos tive a noção da natureza social do ‘*habitus*’. Observem que digo em bom latim, compreendido na França, ‘*habitus*’. A palavra exprime, infinitamente melhor que ‘hábito’, a ‘*exis*’ [*hexis*], o ‘adquirido’

e a ‘faculdade’ de Aristóteles (que era um psicólogo). [...] É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição (MAUSS, 2003, p. 404).

Não há como não reconhecer a forte presença de Mauss, cuja noção de corpo deriva da de pessoa no sistema conceitual bourdieusiano inclusive sobre a dinâmica entre herança e aquisição do habitus. Ao se referir às formas de andar, tema que Bourdieu retoma várias de suas obras, tais como, *Meditações Pascalianas*, (2007, p.172 e outras), *Senso Prático* (2009, p. 114 e outras), *a Distinção* (2008, p. 145, e outras), *Outline of Theory of Practice* (1977, p. 14 e outras), Mauss sugere, ao se referir ao modo como mulheres Maori adultas caminham, considera que tudo na vida adulta resulta da aprendizagem, até mesmo, da maneira de andar. *“Era uma maneira adquirida, e não uma maneira natural de andar. Em suma, talvez não exista ‘maneira natural’ no adulto.”* (2003, p. 405).

Estas considerações sobre as contribuições de Marcel Mauss sobre a relação entre sociedade e corpo biológico é importante não apenas para entender melhor como e a partir de quais contribuições Bourdieu constrói seu sistema conceitual, mas também, para a reflexão sobre como *“corpo-migrante”* é produzido na dialética entre o *“corpo alienado”* e o *“corpo desembaraçado”*. Em *“Notas provisórias sobre a percepção social sobre o corpo”* (BOURDIEU, 2014), trata da reconversão do *“corpo alienado”* no *“corpo desembaraçado”* o que pode ser considerado como expressão simbólica da produção do *“corpo-migrante”*, em que o migrante pode atuar, como veremos, com base em seu conhecimento das regras do jogo, da habilidade de jogar e da disponibilidade de capitais que o colocará em uma situação favorável ou desfavorável, sempre provisória, dentro de campos específicos

(campo da moda, estética, trabalho, acadêmico) e no qual o corpo aparece com um capital⁷.

Trata-se do processo de “reconversão do estigma e emblema” já mencionada em capítulos anteriores, a condição de imigrante pode gerar capitais, inclusive o corporal que o favoreça econômica, social, política e simbolicamente. Isto é, a mesma sensualidade e informalidade atribuídas a imigrantes brasileiras/os e/ou latino-americana/os, que frequentemente produz estigmas e os coloca na condição de subordinação pode, quando instrumentalizado pelos próprios imigrantes, se constituir em capital que lhe garante empregabilidade, inclusive em detrimento de nacionais.

Ainda no que diz respeito aos conceitos bourdieusianos que interessam mais diretamente aos objetivos deste capítulo, cabe retomar o conceito de estratégia. Para Bourdieu,

[...] Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular historicamente definido, que se adquire desde a infância participando das atividades sociais [...] O bom jogador que, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isto supõe situações indefinidamente variadas, nunca inteiramente idênticas [...]. O sentido do jogo não é infalível; ele se distribui de maneira desigual, tanto numa sociedade quanto numa equipe. (BOURDIEU, 1990, p. 81)

⁷ O processo de reconversão é melhor entendido se lançarmos mão da noção de estratégia, cuja importância já chamamos a atenção na parte anterior deste capítulo e que agora vamos apresentar seu desdobramento analítico para este capítulo (definição deslocada para outra parte do capítulo).

Para mim, o conceito de estratégia, mais uma vez como desdobramento do de *habitus*, pode ser entendido e acionado nos estudos sobre o “*corpo-migrante*” como expressão da aprendizagem do agente no contexto migratório e de atualização do *habitus* (BOURDIEU, 2008).

Feita a apresentação dos conceitos de Bourdieu que me parecem centrais para pensar o “*corpo-migrante*”, irei, na sequência, ater-me a algumas obras do autor que se referem mais diretamente aos temas da incorporação e do corpo.

Corpo e incorporação em Bourdieu.

O imigrante vivencia, ao longo de sua vida várias expressões de violência física e simbólica, mas ao mesmo tempo pode aprender de modo a se repositonar dentro dos campos em que atua. O fracasso e o sofrimento (BOURDIEU, 2007) podem estar na origem do aprendizado e da atualização do *habitus* do imigrante. É, portanto, no nível da prática, da prática do corpo, da prática como incorporação, que devemos entender o “*corpo-migrante*”. Daí podemos inferir que a centralidade do corpo da teoria bourdieusiana vem da centralidade de dimensão prática (corporal) da vida social.

O sistema teórico bourdieusiano me permite propor que no “*corpo-migrante*”, assim como no corpo humano em outros contextos, a dimensão física é sobreposta pela dimensão moral. Isto é, postura, técnicas corporais, padrões estéticos e de cuidado de si são associados ao grupo social e à sua posição no interior do campo em que atua e não inerentes à fisiologia ou à natureza do corpo. Trata-se dos sistemas de classificação social que longe de terem um significado unívoco podem se materializar com base no *habitus* e na *hexis*, bem como sob a forma de capitais produzindo hierarquias ou transgressões sociais.

Em *Outline of theory and practice* (1977), Bourdieu propõe que o corpo faz a mediação entre o espaço físico e o espaço social⁸. Isto é, parte do pressuposto de que a sociedade deve ser entendida como espaço duplo e interconectado, físico e social, e que o agente (e seu corpo) está nele localizado como resultado de seu *habitus* e de seus capitais. Neste texto, a partir da realidade dos Cabila, na Argélia, Bourdieu explica o papel dos ritos no processo de corporificação dos agentes por meio de movimentos e posturas que expressam as relações entre a vida pública e a vida privada que se objetivam de modo duplo como corpo e como espaço público e espaço doméstico ainda que de modo não automático.

Tendo estabelecido que o espaço interno da casa Kabyle recebe uma significação simetricamente oposta quando transferida no espaço total externos, o que justifica o que dizemos, como o fizemos anteriormente, que cada um destes dois espaços, interior e exterior, pode derivar de outro por meio de uma semi-rotação do sentido, apenas sob a condição que a linguagem matemática que expressa tal operação seja reunida reunificada na sua base na prática, de modo que termos como deslocamento e rotação recebam seus sentido prático como movimentos do corpo, tal como indo e voltando, ou girando. (BOURDIEU, 1977, p. 117.)⁹

⁸ Ideia retomada em *Meditações Pascalianas*, p. 160. “Enquanto corpo e indivíduo biológico, eu estou, a exemplo das coisas, situado num lugar, e ocupo uma posição no espaço físico e no espaço social.”

⁹ Having established that the internal space of the Kabyle house receives a symmetrically opposite signification when replaced in the total space outside, we are justified in saying, as we did earlier, that each of these two spaces, inside and outside, can be derived from the other by means of a semi-rotation, only on condition that the mathematical language expressing such operations is reunited with its basis in practice, so that terms like displacement and rotation are given their practical senses as movements of the body, such as going forwards or backwards, or turning round. (BOURDIEU, 1977, p. 117)

Neste sentido, os ritos estabelecem a conexão entre o público e o privado como expressão da incorporação dos elementos sociais, ou seja, por meio do corpo e não da razão (BOURDIEU, 1977) daí sua inserção no paradigma do Embodiment (CSORDAS, 1990).

O conceito de *hexis* é retomado em algumas outras obras de Bourdieu. Em “Notas provisórias sobre o corpo” (2014) a *hexis* aparece como expressão das disposições sociais incorporadas, isto é, que se tornam corpo seja na forma, seja nas técnicas. Além desta dimensão, entendo que se deva considerar expressões mais conscientes da relação como os cuidados com o corpo (questão que retomarei adiante) que também se explicam pelas disposições adquiridas como expressão de estratégias ou de capital (corporal).

Em outra obra, Bourdieu (2009) lembra que o senso prático está inscrito no corpo e que ele orienta as escolhas do agente. Esta inscrição resulta do pertencimento a um campo e passa pela crença que o agente possui nele. Esta crença por ser prática não é um ‘estado de alma’, mas um ‘estado de corpo’ (BOURDIEU, 2009, p. 112). Assim, a relação entre senso prático, crença e corpo se dá por meio da *hexis* corporal que é a “maneira durável de se portar, de falar, de andar e, dessa, maneira de *sentir* e pensar” (BOURDIEU, 2009, p.114/115) produzidas nas relações do corpo com o tempo e o espaço.

A centralidade do corpo para a análise sociológica bourdieusiana está, também, presente em “Meditações Pascalianas” (2007). O *habitus* e a *hexis* representam o processo incorporação da sociedade. Retoma a ideia já exposta em o “Senso Prático” de que a sociedade se faz presente no agente social por meio do corpo e não pela consciência ou pela razão.

De modo mais específico aos objetivos deste capítulo e, a partir das contribuições de Bourdieu, gostaria de propor o uso

das expressões “corpo alienado” e “corpo desembaraçado” como possibilidades de pensar o corpo e, em particular, o “corpo-migrante”. Nesta perspectiva, o corpo “alienado” se objetiva por meio da incorporação de valores, relações de poder cuja origem são os seus lugares de classe, gênero, raça etc. nos campos em que atuam no país de origem. Esta modalidade é expressão do que há de heterônimo tanto no *habitus*, quanto na *hexis*.

A segunda possibilidade, a do “corpo desembaraçado”, é mais bem compreendida a partir tanto do conceito de *habitus* quanto do de estratégia. Esta possibilidade se refere ao processo de aprendizado por parte do agente, no caso no contexto migratório e nos muitos campos (econômico, artístico, político etc.) em que isto pode ocorrer¹⁰. Refiro-me a este processo por meio da expressão “conversão do estigma em emblema” adaptada a partir do capítulo “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região” (BOURDIEU, 1989) e se materializa sob a forma do que pode ser chamado “capital corporal” (WACQUANT, 2002)

No que diz respeito à dimensão “alienado” do “*corpo-migrante*”, pode-se dizer que existe uma relação proporcionalmente inversa entre estranhamento e tempo de vida no local de destino. Isto é, o corpo é mais estranho quanto menos tempo ele está na sociedade de acolhimento. Esta relação não seria diferente da dimensão “desembaraçado” do corpo, já que o tempo é essencial para a aquisição e/ou atualização do *habitus* e de capitais específicos aos campos em que o imigrante atuou, atua e atuará em sua trajetória.

¹⁰ Tanto nos casos não intencionais quanto nos casos intencionais, a incorporação da história e da sociedade ocorre por meio de técnicas corporais, postura do corpo, vestimentas, cuidados estéticos etc.

O corpo em estudos migratórios e possíveis diálogos com Bourdieu

No levantamento bibliográfico encontramos dois grupos de artigos. Um que representa esforços no sentido da sistematização e da proposição da ideia de um “*habitus* imigrante” e um “capital de mobilidade”, mas que não faz referência direta ao tema do corpo no contexto migratório; e outro grupo em que o corpo aparece, ainda que de modo não central, e que nem sempre se apoia no referencial bourdieusiano. Neste caso, recorri a estes artigos como uma primeira aproximação com realidades vivenciadas por imigrantes que de alguma forma dizem respeito ao corpo.

No que diz respeito ao primeiro grupo de artigos, Brito (2010), ao estudar brasileiros em Quebec (Canadá) e haitianos no Brasil defende a ideia segundo a qual a mobilidade espacial está associada à aquisição de um “*habitus* de migrante”. Este *habitus* seria obtido por meio de experiência próprias e de pessoas próximas concretas ou imaginadas que já teriam vivenciado a experiência de mobilidade anterior. De acordo com a autora, o “*habitus* de migrante” explicaria por que algumas pessoas decidem por migrarem e outras não. Este *habitus*, no entanto, não aparece como condição de sucesso do projeto migratório (sucesso no sentido de atingir os objetivos) mas está vinculado à motivação por imigrar. O *habitus* de migrante compreenderia três elementos: (a) familiaridade como processos, (b) com a experiência e (c) trajetória de estudo no estrangeiro.

As contribuições de Bourdieu em estudos migratórios reapparecem em Oliveira e Kulaitis (2017), em um artigo no qual desenvolvem como hipótese a existência de um “*habitus* imigrante” e de um “capital de mobilidade”. O “*habitus* imigrante” refere-se ao conjunto de disposições materiais e simbólicas que

fazem parte do ato e da trajetória do imigrante. São as disposições necessárias para se inserir em uma trajetória de mobilidade. Trata-se, por exemplo, de um desejo ou de um projeto próprio ou de sua comunidade de origem; das experiências pessoais ou de pessoas próximas; da circulação em redes e comunidades de imigrantes; e de fazer parte de mecanismos de solidariedade étnica/nacional. O “capital mobilidade”, por sua vez, consiste na conversão deste *habitus* em formas de poder que contribui para a concretização do projeto migratório tal como a obtenção de passaporte, visto, fazer parte de redes que colaboram em sua inserção laboral etc.

Estes autores (BRITO, 2010; OLIVEIRA, KULAITIS, 2017) têm recorrido a ideia de um *habitus* específico como referência a disposições que primeiro torna possível a alguém a condição de imigrante. Para estes autores, o *habitus*, ainda que não relacionado ao corpo ou a dimensão corporificada da migração, se revela em todas as etapas de sua trajetória, isto é, desde o momento da decisão sobre emigrar até a inserção na sociedade de acolhimento passando pelas circunstâncias e condições da mobilidade propriamente dita que implica atravessar fronteiras e alfandegas

No que diz respeito aos artigos do segundo grupo, a título de realizar uma maior aproximação com a dimensão empírica por eles trabalhado e de melhor sistematizar a reflexão, irei discutirlos com base nas ideias acima apresentadas sobre o “corpo alienado” e o “corpo-desembaraçado”.

Como base na revisão de literatura realizada, o “corpo alienado” pode ser visualizado, por exemplo, entre os bolivianos em São Paulo. De acordo com Vidal (2012), um dos marcadores para identificação de bolivianos nas ruas da cidade é uma certa postura física mais curvada destes imigrantes, o que está associado

ao trabalho nas oficinas de costura¹¹ em decorrência das longas jornadas de trabalho ¹². Este marcador é mais forte do que cor de pele ou tipo de cabelo em razão da grande diversidade existente também entre brasileiros. Neste caso, o corpo diferenciado é um “*corpo-migrante*” produzido no contexto migratório. Mais do que diferenciado, na realidade, é um corpo que revela a desigualdade social uma vez que outros imigrantes bolivianos, médicos por exemplo, não carregam esta marca. Isso sugere que este “*corpo-migrante*” é, também, um “corpo de classe social” (BOLTANSKY, 2004).

Ainda sobre as formas de identificação de bolivianos em São Paulo, Alves (2012) dá maior destaque às técnicas corporais associadas ao modo de caminhar, agachar e gesticular como elementos identificadores.

Dessa forma, uma pequena ação ou um pequeno gesto podem traduzir com clareza certos elementos culturais aprendidos pelo indivíduo dentro de sua comunidade, ou mesmo fora dela, como é o caso dos bolivianos em São Paulo (ALVES, 2012, p. 232).

As técnicas corporais do imigrante boliviano, como de resto de qualquer imigrante, expressam o modo como foi socializado na sociedade de origem, ou melhor, objetiva a incorporação de

¹¹ Algumas vezes, a depender da formação étnico racial da sociedade receptora, os traços físicos não são suficientes para marcar a diferença. Alguns exemplos são determinados bairros paulistanos em que se concentram bolivianos. Neste caso, a identificação destes imigrantes é, por vezes, auxiliada pelos tipos roupas consideradas típicas do grupo.

¹² Deve-se notar que estes traços permitem identificar um grupo e não todos os imigrantes bolivianos. Possivelmente, estes marcadores não se aplicam a médicos desta origem.

valores, formas de vida e trabalho vivenciados tanto no país de origem, quanto no de destino como expressão do *habitus* e da *hexis*.

O “corpo alienado” reaparece em alguns estudos sobre fronteira. Neste sentido, Rosello e Wolfe (2017) destacam que padrões estéticos política e culturalmente associados a nacionalidades e/ou raça/etnias funcionam como marcadores de diferença, e são acionados em contextos de fronteiras físicas e simbólicas por agentes do estado de modo a identificar imigrantes e refugiados. O modo de cuidar do cabelo, o uso de maquiagem e/ou de tatuagens são utilizados como indícios para a seleção daqueles que devem ou não ser abordados, ou que são autorizados a passar pela fronteira e/ou permanecer no país de destino.

As dificuldades de comunicação entre imigrantes e nacionais é uma outra dimensão das relações entre “*corpo-migrante*” encontrada nos estudos consultados, relacionada às dificuldades de comunicação enfrentada por brasileiros. De acordo com Reis e Ramos (2012), em Portugal a busca de imigrantes brasileiros por cidadania através, por exemplo, do acesso aos serviços públicos de saúde, passa por aspectos intersubjetivos e/ou corporais.

Portugal e o Brasil são países que falam a língua portuguesa, contudo, existem códigos culturais, posturas do corpo e formas de falar diferentes nas suas várias regiões, tanto dentro do Brasil, quanto entre brasileiros e portugueses, os quais podem ser percebidos diferentemente e constituir uma dificuldade e barreira na comunicação (REIS; RAMOS, 2012, p. 108)

Como as autoras destacam, a comunicação passa, também, pelo corpo e sua linguagem, e consiste em um componente decisivo, no caso, para diminuir ou aumentar as distâncias culturais

e sociais que prejudicam brasileiros em seus acessos aos serviços de saúde em Portugal.

O corpo do imigrante como expressão da incorporação de disposições herdadas da sociedade de origem pode produzir inúmeras formas de exclusão na sociedade de acolhimento a depender, mais uma vez, do campo que atua. Os aspectos físicos são mais clara e facilmente acionados como marcadores de diferença permitindo que as forças de segurança, seja na fronteira, seja nas ruas, praças, estações de metrô e outros locais públicos das grandes e pequenas cidades do país de acolhimento, atuem no sentido de impedir a circulação ou constranger imigrantes. Há, no entanto, outros aspectos da sociedade de origem corporificados no imigrante como o modo de caminhar, de falar, de gesticular que, como Bourdieu sugere, produzem obstáculos e dificultam sua atuação na disputa por bens materiais e simbólicos. Este corpo é o “corpo alienado”, corpo que só por sua presença e pela sensação que produz de estar fora do lugar ou estar em um lugar indevido (restaurantes, universidades, clubes, postos de trabalho) é capaz de produzir subordinação quando não a exclusão.

O “corpo alienado” como objeto de vigilância e controle por parte do estado do país receptor reaparece no estudo de Challinor (2014). A autora investiga como as relações entre o corpo individual biológico e o corpo coletivo social é manipulado pelo Estado a partir da realidade vivenciada por mães caboverdianas em Portugal. Segundo a autora, a passagem do “corpo individual biologizado” para o “corpo coletivo social” da mãe e da mulher caboverdiana conduz à construção de uma imagem negativa sobre a mulher africana com base em características e técnicas corporais herdadas do país de origem. Este estigma justifica ações políticas e a expressão de micropoderes disciplinadores que lhes discriminam.

Em um sentido semelhante, Pussetti (2015)¹³ estudou o que chamou etnopolíticas em Portugal, isto é, projetos, ideias e políticas de gestão (tais como o planejamento familiar) de modo a normatizar a conduta e a moral do corpo do imigrante de acordo com o entendimento do país de acolhimento. Neste caso, o “corpo alienado” é, como demonstrado no estudo acima, manipulado pelo Estado de modo a controlar e subalternizar o “*corpo-migrante*”.

A associação entre “corpo individual biologizado” e o “corpo social coletivo”, que estou entendendo como, mais uma vez, expressão do “corpo alienado” e como expressão da *habitus* e *hexis* alienados do país de origem e que são visibilizados heteronomamente pelo Estado, pode também ser encontrado na pesquisa desenvolvida por Sovik (2009) em Londres. O estudo tem como base um *outdoor* de uma cerveja brasileira no qual há uma fotografia que retrata o corpo brasileiro por meio da prática da capoeira. Assim como os dois textos anteriores, ainda que em perspectivas diferentes, há aqui uma associação entre o corpo imaginado como de uma nacionalidade e o corpo individualizado que aparece na foto. Jogar capoeira pode ser entendido como resultado da incorporação de uma sociedade cuja força, destreza e, porque não, sensualidade, é parte de seu patrimônio cultural. Isto é, com base nas informações fornecidas pela autora, poderíamos dizer que a referência ao Brasil no *outdoor* se daria pela centralidade do corpo na cultura brasileira, enquanto a inglesa/europeia teria uma referência cultural cerebral e intelectualizada.

¹³ Em outro estudo, Pussetti (2016) analisa obras artísticas de imigrantes e revela uma outra dimensão do sofrimento vivenciado pelo imigrante a partir de seu corpo por meio do uso da arte, o que será retomado mais adiante.

A sobreposição entre o imigrante coletivo e o individual e sua expressão por meio do “corpo alienado” aparece sobre uma outra perspectiva, desta vez no sentido de afirmação do imigrante. Este é o caso estudado por Herold Jr. (2014), que investigou como a cultura física alemã por meio do estudo sobre a reprodução do “Turnen”, um conjunto de práticas corporais desenvolvidos inicialmente na Alemanha e trazido pelos imigrantes alemães para os EUA. Neste caso, o “*corpo-migrante*” não é individualizado, mas é referência a uma nacionalidade. Ao contrário das mulheres caboverdianas, o coletivo “alemão”, tal como demonstra a autora, é acionado positivamente de modo a afirmar características valorizadas no país receptor.

A dimensão do “alienado” tem em contraponto a do “desembaraço” que, ao mesmo tempo, resulta e produz a “atualização do *habitus*” (BOURDIEU, 2007, p. 196) em um novo contexto e/ou em um novo campo. Resultaria, portanto, da incorporação de novas disposições práticas e simbólicas no contexto migratório. Este “corpo desembaraçado” se revela, por exemplo, em práticas de modificações corporais por meio de cirurgias (ENNES, RAMOS, 2017,2018) e/ou outros procedimentos estéticos tais como corte de cabelo, cuidado com a barba, uso de maquiagem, ou mesmo uso de roupas estranhas aos padrões estéticos do país e da cultura de origem.

Por sua vez, em comum, a dimensão “alienado” e “desembaraçado” do corpo mantém uma relação proporcionalmente inversa entre estranhamento e tempo de vida no local de destino. Isto é, o corpo é mais estranho quanto menos tempo ele está no local de destino e, por outro lado, o tempo é essencial para a aquisição de *habitus* e de capitais específicos dos campos em que ele atuou, atua e atuará. Deve-se considerar, contudo, que este tempo possa ser relativo em razão de outras característi-

cas do agente como a idade, o sexo, o gênero, a escolaridade, a experiência migratória etc. (elementos que podem se converter em capitais), bem como pela atuação e circulação em diferentes campos no país de origem e no país de destino. Esta dinâmica resulta da dimensão reflexiva do *habitus* segundo a qual “[...] os instrumentos de construção do mundo são construídos pelo mundo.” (2007, p. 166)

A este respeito, o capítulo 6, apresenta o caso de uma imigrante brasileira que foi contratada para trabalhar na seção de produtos de beleza em uma grande loja de departamento em Lisboa, em razão da associação entre sua nacionalidade e sua simpatia (RENÓ-MACHADO, 2004). De modo similar, um equatoriano em Madri que atribuía as suas qualidades físicas ao fato de ter sido empregado na construção civil. Em ambos os casos, os imigrantes teriam sido contratados em detrimento dos nacionais. Mesmo que os depoimentos destes imigrantes precisem ser mediados e contextualizados a partir de um universo maior de informação, é importante ressaltar que a pesquisa e as entrevistas foram realizadas em 2013, ano de crise econômica nos dois países ibéricos e que, portanto, a colocação no mercado de trabalho formal era um grande desafio inclusive para portugueses e espanhóis.

A dinâmica de reconversão do “estigma” em “emblema”, expressão da estratégia, que estamos propondo como uma das vias de se pensar o “*corpo-migrante*” e para a produção do “*corpo desembaraçado*”, pode ser observada em outras situações como o caso estudado por Pusseti (2016). Ainda que esta não seja a abordagem de seu estudo, seu artigo oferece a possibilidade de entender como imigrantes, neste caso antropólogos e artistas, encontraram no campo artístico um espaço para sua afirmação por meio de uma exposição de obras fotográficas que retratam

os “corpos sofridos” de imigrantes e cumprem a dupla função de denúncia e de visibilização de formas de violência sofridas no contexto migratório. Neste caso, sugiro que o corpo é reconvertido em arte e meio para curar feridas físicas, psicológicas, afetivas e simbólica da experiência migratória.

O caráter ambíguo e contraditório do corpo entendido como expressão do *habitus* e da *hexis* pode ser mais facilmente em contexto como o estudado por Togni (2012) que demonstra como brasileiros no bairro de Cacém, em Lisboa, apresentam um conjunto de elementos que são significativos no cenário do consumo cultural e são acionados como marcadores de identificação positiva por meio do corte de cabelo, tatuagens e depilação (TOGNI, 2012, p. 53).

A estética corporal ganha novos significados ou, ao menos, ressignifica práticas consideradas como supérfluas e superficiais. Salões de beleza tornam-se espaços de atuação sobre o corpo, seja por meio do cuidado com o cabelo (cortes, alisamento, frisamento, uso de *mega-hair*), sobrancelhas, clareamento e homogeneização da pele etc. Estes espaços são territórios identitários que se materializam pela afirmação de padrões socialmente construídos como tradicionais, como o exemplo dado por CHAVES (2012, p. 142) em que “[...] as brasileiras gostam de cabelo liso, esticado, bem liso e as portuguesas gostam mais alto [...]”, mas também de hibridação de estilos e padrões estéticos.

Como afirmamos anteriormente o diálogo com os dois grupos de artigos presentes nesta parte cumpre com a finalidade de uma aproximação com possibilidades de pensar o “*corpo-migrante*”. Brito e Oliveira e Kulaitis demonstram que já existem estudos que buscam analisar o contexto imigratório a partir de conceitos de Bourdieu. A ausência mais direta do tema do corpo em seus capítulos não impede que reconheça o fato de terem

estabelecido referências importantes para o estudo do “*corpo-migrante*” a partir das propostas analíticas baseadas nas ideias de “*habitus* de migrante” (BRITO, 2010) e “*habitus* migrante” e “capital mobilidade” de (OLIVEIRA e KULAITIS, 2017).

Por sua vez, os artigos que trazem o tema do corpo foram úteis primeiro para demonstrar as várias possibilidades como o corpo tem sido tratado nos estudos migratórios. As noções de “corpo alienado” e “corpo desembaraçado” foram meios para abrir o diálogo com as várias abordagens analíticas e recortes empíricos com o sistema teórico bourdieusiano. Em última análise, mostra que o corpo sofre com as imposições sociais e legais, mas também, pode expressar formas de resistência.

Por meio do conceito de estratégia, Bourdieu reforça a dimensão prática da vida social e a capacidade do agente, a partir da compreensão do sentido do jogo, atuar de modo a adequar seu *habitus* e aumentar seu capital no campo em que atua. Entendo que o conceito de estratégia permite pensar as mudanças tanto no *habitus* quanto na *hexis* corporal no contexto migratório, já que em última instância, pode revelar o processo de aprendizagem de conversão do “corpo alienado” em “corpo desembaraçado”. Assim, adequar o modo de se vestir, de falar, de gesticular pode ser uma condição para obter melhores resultados em jogos tradicionalmente controlados pelos nacionais, ou, ao contrário, fortalecer determinadas elementos atribuídos ao seu corpo como forma de controlar o jogo, a exemplo de mestres de capoeira, dançarinos de samba, ou mesmo, a reivindicação de maior vigor e força física para trabalhar no ramo da construção civil. Assim, o conceito de estratégia tem sido de grande importância para pensar e compreender dinâmicas possível de conversão do “corpo alienado” em “corpo desembaraçado” fruto da atualização do *habitus* e do capital adquirido.

Como já dito, o exercício realizado nesta parte representa um esforço de aproximação com expressões empíricas do corpo em contexto migratório e não tem a pretensão de criticar ou reinterpretar os dados e as informações coletadas por seus autores.

Apontamentos finais

O objetivo do capítulo foi buscar apoio teórico e conceitual em Bourdieu para o desenvolvimento da ideia de “*corpo-migrante*” como parte de uma agenda de estudo sobre a importância do corpo em contextos migratórios. Neste sentido, entendo que os conceitos de *habitus*, *hexis*, estratégia, campo e capital são de grande utilidade. Ao lado da reflexão sobre estes conceitos tanto em seu entendimento individual, quanto em sua articulação, abrimos o diálogo com artigos sobre imigração que ou já se utilizam de Bourdieu, ou tratam de algum modo o tema do corpo.

O que motivou este capítulo foi a necessidade de pensar a dimensão corporal do fenômeno imigratório de modo a contribuir para refletir questões relacionadas à diversidade cultural e sobre as formas de diferença e de desigualdade. Minha proposta é dar maior centralidade ao corpo, ou à corporalidade da experiência migratória, para melhor entender as relações de força e poder ao longo de trajetória de imigrantes entre o país de origem e o país de destino.

O capítulo demonstra que há um amplo e variado volume de estudos sobre o corpo sistematizados sob a forma da chamada sociologia do corpo ou por estudos interessados no tema das identidades. Foi a partir deste amplo campo de pesquisa que busquei, com base no sistema teórico de Bourdieu, pensar o “*corpo-migrante*” como expressão do processo de incorporação. Ou seja, o “*corpo-migrante*” resulta da objetivação da trajetória

imigratória. Este processo de objetivação é melhor explicado pelos conceitos *habitus* e pela hexis que se traduzem não apenas nas imposições físicas, como as observadas nas fronteiras e nas alfandegas, mas, também, se expressa pelas injunções estéticas, como maquiagem e cuidado com o corpo e as advindas de técnicas corporais, tais como a forma de andar, gesticular etc.

O diálogo com alguns pesquisadores na área das migrações, em cujos artigos a questão do corpo está presente, cumpriu com a finalidade de não apenas localizar o corpo nos estudos migratórios, mas também de sistematizar sua abordagem por meio das categorias “corpo alienado”, como aquele que objetiva as disposições herdadas do país e da cultura de origem, ou de sua inserção no país de destino; e o “corpo desembaraçado”, cuja objetivação passa por estratégias e atualização do *habitus* que também resultam do processo de incorporação da experiência migratória e dá origem a “um capital corporal”.

As categorias de “corpo alienado” e “corpo desembaraçado”, por sua vez, foram úteis para dar maior clareza a processos de “reconversão do estigma em emblema”. Exemplos podem ser encontrados nos estudos aqui acionados como o caso de imigrantes que convertem características corporais, tais como sensualidade e vigor físico, em formas de inserção no campo econômico. Isto sugere que, ainda que, adversa, a condição do imigrante gera possibilidades resistência e de transgressão impostas pelas forças hegemônicas tanto na sociedade como um todo, como em campos específicos em que o imigrante atua.

Como se vê, a conversão das disposições corporais do imigrante em capital depende, ao menos, da trajetória migratória, isto é, das relações de poder econômicas, políticas e simbólicas entre o país de origem e país de destino, e do campo em que se inserem e atuam. Trata-se de um processo similar ao estuda-

do por Bourdieu sobre o capital alienado e o capital adquirido quando analisa o peso do capital alienado da família de origem e o capital adquirido por meio da escolarização (2008, p. 76).

A conversão de disposições corporais em capital depende, portanto, do jogo de forças mais amplo que se processa no mercado simbólico entre o país de destino e o país de origem. Assim, alemães e suas práticas corporais são valorizadas no EUA, mas o corpo da mulher caboverdiana é estigmatizado e controlado em Portugal.

Esta lógica de um mercado econômico e simbólico mais geral pode vir ser contestado e transgredido de modo que o corpo alienado do imigrante pode se converter em um corpo desembaraçado dentro do contexto migratório. Neste caso, a incorporação da cultura, das dinâmicas sociais do país de origem resulta em ganhos simbólicos e econômicos ainda que circunscritos nos campos em que atuam tal como, artistas que ao publicizar o corpo sofrido do imigrante produz maior visibilidade à sua condição criando maiores possibilidades de ser visto, ouvido e considerado pela sociedade de acolhimento. De mesmo modo, a sensualização do corpo do migrante, a exemplo de homens e mulheres brasileiras, pode ser reconvertido em capital de modo a melhor posicioná-los e um jogo cujas regras são fortemente influenciadas ou mesmo ditadas pelo consumo cultural e pela estetização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. **Tombo**. n.26, jan/jun. 2015a.

ALBUQUERQUE, J. L. Entre nações e legislações: Algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**. v.3, n. 5. 2015b.

ALVES, U. S. Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol. In: BAENINGER, R. **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

APPADURAI, A. **El rechazo de las minorias**: Ensayo sobre la geografía de furia. 2. ed. Barcelona: Tusquet Editores, 2006.

BALLESTRIN, L. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013.

BASTIDE, R. **Brasil**: terra de contrastes. 5. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, S/D.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005b.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005a.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999b.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERRY, John W. Intercultural Relations in Plural Societies: Research Derived from Multiculturalism Policy. **Acta de Investigación Psicológica**, n. 3 (2), p. 1122-1135, 2013.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Thousand Oaks, CA, v. 10, n. 2, 1981.

BOAS, Franz. **Changes in the Bodily form of descendents of immigrants**. Washigton: Read Books, 1911.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: editora campus, 1997.

BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de Trois études d'ethnologie kabyle**. Genève: Droz, 1972

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. Notas provisórias sobre a percepção social sobre o corpo. **Pro-posições**. v. 25, n. 1 (73), jan./abr. 2014. p. 247-258.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. New York: Cambridge University, 1977.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 10. ed. Campina/SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **Response**: pour une anthropologie reflexive. Paris: Ed. Seuil, 1992a.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: Richardson, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241– 258.

BRITO, A. X. Habitus de migrante. Um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial. **Revista Sociedade e Estado**. v. 25, n. 3, 2010. p. 431 – 464.

BROMBERG, H. Immigration Act of 1882. Disponível em: <<http://immigrationtounitedstates.org/584-immigration-act-of-1882.html>>. Acessado em 14/11/2016, S/D).

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Tradução Tomáz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

BUTLER, J. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Florianópolis: Rev. Estud. Fem. v.10 n.1, 2002a.

CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2008.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, C. **O mundo fragmentado**: as encruzilhadas do labirinto/3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CHALLINOR, E. P. The state of the immigrant body and the body of the state: negotiations ant the interface. **Saúde e Sociedade**. v. 23, n. 1. 2014. p. 35 – 47.

CHAVES, T. M. Empreendedorismo no setor da beleza: brasileiras na Quinta do Conde. In: PADILHA, B. et al. **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa**. Ata do 2º Seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa. Lisboa: ISCTE, 2012.

COMISSÃO EUROPEIA. **Agenda Europeia da Imigração**. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê económico e social Europeu e ao Comitê da Regiões.” Bruxelas, 2015.

CSORDAS, T. J. Embodiment as a paradigm for Anthropoly. **Ethos**. v. 18., n.1. mar./1990. p. 5-47.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

DIAS, B. P., Dias, N. (org.). **Imigração e racismo em Portugal**: o lugar do outro. Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique, 2012. p. 29-45

DIAS, P. et al. **Relatório de imigração, fronteiras e asilo – 2012**. Oeiras, Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2013.

DIETZ, G. La interculturalidad entre el ‘empoderamiento’ de minorias y la ‘gestión’ de la diversidad. **Puntos de vista**: inteculturalidad. Madrid, n. 12, v. 3, 12/2007.

DIXON, A.; RELLES, E. Skin color and colorism: global research, concepts, and measurement. **Annual Review of Sociology**, v. 43, p.405-24, 2017. Disponível em: [https:// www.annualreviews.org](https://www.annualreviews.org).

org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-060116-053315. Acesso em: 09 jul 2021.

DLOVA, N. **Ethnic skin and hair disorders in Kwazulu-Natal.** A study of the spectrum of ethnic skin and hair disorders, and the composition and use of skinlightening preparations, traditional cosmetics and sunscreen. Tese (Doutorado em Medicina), Nelson Mandela School of Medicine, College of Health Science, University of Kwazulu, Natal, 2015.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EDMUND, A. **Pretty modern: beauty, sex and plastic surgery in Brazil.** Durham, USA, Duke University Press. 2010

ELIAS, N. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história de costumes.** v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

ENNES, M A. Produção da diversidade: identidades e imigração. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, p. 217-286, 2016.

ENNES, M. A. “Estudos culturais e os marcos conceituais das identidades”. In: GOMES, C.M., ENNES, M.A. **Identidades teoria e prática.** São Cristóvão, SE: Edufs, 2008).

ENNES, M. A. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiro no interior do Estado de São Paulo.** São Paulo: UNESP, 2001.

ENNES, M. A. Aprender com o imigrante: A produção multi/intercultural da diversidade em Portugal. **Cadernos CERU/USP**, v. 25, n. 1, p. 197-224, 2014.

ENNES, M. A. e MARCON, F. N. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 16, 2014, pp. 12-34.

ENNES, M. A. Imigração e direitos na região noroeste paulista. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.12, n.1, 2006.

ENNES, M. A. Imigração, identidade e estado nacional em dois tempos. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 71-90, dez, 2010b.

ENNES, M. A. Imigrantes, cirurgias plásticas e poder em dois tempos: contribuição para uma hipótese de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, nº 2, jul/dez, p. 163-174, 2010.

ENNES, M. A. Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. v. 43, p. 63-81, 2013).

ENNES, M.A. e Ramos, N. A. presença brasileira em Portugal: interculturalismo e consumo cultural. In: BÓGUS, L., BAENINGER, R. **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo: Educ, 2018.

ENNES, M.A., RAMOS, N. Cirurgias estéticas étnicas e migração em Portugal e Espanha. **Revista Mediações**. v. 22. n 1, junho de 2017.

ENNES, M.A., RAMOS, N. Immigrants and Body Modifications in the Consumer Consumer Society. **Management science and engineering**. v. 13, n. 3, 2018.

ENNES, M.A., RAMOS, N., SUAREZ, B.F. O Lugar do Interculturalismo nas Políticas. Imigratórias em Portugal e Espanha. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 243-268, jan./jun. 2018.

ESPAÑA. Ministério del Trabajo e inmigración. **Plan Estratégico: ciudadanía e integración**. Resumen Ejecutivo. Madri: Dirección General de Integración de los Inmigrantes, [s/d].

FAUSTO, B. **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**. São Paulo: SESC, 1997.

FEATHERSTONE, N. (org.) **Body modification**. Londres: Sage Publications, 2005.

FERNÁNDEZ-SUARÉZ, B. El discurso político de integración de los inmigrantes en el nivel regional en España: la división entre políticas de identidad y políticas sociales. **TOMO**. São Cristóvão, SE, n. 26, jan/jun.. p. 37 – 65. 2015

FERNÁNDEZ-SUÁREZ, B. Las políticas de integración de inmigrantes en España: ¿rumbo al asimilacionismo?. In: Lanero Táboas, D.; Magalhães, P. T. (Coord.) **Cadernos Mateus Doc**, nº. 9. Migración-Migration-Migração: Instituto Internacional Casa Mateus, p. 61-81, 2016.

FONSECA, M. L. “Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas culturais”. Disponível em < [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/ Col_Percursos_Intercultura/2_PI_Cap2.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/2_PI_Cap2.pdf)>. Acessado em 29/07/2015, S/D.

FORTUNA, C.; FERREIRA, D.; DOMINGUES, M. **Cultura, corpo e comércio**. Lisboa: Observatório do Comércio, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). **Relatório sobre a situação da população mundial**. disponível em < http://www.unfpa.org.br/pcp_publicacoes.htm>. Acesso: 05.09.2009, 2008.

GARCÉS MASCAREÑAS, B.; SÁNCHEZ-MONTIJANO. E. El papel de la investigación en las políticas de inmigración e integración. Estudio exploratório del policy-re- search nexus en España. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 152, p. 179-188, 2015.

GIDDENS, A. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderno**. São Paulo: UNESP. p. 73 – 133, 1997.

GILMAN, S. L. By a nose: on the construction of 'foreign bodies'. **Social Epistemology: a Journal of Knowledge, Culture and Policy**, v. 13, n. 1, p.9-58, 1999.

GILMAN, S. L. Etnicidad y cirugía estética. In: KRUMHAUER, A. **Cirurgía Estética**. Köln: Taschen, 2005.

GILMAN, S. L. La sorprendente historia de la cirugía estética. In: KRUMHAUER, A. **Cirurgía estética**. Köln (Alemanha): Taschen, 2005. p. 62-108.

GOFFMAN, E. **O estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação: ensaios sobre comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONZÁLEZ FERRER, A. La nueva emigración española. Lo que sabemos y lo que no. **Zoom Político**. nº8. Madrid: Fundación Alternativas, 2013.

GONZÁLEZ, C. V. **Inmigración, diversidad y conflicto cultural**: Los delitos culturalmente motivados cometidos por inmigrantes. (especial referencia a la mutilación genital femenina). Madrid: Dykinson, 2010.

GUIJARRO, E. M. Superando el nacionalismo metodológico: Comunidades cosmopolitas de interacción en el barrio de Lavapiés. **Migraciones internacionales**. v.7, n. 2. Jul-dic. p. 71 - 100. 2013.

GUSMÁN, H. C. La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros, de Giovanni Sartori. **Sociológica**. Año 16, número 47, p. 279 - 286. Sept./Dec, 2001.

HAIKEN, E. The making of the modern face: cosmetic surgery. **Social Research**, v. 67, n. 01, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2009.

HELD, D. Cultura nacional, globalización de las comunicaciones y comunidad política. In: SAMPEDRO, V. LLERA, M. (eds.). **Interculturalidad**: interpretar, gestionar y comunicar. Barcelona: Edicions Bellaterra. 2003. p. 33-50.

HEROLD JR., C. Corpo, cultura e educação na virada do século XIX ao XX: o Turnen em questão. **Educação em Revista**. V. 30, n.1. 2014.

INNERARITY, D. Políticas de la identidad. In: SAMPEDRO, V., LLERA, M. (eds.). **Interculturalidad**: interpretar, gestionar y comunicar. Barcelona: Edicions Bellaterra, p. 69-80, 2003.

INSTITUTO Nacional de Estatística. 2018. **Estatísticas demográfica**. Lisboa: INE. Disponível: https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICA- COESpub_boui=348174760&PUBLICACOEsmodo=2, 2018. Acesso em 15 mar. 2021.

KLEIN, H. S. Migração internacional na história da Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp. p. 13 – 31, 1999.

KUMAR, R. Portugal aos portugueses: a extrema direita depois de 25 de abril. In: DIAS, Bruno Peixe, Dias Nuno. **Imigração e racismo em Portugal**. O lugar do outro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 91-113.

LACLAU, E. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. In: MENDES, Cândido. **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. São Paulo: Record, 2001. p. 229 – 250.

LANG, A.B.S.G.; CAMPOS, M.C.S.S; DEMARTINI, Z.B.F. **História oral, sociologia e pesquisa**: a abordagem do CERU. São Paulo: CERU/HUMANITAS, 2010.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**. Campinas: Papyrus, 2014.

LE BRETON, D. **Rostos: ensaio fotográfico**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LE BRETON, D. **Sociologia do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCON, F. N. O kuduro como expressão da juventude em Portugal: estilos de vida e processos de identificação. **Estado e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 75-90, 2013.

MATTELART, A., NEVEU, É. N. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosak Naify, 2003.

MEER, N., Modood, T. How does interculturalism contrast with multiculturalismo. **Journal of Intercultural Studies**, v. 33, n. 2, april, p. 175-196, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo. 2010.

MISKOLCI, R. **Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência**. Revista Estudos Feministas; Florianópolis, 14(3): 272, Set-Dez/2006. p. 681-693.

MUNSBURG, J. A. S.; FERREIRA DA SILVA, Gilberto. 2018. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 140- 154, jan./mar.

NIECHAJEV, I.; HARALDSSON, P. Ethnic profile of patients undergoing aesthetic rhinoplasty in Stockholm. **Aesthetic Plastic Surgery**, New York, 2, p.139-145. 1997.

OLIVEIRA, C. R., Gomes, N. (org.). **Indicadores de integração de imigrantes**. Relatório estatístico anual. Lisboa: Observatório das migrações. 2017.

OLIVEIRA, C. R., GOMES, N. (org.). **Indicadores de integração de imigrantes**. Relatório estatístico anual. Lisboa: Observatório das migrações, 2017.

OLIVEIRA, M., KULAITIS, F. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Mediações**, V. 22 N. 1, P. 15-47, JAN./JUN. 2017

OLIVEIRA, N. “Portugal não é um país pequeno’. Reload – ‘Terceira via’ ou a despolitização da diferença.? In: DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nunes. (org.). **Imigração e racismo em Portugal**: o lugar do outro. Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique, p. 48-71, 2012.

ONGHENA, Y. Reinterpretar para gestionarla diversidade cultural. In. SAMPEDRO, V., LLERA, Mar [eds.] **Interculturalidad**: interpretar, gestionar y comunicar. Madrid: Barcelona, 2003. p. 51-65.

ONU. Trends in international migrant stock: The 2020 revision. (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/ Rev.2020). 2020. Disponível em:< <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates20.asp>>. Acesso em 04/10/2021.

ORTEGA, F. **O corpo incerto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OUELLETTE, A. Eye wide open. **Hasting center report**. Jan-feb, 2009.

PEIXOTO, J. Imigração e cidadania. In: LOBO, M. C. (coord.) **Portugal e a Europa**: novas cidadanias. 1. ed. Lisboa: Fund. Francisco Manuel dos Santos, 2013.

PEIXOTO, J., et el. **Regresso ao Futuro**: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa. Lisboa: Gradiva, 2016.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 69, p. 73-93, out. 2004.

PORTUGAL. **II Plano de integração do Imigrante**. 2010-2013. Lisboa: ACIDI, (S/Db)

PORTUGAL. **Plano de integração do Imigrante**: 2007-2008. Lisboa: ACIDI, (S/D).

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. **Decreto Lei 167/2007**. Aprova a orgânica do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P (ACIDI, I.P.), definindo as suas atribuições, órgãos e competências, 2007.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. **Decreto Lei 251/2002**. Cria, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e revoga o Decreto-Lei n.º 3-A/96, de 26 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 39/98, de 27 de fevereiro. 2002.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. **Decreto Lei 31/2014**. Prova a orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.) que prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM). 2014.

PRATS, J. Centenares de inmigrantes recurren al bisturí para limar rasgos étnicos. **El país**. 2008. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Centenares/inmigrantes/recurren/bisturi/limar/rasgos/eticos/elpepusoc/20080804elpepusoc_6/Tes#despiece>. Acesso em: 28 out. 2008.

PUSSETI, C. Corpos indóceis: sexualidade, planeamento familiar e etnopolíticas da cidadania em imigrantes africanos. In: BAHIA, Joana, SANTOS, Miriam. **Corpos em trânsito**. 1. ed. Porto Alegre: Letra & vida, 2015. p. 105 – 127.

PUSSETI, C. Nenhuma ferida fala por si mesma. Sofrimento estratégias de cura de imigrantes por de práticas de *ethnography-based art*. **Interface – Comunicação, saúde e educação**. V. 20, n. 58. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Marília, a. 17, n. 37, p. 4-28. 2002.

RAMOS, N. (coord.). **Educação, Interculturalidade e Cidadania**. Bucareste: Milena Press, 2008b.

RAMOS, N. (org.). **Saúde, Migração e Interculturalidade**. João Pessoa: EDUFPB, 2008.

RAMOS, N. “Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios”. In: L. ALCOFORADO et al. **Educação e Formação de Adultos: Políticas, Práticas e Investigação**. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, p. 189-200, 2011.

RAMOS, N. “Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas”. In.: SERAFIM, José Francisco, TOUTAIN, Lúcia Brandão, GEFFROY, Yannick. **Perspectivas em informação visual**. Salvador, BA: EDUFBA. p. 27- 56, 2010.

RAMOS, N. “Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento. O caso das crianças migrantes”. In: BIZARRO, Rosa (org.). **Eu e o Outro: Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s), e Práticas Interculturais**. Porto: Areal Editores. p. 367-375, 2007a.

RAMOS, N. Conflitos interculturais no espaço europeu. In PINA, H.; REMOALDO, P.; RAMOS, M.C.; MARQUES, H. (org). **Grandes problemáticas do espaço europeu**. Diversidade territorial e oportunidades de desenvolvimento num cenário de crise. Porto: Univ. do Porto, Fac. de Letras, 2014. p.225-245. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13185.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

REIS, L., RAMOS, N. Imigrantes brasileiros em Lisboa e utilização de serviços de saúde. In: PADILHA, Beatriz et al. **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa**. Ata do 2º Seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa. Lisboa: ISCTE, 2012.

RENÓ-MACHADO, I. Afetividade e poder. **Cadernos Pagu. n. 23, jul/dez**, 2004. p.257 – 278.

REVISTA AMBIVALENCIAS. Dossiê Fronteiras. *Revista Ambivalências*. n. 3. v.5. jan-jun. 2015.

ROMERO, C. G. Pluralismo, interculturalismo e interculturalidad. Propuesta de clarificación y apuntes educativos. Educación y futuro: **Revista de Investigación Aplicada y experiencias educativas**. n. 8, 4/2003, pp. 9-26.

ROSELLO, M., WOLFE, S. F. Introduction. In: WOLFE, Stephen F. **Border aesthetics: concepts and intersections**. New York/Oxford: Berghahn, 2017.

SAID, E. W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPEDRO, V., LLERA, M. (eds.). **Interculturalidad: interpretar, gestionar y comunicar**. Madrid: Barcelona. 2003.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da diferença**. Coimbra: Oficina do CES. N. 135. Janeiro, 1999.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (org). **Identidades**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 19-39.

SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Coimbra, Almedina, 2013.

SAPO NOTÍCIAS. Campos de concentração para japoneses, o lado sombrio dos EUA na II Guerra Mundial. “Sapo Notícias”, Lisboa. Disponível em: < <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1449978.html>>, acesso em 06/12/2016, 2015.

SAPO NOTÍCIAS. **Portugal está entre os países mais racistas da Europa**. Disponível em: [https:// sol.sapo.pt/artigo/561219/portugal-esta-entre-os-paises-mais-racistas-da-europa](https://sol.sapo.pt/artigo/561219/portugal-esta-entre-os-paises-mais-racistas-da-europa). Acesso em: 24 ago. 2018.

SASSEN, S. **Inmigrantes y ciudadanos. De las migraciones masivas a la Europa fortaleza**. Madrid: Editorial Siglo XXI, 2013.

SAYAD, A. **La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado**. Barcelona: Anthropos, 2000.

SCHILLER, N. G.; BASCH, N.; BLANC, C. S. 1995. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, n. 68:1, p.48-63.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECPRE - SOCIEDADE ESPANHOLA DE CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA E REPARADORA. El aumento de mamas desbanca a la liposucción como la intervención de cirugía estética más practicada en España. Disponível em: <<http://secpres.org/index.php/component/k2/item/33-el-aumento-de-mamas-desbanca-a-la-liposucion-como-la-intervencion-de-cirurgia-estetica-mas-practicada-en-espan>>. Acesso em 15 jan. 2015

SENNET, R. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SHUTZ; A. **Estudios sobre teoría social**. Buenos Aires: Amorrotu Editores, 1999.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73- 102

SIMMEL, G. O estrangeiro. **RBSE**. João Pessoa, PB. Vol. 4, n. 12. Dez./2005. pp 350-357.

SOCIEDADE Brasileira de Cirurgia Plástica. **Cirurgia Plástica no Brasil**. São Paulo: SBPC/DATAFOLHA, janeiro de 2009.

SOVIK, L. A ginga brasileira e o marketing global. **Comunicação, mídia e consumo**. V. 6, n. 17. p. 127 – 142. 2009.

STOLCKE, V. **Cultura europeia: uma nova retórica de exclusão**. **RBCS**, v.8 n. 22, s/p. jun. 1993. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/22/rbcs22_02.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

SWAMI, V., HENDRIKSE, S. Attitudes to cosmetic surgery among ethnic minority groups in Britain. **International Journal of Psychology**, v. 48, n. 3, p.300-307. 2013.

TAM, K-P.; NG, H. K-S.; KIM, Y-H.; YEUNG, V. W-L.; CHEUNG, F. Y-L. Attitudes toward cosmetic surgery patients: the role of culture and social contact. **The Journal of Social Psychology**. v. 4. n. 152, p.458-479, 2012. Disponível em: <https://web.yonsei.ac.kr/scplab/jsp2012.pdf>. Acesso em 09 jul. 2021.

TASCHEN, A. Beleza y cirugía estética. In: TASCHEN, A. **Cirurgías estéticas**. Madrid: Tasche, 2005.

TOGNI, P. C. Melhorar de vida» ou «Aproveitar a vida»? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal). In: PADILHA, Beatriz et al. **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa**. Ata do 2º Seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa. Lisboa: ISCTE, 2012.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, v. 20, n.1. jun. p. 199 – 218, 2008.

TRUZZI, O. **Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

UNESCO. **Raça e Ciência**. Vol. 1 e 2 São Paulo: Perspectiva, 1972.

UNESCO. **Raça e Ciência**. Vol. 2. São Paulo: Perspectiva, 1972.

UNFPA. Annual Report. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/about/report/2008/en/ch6.html>>. Acesso: 21/3/2012, 2008.

VACCHIANNI, F. Os confins no corpo: experiência, subjetividade e incorporação nos itinerários dos jovens migrantes marroquinos na Europa. In: BAHIA, Joana, SANTOS, Miriam. **Corpos em trânsito**. 1. ed. Porto Alegre: Letra & vida, 2015. p. 128 – 156.

VIDAL, D. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana. **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

WACQUANT, L. **Corpo e alma**. 1. ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.7-72.

ZAKABI, R. De olhos abertos. **Veja**. São Paulo. Disponível em [HTTP://veja.abril.uol.br/070802/p_062.html](http://veja.abril.uol.br/070802/p_062.html). Acesso: 17/11/2008.

ZAPATA-BARRERO, R. Interculturalism in the post-multicultural debate: a defence. **Comparative migration studies**. n. 5, v. 14, p. 01-23, 2017.

ISBN 978-858413312-3



9

788584

133123